UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ADALBERTO ANTONIO DA MOTA CORREIA

DIFUSÃO DE INOVAÇÕES NO RECIFE: FÁBULAS, PERVERSIDADES E POSSIBILIDADES DO TRABALHO DE ENTREGADORES VIA PLATAFORMA DIGITAL

Recife
2022

ADALBERTO ANTONIO DA MOTA CORREIA

DIFUSÃO DE INOVAÇÕES NO RECIFE: FÁBULAS, PERVERSIDADES E POSSIBILIDADES DO TRABALHO DE ENTREGADORES VIA PLATAFORMA DIGITAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: regionalização e Análise Regional.

Orientadora: Profª. Drª. Ana Cristina de Almeida Fernandes.

Recife

2022

Catalogação na Fonte
Bibliotecário: Rodriggo Leopoldino Cavalcanti I, CRB4-1855

C824d Correia, Adalberto Antonio da Mota.
Difusão de inovações no Recife : fábulas, perversidades e possibilidades do trabalho de entregadores via plataforma digital / Adalberto Antônio da Mota Correia. – 2022.
103 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora : Ana Cristina de Almeida Fernandes.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2022.

Inclui referências e apêndices.

1. Geografia. 2. Difusão de inovações. 3. Aplicativos móveis - Capitalismo. 4. Aplicativos móveis - Precarização do trabalho. 5. Emprego precário. 6. Globalização. I. Fernandes, Ana Cristina de Almeida (Orientadora). II. Título.

910 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2023-071)

ADALBERTO ANTONIO DA MOTA CORREIA

DIFUSÃO DE INOVAÇÕES NO RECIFE: FÁBULAS, PERVERSIDADES E POSSIBILIDADES DO TRABALHO DE ENTREGADORES VIA PLATAFORMA DIGITAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em geografia. Área de concentração: regionalização e análise regional.

Aprovada em: 24/02/2022.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Cristina de Almeida Fernandes (Orientadora − Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Jan Bitoun (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Thiago Adriano Machado (Examinador Externo)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente pelas considerações ao trabalho da minha orientadora a Prof.ª, Ana Cristina Fernandes, e dos membros da banca de qualificação, o Prof.º Jan Bitoun, e o Prof.º Thiago Machado. Aprender é capturar aquilo que nos foge aos sentidos, e à mente, enevoada por tantos pensamentos, e pelas paixões da vida cotidiana. E por meio de suas contribuições que, permitindo enxergar além, como disse Newton, viabilizam o processo de formação desse pesquisador.

Formação esta, fomentada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), à qual também agradecemos, ainda mais em tempos de sucateamento do ensino, da pesquisa e da extensão, que são incorporados pelas universidades públicas.

Nos corredores da Universidade, sempre ouvi que o processo de escrita é solitário. Mas não havia dado muito crédito. Nesses momentos solitários agravados pela pandemia da COVID-19, aprendi muito. Contudo é forçoso reconhecer a complexidade do conhecimento, em especial diante dos nossos interlocutores. Por isso, não poderia deixar de agradecer a minha noiva, Stefany, pelo seu apoio, ombro amigo e pelo ouvido gasto nas infinitas conversas sobre esse trabalho.

É por isso que também agradeço aos meus companheiros de jornada: Leonardo e Humberto. O sonho de sermos geógrafos empoderados com conhecimento legado pela nossa formação materializa o compromisso com nossas profissões. Obrigado pelo comprometimento com esse sonho.

RESUMO

A pandemia da COVID-19 trouxe visibilidade à relevância do trabalho realizado pelos entregadores, apesar de precarizado em diversas instâncias, inclusive oferecendo risco de acidentes e até de morte, em busca de obterem uma pouca remuneração. Investigamos essa questão à luz do conceito de difusão de inovações, aduzindo que no sistema territorial em que nos encontramos, essa precariedade é estrutural e condicionaria os usuários mais vulneráveis a ela se submeterem. Fenômeno global que, no caso do Recife em especial, promove a difusão e consequente adoção das inovações aqui estudadas – os apps de delivery – condicionadas por esse sistema territorial, afetando as escolhas dos adotantes que exercem o papel de infoproletariado. Esta dissertação discute as relações entre sistema territorial e a compreensão do fenômeno da difusão de inovações numa metrópole regional, situada na periferia do capitalismo tardio, o Recife. Para verificar a ocorrência de tais relações, procedeu-se inicialmente a uma revisão bibliográfica, seguida de levantamento e geoprocessamento de dados secundários produzidos pelo IBGE. Foram então conduzidas quinze entrevistas semiestruturadas junto aos entregadores, dentre as quais cinco estão transcritas como anexo ao presente trabalho. A partir daí, observamos a estrutura do território brasileiro, sobretudo do território recifense, por meio das tipologias da concentração urbana do Recife, e a relação entre a ocupação estratificada por cor ou raça do território e os níveis de renda. A formação desse território legou a sua população, em especial aos pretos e pardos, uma dívida histórica cujo saldo se traduz na pobreza, precariedade de condições habitacionais, educacionais etc. que refletem uma precariedade estrutural. Essas configurações socioespaciais influenciam as relações, em especial as de poder e produção, culminando em um sistema social e territorial que não apenas apresenta capacidade reduzida de produzir inovações. Também influenciam os papéis dos agentes e suas motivações em adotar essa inovação, sobretudo os mais vulneráveis entre os atores inseridos na rede por ela criada: os entregadores, cuja imagem de si parece ter introjetado a ideologia do empreendedor de si, embora não sem contradições. Fazendo evidentes as fábulas e perversidades promovidas por essa globalização, a pesquisa suscitou questionamentos sobre as possibilidades

de uma outra globalização a partir de experiências de aplicativos alternativos, considerando uma melhor relação capital-trabalho e ação política e empreendedora mais favoráveis a esses sujeitos.

Palavras-chave: difusão de inovações; capitalismo de plataforma; entregadores via plataforma; precarização do trabalho.

ABSTRACT

The COVID-19 pandemic brought visibility to how relevant the work carried out by couriers is, despite being precarious in several instances, including the risk of accidents and even death, in search of obtaining little remuneration. We are investigating this issue in the light of the concepts of diffusion of innovations, adding that in the territorial system we find ourselves in, this precariousness is structural and would condition the most vulnerable users to submit to this precarious relationship. A global phenomenon, but in the case of Recife in particular, it would lead to a diffusion and consequent adoption of these innovations, the delivery apps, conditioned by this territorial system, implying the choices of adopters who play the role of infoproletariat. This work discusses the relationship between the Territorial System and the understanding of the phenomenon of diffusion of innovations in a regional metropolis, on the periphery of late capitalism, Recife. In order to reach these results, a bibliographic review, survey and geoprocessing of secondary data from the IBGE were carried out. As well as fifteen semi-structured interviews were conducted with delivery people, five of which were transcribed in the annex of this work. From this, we observed the structure of the Brazilian territory, especially the territory of Recife, through the typologies of urban concentration in Recife, and the relationship between occupation stratified by color or race of the territory and income levels. The formation of this territory bequeathed its population, especially the blacks and browns, a historical debt whose balance translates into poverty, precarious housing and educational conditions... a structural precariousness. These socio-spatial configurations influence relationships, especially those of power and production, culminating in a social and territorial system that not only has a reduced capacity to produce innovations. They also influence the roles of agents and their motivations in adopting this innovation, especially the most vulnerable in this logic: the couriers. Making evident the fables and perversities promoted by this globalization. This research also intends to know the possibilities of another globalization, in which the perspective of a better capital-labor relationship, as well as the political and entrepreneurial action of these subjects.

Keywords: innovation diffusion; platform capitalism; appfication; platform workers.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Indicadores relacionados às características dos domicílios empregados na Tipologia Intraurbana 22

Figura 2 – Indicadores relacionados às características socioeconômicas da população empregados na Tipologia Intraurbana 23

Figura 3 – Gráfico de barras indicando coeficiente de Gini do Brasil e suas Macrorregiões 42

Figura 4 – Gráfico de árvore indicando coeficiente de Gini dos estados 43

Figura 5 – Gráfico de pizza com a distribuição populacional por cor ou raça e seus respectivos percentuais 45

Figura 6 – Infográfico sobre a desigualdade entre brancos e pretos e pardos 46

Figura 7 – Infográfico sobre a desigualdade entre brancos e pretos relacionando a população na força de trabalho em condição desocupada e subutilizada com os níveis de instrução 47

Figura 8 – Proposta de divisão regional do Brasil segundo Milton Santos e Maria Laura Silveira 47

Figura 9 – Distribuição da população por cor ou raça no Brasil e macrorregiões 48

Figura 10 – Distribuição espacial do IDHM no território nacional (2010) 48

Figura 11 – Infográfico sobre a desigualdade entre brancos e pretos e pardos no mercado de trabalho 49

Figura 12 – Mapa das tipologias intraurbanas na concentração urbana do Recife 51

Figura 13 – Mapa das tipologias intraurbanas no município do Recife 52

Figura 14 – Renda x ZEIS ao Norte do Recife 53

Figura 15 – Renda X cor ou raça 54

Figura 16 – Faixas de rendimento X horas trabalhadas 58

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO .....**	**11**
1.1	Contexto do problema, perguntas centrais e objetivos	11
2	**QUESTÕES DE MÉTODO: AS ESCOLHAS METODOLÓGICAS E O DESENHO DA PESQUISA.....**	**15**
2.1	Por que difusão.....	15
2.2	O primeiro desenho da pesquisa.....	20
2.3	O desenho atual da pesquisa.....	26
3	**PARA ENTENDER A DIFUSÃO DE INOVAÇÕES NO MUNDO SUBDESENVOLVIDO.....**	**29**
3.1	Um Processo Espacial: Torsten Hägerstrand (1968).....	29
3.2	Uma Comunicação Especial: Everett Rogers (2010).....	31
3.3	Uma Abordagem Territorial: Ana Cristina Fernandes (2016).....	36
4	**DIFUSÃO E TRABALHO NOS APLICATIVOS DE ENTREGA: INFOPROLETARIADO GLOBAL EM RECIFE.....**	**39**
4.1	Contexto socioeconômico no território	39
4.2	Infoproletariado Global em Recife: fábulas e perversidades.....	55
4.3	Possibilidades de outra globalização: que resta do mundo real no trabalho digital?.....	67
5	**CONSIDERAÇÕES FINAIS .....**	72
	REFERÊNCIAS	**75**
	APÊNDICE A – GUIA DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS	**81**
	APÊNDICE B – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS COM OS ENTREGADORES	**82**

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo trata do contexto do problema, das questões que fundamentam a investigação e seus objetivos, justificativas, além de descrever sucintamente seus procedimentos metodológicos.

1.1 Contexto do problema, perguntas centrais e objetivos

O sistema de significados (RAFFESTIN, 1993) que compõe a territorialidade dos grupos hegemônicos, desde a escala global à local, demonstra cada vez mais rachaduras, uma das características do momento contemporâneo. O capitalismo globalizado tem apresentado cada vez mais crises, e ainda mais frequentes, impondo a necessidade de transformação digital das atividades econômicas no sentido de dinamizá-las a partir da fluidez do ciberespaço (DE MORAES, 2013).

Ao mesmo tempo, tais crises também reafirmam a existência das desigualdades estruturais, contraditoriamente produzindo espaços que simultaneamente recebem alguma intensificação na dinâmica econômica baseada em fluxos que não se comunicam com o território.

A partir do fatídico caso dos aplicativos (*apps*) de entrega (*delivery*), pretendemos observar como a produção de uma economia alienada do seu território conserva e aprofunda as desigualdades sociais, como aponta Milton Santos (2004) ao pensar os circuitos da economia urbana no mundo subdesenvolvido.

Pretendemos fazê-lo através da observação da permanente desigualdade social no território do município do Recife. Essas desigualdades são causa e efeito do acúmulo desigual de tempo sobre os espaços (SANTOS, 2002), ou rugosidades, imputando a muitos uma vida de escassez e precariedade.

Cabe às ciências o questionamento acerca das contradições derivadas dessa estrutura historicamente desigual e da produção de modernizações – na acepção miltoniana, apontando para as implicações temporais da organização do espaço – que não solucionam os paradigmas em voga, mas os reafirmam.

Fazemos isso através da análise da inovação em estudo, os aplicativos de entrega, observando algumas características básicas de sua difusão e os impactos socioeconômicos sobre seus usuários mais vulneráveis no sistema social (ROGERS, 2010) ou melhor, territorial (FERNANDES, 2016): os entregadores.

Sendo parte do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2002) e correspondendo ao paradigma vigente na economia global contemporânea,

dominado pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), nos perguntamos como os aplicativos de *delivery* se difundiram entre os entregadores localizados na cidade do Recife? Quais seus impactos e perversidades que vêm sendo evidenciadas no cotidiano dos grupos sociais mais vulneráveis nas relações por eles mediadas?

Quais as possibilidades que se desenham, a partir desse cenário, no sentido de uma globalização que seja utilizada como potência para a construção de uma melhor relação capital-trabalho para os entregadores, que já sofrem com os "atrasos" proporcionados por outras etapas do processo de colonização em suas modernizações (SANTOS, 2004)?

É a partir dessas questões que se organiza o presente trabalho, tendo como objetivo central a investigação sobre o processo de difusão e o trabalho nos aplicativo de *delivery* nos usuários da cidade do Recife, observando as fábulas, perversidades e possibilidades que compõem o processo de difusão e o trabalho de entrega via plataforma.

Como objetivos específicos, estamos investigando o as fábulas, perversidades e possibilidades desse aplicativo de *delivery* sobre o território da cidade do Recife, considerando o perfil e o papel dos entregadores, cotejando-os à estrutura socioeconômica da cidade, segundo as tipologias intraurbanas do IBGE (2015) no terrirtório.

Essa pesquisa parte de uma proposta para mitigar o problema, por meio do desenvolvimento de um *app* que funcionasse proporcionando uma melhor circulação de dinheiro e conhecimento, otimizando a relação capital-trabalho não apenas para o investidor, mas tendo em conta as demandas dos entregadores.

Se apresentando como uma das fábulas da globalização, o desenvolvimento de plataformas de negócios na *"gig economy, the sharing economy, the on-demand economy, the next industrial revolution, the surveillance economy, the app economy, the attention economy, and so on"* (SNIRCEK, p. 52, 2018) aparece como uma das soluções para a crise econômica global em 2008.

Apesar disso, O "*app-ettite*" (VENN et. al., 2020) por lucro fica evidenciado por meio das consequências desses modelos de negócio monetizado pelos dados dos usuários e pela extração de renda através do consumo e do trabalho. Como uma espécie de arrendamento do ciberespaço, correspondendo ao controle da

tecnologia, e a operacionalização da relação oferta-demanda, em que o preço do trabalho é dado em tempo real.

O controle do meio de produção, nesse caso Técnico-Científico Informacional (SANTOS, 2002), e a existência de uma massa de desempregados corroborariam a precarização do trabalho que estariam por trás do sucesso milionário de grandes empresas como iFood, Uber Eats, Rappi, 99 Food, e etc.

Segundo matéria do IstoÉ Dinheiro (VEROTTI, 2021), a Rappi, teve um crescimento de 45% em seu número de pedidos durante a pandemia. A iFood, por sua vez, viu seus pedidos alcançarem a marca de 60 milhões durante a pandemia da COVID-19, e está investindo R$ 800 milhões em inovação, sendo detentora de pelo menos 65% do mercado das *foodtechs*.

Ainda segundo a matéria, embora declare ações de sustentabilidade, inovação, investimento no ecossistema (rede de negócios “parceiros”), a Ifood que tem uma força de trabalho de aproximadamente 200 mil de entregadores, um contingente que se assemelha ao do Exército Brasileiro, vem sofrendo denúncias por conta das condições de trabalho.

Neste último âmbito, os riscos são imputados sobre os trabalhadores: além de baixas remunerações, negação ao reconhecimento de vínculo empregatício e direito trabalhistas, os entregadores também tem a depreciação do seu meio de transporte, utilizado nas entregas, a aceleração imputada por esses dispositivos amplificaria os riscos à saúde psíquica e física dessas pessoas.

Em 2020, o número de motoqueiros mortos no estado de São Paulo aumentou 48%, com relação ao dos nove primeiros meses do ano anterior, além do aumento no número de acidentes. No tocante a remuneração, com o valor variando entre R$ 3,50 e R 6,00 por entrega, fica evidente o contraste com o lucro vultuoso dessas organizações, cujo mercado cresceu 184,2% entre 2009 e 2019 (VEROTTI, 2021).

Algumas das principais reivindicações dos entregadores, feitas por meio das associações da categoria são: o aumento do valor mínimo por entrega, seguridade social, direitos trabalhistas. Esse fenômeno não é encontrado apenas no Brasil: China, Colômbia, França, Índia, Malásia e Reino Unido, EUA, e Espanha apresentam os sintomas mórbidos da reprodução da lógica capitalista aplicada ao desenvolvimento de inovações.

No caso chinês, por exemplo, um entregador da plataforma “*Meituan Dianping*”, que mobiliza milhões entregadores por dia, pode assumir doze entregas ao mesmo tempo. A empresas é responsável por cerca de 160 milhões de pedidos em um dia. Segundo um relatório da empresa 90% dos trabalhadores eram homens; 82% com idades entre 23 e 38 anos; 75% vinham de áreas rurais; e mais de 60% eram provedores da família (WU et. al., 2020).

No caso estadunidense, os trabalhadores lutam para não serem subcategorizados numa nova legislação trabalhista racial, como está sendo chamado o dispositivo legal que foi votado em plebiscito, mesmo havendo reconhecimento judicial e legislativo, mas que favorece as empresas, afastando o reconhecimento do vínculo empregatício. Em consequência disso, atingindo a população negra do estado da Califórnia, maior componente da força de trabalho no setor (ALMEIDA et. al., 2021).

Os desdobramentos desse gerenciamento algorítmico do trabalho precarizado (ABÍLIO, 2020; 2021), implicaria ainda mais as escolhas dos entregadores, enganados pela falácia da liberdade e do empreendedorismo (SABINO et. al., 2019), ou obrigados pela o desemprego e pobreza estrutural.

O infoproletariado (ANTUNES, 2018) tem abrangência global, mas pretendemos encontrar no caso brasileiro, em especial através de um estudo de caso localizado no Recife, as evidências das fábulas e perversidades, e quiçá a propositura de possibilidades de uma outra globalização (SANTOS, 2009).

Para alcançar os objetivos da pesquisa, diante da observação do caso em estudo por meio de categorias relacionadas à difusão de inovações, foram realizados os seguintes procedimentos metodológicos:

- Levantamento, sistematização e revisão de bibliografia conforme os eixos: a) economia territorial, b) sistemas territoriais, c) difusão de inovações, d) redes e relações de poder, e) uberização do trabalho e f) metodologia;
- Levantamento, análise e geoprocessamento de dados secundários pertinentes ao caso em estudo;
- Coleta e tratamento de dados obtidos via entrevista semiestruturada.

Os capítulos que se seguem, apresentando os resultados metodológicos, teóricos e práticos.

2 QUESTÕES DE MÉTODO: O DESENHO DA PESQUISA

Este capítulo trata da escolha metodológica pelo campo da difusão de inovações, e dos dois desenhos da pesquisa com seus procedimentos metodológicos, sendo o desenho atual uma adaptação dos procedimentos a fim de cumprir os objetivos da pesquisa.

2.1 Porquê difusão?

Um dos primeiros passos no desenho de uma pesquisa é a sua abordagem (CRESWELL, 2014). Mas essa pesquisa não nasce dessa forma. Seu desenho original, uma pesquisa orientada ao desenvolvimento de um *app* de entrega, tomava generalizações sobre o problema em estudo para propor uma outra plataforma, cujos resultados servissem para mitigar os efeitos de uma relação capital-trabalho cada vez mais precária.

Como na exposição de Parra et. al. (2020, p.1), “uma prática de dupla experimentação, simultaneamente ontoepistêmica e política, dispositivo de pesquisa e intervenção”, nos moldes de uma economia solidária e colaborativa, de uma inovação inclusiva, lançando mão das ferramentas do paradigma posto pelas TICs para postular a possibilidade de uma outra globalização (SANTOS, 2001).

Mas diante da necessidade de reduzir as incertezas para aumentar as chances de sucesso dessa proposta, voltamos à pesquisa “tradicional”, a partir do campo da difusão de inovações, que é frequentemente associada a métodos quantitativos. Tentamos aqui apresentar uma abordagem por meio de métodos mistos (CRESWELL, Op. Cit.).

A difusão de inovações é um processo de comunicação (ROGERS, 2010) que varia também de forma espacial (HÄGESTRAND, 1968). Os estudos no campo da difusão de inovações, entre os quais se inscrevem as contribuições do geógrafo da escola de Lund, Torsten Hägestrand (op. cit.), podem ser classificados em três grupos (CLARK, 1984): estudos estruturais, que capturam um nível maior de abstração e generalização, já que se preocupam com os efeitos socioeconômicos gerados pelas inovações no espaço e no tempo, inclusive seus aspectos sociopolíticos; e estudos processuais, que, por definição, estão preocupados em delimitar as características do processo de difusão.

Além disso, demonstrando o quão vasto o campo de estudo se apresenta, há ainda o enfoque na dimensão cultural, que varia desde abordagens estruturais às

processuais, centrado na construção do fenômeno e suas representações sociais. As tradições no estudo de difusão de inovações encontram-se também compartimentadas através dos respectivos campos disciplinares (ROGERS, 2010).

A antropologia é o campo de estudo mais antigo sobre o tema, cujas abordagens peculiares enriquecem a pesquisa sobre difusão, haja vista seu nível de particularização do estudo, característica do arcabouço metodológico desse campo disciplinar. É possível identificar também uma abordagem nos primórdios da sociologia, quase ao mesmo tempo em que o campo antropológico se desenvolvia.

Os sociólogos, preocupados com o processo de mudança social, apontavam a difusão de uma única inovação sobre um recorte geográfico. Ainda no campo sociológico, os estudos rurais são tidos como formadores do paradigma na pesquisa sobre difusão, por sua preocupação direcionada a inovações que buscam solucionar um problema fundamental da sociedade.

Outro exemplo disso são os estudos na sociologia médica e saúde pública. Os estudos ainda podem ser agrupados nos campos da sociologia geral, da comunicação, do marketing, além da geografia, em que se destaca a contribuição de Hägerstrand, posteriormente discutida. Rogers (Op. Cit.), cuja contribuição também será debatida *a posteriori*, evidencia uma tipologia na pesquisa em difusão de inovações.

Seriam oito tipos: estudos sobre a precocidade no conhecimento sobre inovações; sobre a taxa de diferentes inovações em um sistema social; estudos sobre inovatividade; sobre liderança de opinião; sobre as redes de difusão de inovações; sobre a taxa de adoção de diferentes em diferentes sistemas sociais; sobre o uso dos canais de comunicação; e por último, sobre as consequências da inovação.

O presente trabalho se aproxima do tipo de pesquisa sobre as redes de difusão, haja vista ter sua preocupação com o processo de difusão sobre o sistema territorial do Recife, no intuito de encontrar as assimetrias que condicionariam a difusão dos *apps* de entrega. Ao passo que também se conecta com o tipo relacionado às consequências da inovação, já que a introdução dos *apps* de *delivery* estaria diretamente relacionada com a precarização do trabalho em muitas cidades do Brasil (ABÍLIO, 2020, 2021; ANTUNES, 2018).

> Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma. (SANTOS, 2002, p. 39)

A partir do excerto anterior, podemos observar a relação entre os sistemas de objetos e os sistemas de ações, e como eles são articulados para a produção do novo. Para Milton Santos (Op. Cit.), as ações seriam resultantes das necessidades humanas, carregando consigo significados, valores, funções atribuídas. Essas funções resultariam nos objetos. Na mesma obra, encontramos a relação dos objetos e ações com um elemento muito caro a esse estudo: as intencões.

A sociedade do progresso técnico estabelecida na modernidade impôs: novas estruturas espaciais desenvolvidas combinada e desigualmente através da internacionalização da produção e das divisões espaciais do trabalho; a mudança da estrutura e significados das relações sociais e da formação de classes sociais, as transformações espaço-temporais da vida cotidiana através das Tecnologias de Informação e Comunicação (GREGORY et. al., 1988).

Observando o mundo "do lado de cá"[1], Milton Santos vê a cisão dessas estruturas socioespaciais em um "Espaço Dividido" (SANTOS, 2004). O que produziria dois circuitos da economia urbana, um inferior e um superior, correspondendo à grosso modo a um tecnologicamente intenso e outro de baixa intensidade tecnológica.

O que implicaria nas relações de trabalho, na remuneração desse trabalho, e nas suas respectivas localizações geográficas em um dado contexto econômico, social, político e moral, chamado por Milton Santos (2004, p. 31) "modernizações". O geógrafo baiano faz esses apontamentos não apenas usando elementos da corrente de pensamento materialista dialética histórica e da teoria dos sistemas, para pensar as sucessões da subalternidade econômica e territorial que formam esse país e o que o autor chama de mundo subdesenvolvido.

[1] "O mundo visto do lado de cá" é um documentário de Silvio Tendler, do ano 2001, que entrevista Milton Santos e questiona sua obra e suas percepções sobre um mundo visto como possibilidade a partir de outra globalização.

A contribuição para uma leitura relacional entre sociedade e do espaço fica evidente também através do sociólogo francês, Pierre Bourdieu (2004, p. 95), que diz:

> O espaço social, no qual as distâncias se medem em quantidade de capital, define proximidades e afinidades, afastamentos e incompatibilidades, em suma, probabilidades de pertencer a grupos realmente unificados, famílias, clubes ou classes mobilizadas; mas é na luta das classificações, luta para impor esta ou aquela maneira de recortar esse espaço, para unificar ou dividir, etc., que se definem as aproximações reais.

Em outra obra, Bourdieu (1996) aponta que o espaço social é um conjunto de relações invisíveis, que tende a se traduzir através de arranjos distribuídos de agentes e propriedades. Essa combinação de fatores produz o que o sociólogo francês chama de *habitus*.

Um sistema de desvios diferenciais nas propriedades dos agentes, ou nas propriedades das classes construídas de agentes, correspondendo a um sistema de desvios diferenciais que varia em função dos capitais disponíveis a cada classe, produzindo diferentes posições através dos condicionamentos sociais relacionados. Essas diferenciações estão na base pergunta fundamental da obra do geórgrafo sueco Torsten Hägerstrand, “como a adoção de uma inovação se tornou generalizada, uma vez que chegou a um lugar?”.

Tendo em conta o intuito desse trabalho, que é entender o processo de difusão dos apps de delivery, e as transformações nas sociabilidades promovidas por essa inovação, seus impactos através do território, os apontamentos de Hägerstrand contribuem para a hipótese central desse trabalho: o processo de difusão de inovações no mundo subdesenvolvido, em especial dos aplicativos de entrega, ocorreria de forma desigual e combinada, assim como os circuitos da economia (SANTOS, 2004), haja vista as características sociotécnicas, socioeconômicas e territoriais extremamente desiguais. O que levaria a acúmulos desiguais capitais, em especial de tempo sobre o espaço, chamados por Milton Santos (2002) de “rugosidades”.

Combinada por agregar sujeitos de diferentes classes sociais, localizações de moradia, níveis de instrução, onde um dos fatores para a difusão de inovações ocorrer seria a homofilia, a distribuição aproximadamente homogênea dos sujeitos que compõem o sistema social onde uma inovação se difundiria (ROGERS, 2010). Desigual por exatamente se utilizar dessas assimetrias para condicionar os sujeitos adotantes que estariam em uma maior vulnerabilidade social aos postos de trabalho precarizado sem vínculo empregatício e direitos trabalhistas, remetendo a um paradigma espaço-temporal anterior, que no caso brasileiro seria a escravidão e o colonialismo.

Para observar como essas inovações afetam a vida das pessoas por meio das relações de consumo e de trabalho mediadas por esses aplicativos, em especial, os fatores que condicionariam as escolhas dos sujeitos que figuram na posição de trabalhadores precarizados numa metrópole regional na periferia do capitalismo tardio a escolha de uma abordagem por métodos mistos parece ser a mais adequada, diante da complexidade do problema.

Percebemos como esse campo pode nos permitir uma fotografia das mudanças nas atividades humanas provocadas pela inserção de uma inovação no espaço. O geógrafo sueco estava preocupado com a variação do fenômeno no espaço, para demonstrá-lo como um processo espacial.

Hägestrand (1968, p. 22) partiu da distribuição social como uma base para combinar elementos normalmente tidos como muito dissimilares, muito diferentes. A localização dessas características seria importante para contemplar a difusão de inovações. ”Um estudo de fenômenos culturais que tem ênfase em resultados quantitativos deveria usar o mapa da distribuição populacional e combinar com outras ciências sociais como pontos de partida.“ Características fisiográficas da paisagem teriam lugar apenas quando relacionadas diretamente ao fenômeno.

Preocupado com a representação cartográfica do fenômeno, o sueco aponta como essas mudanças na distribuição poderiam ser evidenciadas: o aparecimento ou desaparecimento de pontos e sua extrapolação de tamanho para representar o aumento, onde possível.

Essas observações comparadas com as características singulares do recorte aplicado à população estudada, assim como particularizar o recorte para a compreensão de novas relações, permitindo visualizar alguma ordem espacial no fenômeno da difusão de inovações.

No primeiro desenho da pesquisa, desejávamos representar o fenômeno por meio dos mapas de calor, no intuito de identificar a distribuição espaço-temporal dos apps de delivery por meio da comparação com a estrutura do território representada pelos dados estatísticos e geográficos obtidos por meio de *survey* e dados secundários.

2.2 O primeiro desenho da pesquisa

Concordamos com a acepção de Ana Cristina Fernandes (2016), quando ela afirma que a cidade é o lócus dessas interações. Na cidade encontramos uma cibercultura (LEVY, 2010) mais intensa, por polarizar os fluxos de capitais para si. Nisso reside a escolhado Recife e sua Região Metropolitana como lócus para o caso em Estudo.

Em seu primeiro desenho, pensávamos a escala a partir da Região Metropolitana do Recife, haja vista a capacidade de polarização do centro para a periferia regional. Sua centralidade, o município de Recife, evidencia melhores indicadores de qualidade de vida, mensurados pelas tipologias intraurbanas, por conseguinte um teria um melhor potencial em produzir e difundir inovações (FERNANDES, 2016).

O objetivo central desse desenho era investigar o processo de difusão e os respectivos impactos de um aplicativo de *delivery* nos usuários da cidade do Recife, observando as fábulas, perversidades e possibilidades que compõem o processo de difusão. Como objetivos específicos, desejávamos investigar o padrão de difusão desse aplicativo de *delivery* sobre o território da cidade do Recife, considerando o perfil e o papel dos sujeitos nas relações intermediadas pelo *app* – consumidores e entregadores – cotejando-os à estrutura socioeconômica da cidade, segundo as tipologias intraurbanas do IBGE (2015) no território.

Sabendo das limitações humanas do sujeito pesquisador e dos sujeitos de pesquisa – amplificadas por “um mundo confuso e confusamente percebido” (SANTOS, 2001) – nos valemos de procedimentos metodológicos combinandos numa abordagem de métodos mistos (CRESWELL, 2014).

Seu desenho compreendia trabalho de escritório e trabalho de campo, através dos seguintes procedimentos: levantamento, sistematização e revisão bibliográfica para embasamento teórico e prático considerando o objetivo geral e os específicos; levantamento, tratamento, análise e geoprocessamento de dados secundários

referentes ao problema de pesquisa; coleta, tratamento, análise e geoprocessamento de dados obtidos via *survey*; realização de grupos focais para investigar as caraterísticas simbólicas do fenômeno, e em especial o relato dos entregadores.

A revisão bibliográfica foi sistematizada nos seguintes eixos teórico-práticos: a) economia territorial, b) sistemas territoriais, c) difusão de inovações, d) redes e relações de poder, e) uberização do trabalho e f) metodologia. A partir da revisão, tencionamos chegar a um quadro teórico que delimitasse o problema, viabilizando sua análise por meio do campo de estudo da difusão de inovações, tendo em conta as especificidades do caso em estudo.

Cruzamos os apontamentos de Hägestrand (1968), que enxerga a difusão de inovações como um processo espacial e de Rogers (2010), cuja contribuição remete a difusão de inovações como um processo de comunicação, para compreender o estado da teoria. Acrescidos da proposta conceitual de Ana Cristina Fernandes (2016), o Sistema Territorial de Inovações, que tentamos evidenciar por meio dos dados secundários de pesquisas do IBGE: PNAD, Censo Demográfico e outras publicações.

Isso para demonstrar a partir do caso recifense como uma configuração territorial – ou o Sistema Territorial de Inovação – produzido por uma economia escravagista e agroexportadora estruturada secularmente produziu, não apenas um mundo subdesenvolvido, um Brasil subdesenvolvido, onde se evidencia a questão regional como um dos cernes para esse subdesenvolvimento.

Apesar de ser um fenômeno global, as especificidades do caso brasileiro, que tentamos amostrar por meio dessa pesquisa exploratória em Recife, não seria coincidência isso acontecer nesse território, mesmo que num regime jurídico diferente do que consagrava o instituto da escravidão juntamente à declaração dos direitos do homem (CAMPELLO, 2018; SCHWARZ, 2000).

Para demonstrar isso, comparamos as estatísticas de desigualdade social através do coeficiente de Gini entre as regiões e o país (figura 3), e entre os estados membros da federação (figura 4). Além disso, comparamos distribuição da população brasileira por cor ou raça nas macrorregiões segundo o IBGE (2010), e sua.

A partir da observação dos dados por cor ou raça, também obtidos pelo IBGE (2019) através da PNAD (figuras 6, 7 e 11), pudemos confirmar como o “sistema

social" brasileiro é enviesado de modo a produzir e reproduzir desigualdades políticas e econômicas baseadas ainda na divisão racial do trabalho, alicerçada ainda no modelo colonizador, o que implicaria na permanência desses condicionamentos. Fazendo eco ao que diz Fernandes (2016), quando menciona a pouca capacidade desses territórios de produzir e, portanto, difundir inovações, por terem suas economias fundadas sobre trabalho velho (JACOBS, 1969) ou trabalho morto (SANTOS, 2002).

Em seguida, por meio da representação cartográfica das tipologias intraurbanas (IBGE, 2015) (figura 7) da concentração urbana do Recife – cuja extrapolação permitiria inferir a configuração socioespacial de sua Região Metropolitana – usar a qualidade de vida de seus tipos projetada sobre o espaço pra representar um indicativo dessa capacidade de produzir e difundir inovações. Essa discussão refere-se ao terceiro capítulo[2] deste trabalho.

Os tipos e subtipos variam de da letra A, numa cor azul mais escura, com melhores condições de vida, a K numa cor vermelha mais escura, com piores condições de vida. A classificação tem por base a análise de cluster da mediana - uma medida cuja variação não é influenciada pelo tamanho do conjunto - dos seguintes indicadores:

Figura 1 – Indicadores relacionados às características dos domicílios empregados na Tipologia Intraurbana

Elaboração: o autor. **Fonte:** IBGE (2015).

[2] P. 32

Figura 2 – Indicadores relacionados às características socioeconômicas da população empregados na Tipologia Intraurbana

Elaboração: o autor. **Fonte:** IBGE (2015).

Essa classificação permite uma visualização da distribuição da estrutura social no território, servindo aqui ao nosso objetivo que é representar como esses condicionantes seriam aspectos fundamentais para a compreensão do fenômeno da difusão de inovações em um território marcado pela desigualdade.

Observada a acumulação desigual de outras modernizações sobre esse espaço colonizado – portanto território – é factual se admitir que as derivações nessas rugosidades sejam fortemente influenciadas por essa formação territorial, persistindo ainda no presente em formas ressignificadas. Essas permanências formariam os circuitos da economia urbana (SANTOS, 2004). A observação dessas diferenciações sociais no território tem enfoque especial nos sujeitos que estariam mais propensos ao circuito inferior por conta de sua posição nesse sistema territorial.

Haja vista que a escala regional demanda certo nível de abstração dada sua polissemia (HAESBAERT, 2010), no caso da RMR cabem as considerações sobre o contexto socioeconômico relativo à difusão das inovações em questão, portanto precisamos lançar mão no âmbito estrutural, correspondendo a uma generalização do fenômeno da em difusão de dos *apps* de entrega (CLARK, 1984) no território; como partimos do pressuposto de um espaço regional dividido e polarizado, nos é necessário entender se há um padrão no processo de difusão dessas inovações e

se ele corresponde ou não à estrutura socioeconômica e territorial no lócus de estudo, em que pese a observação de outras centralidades; por último, mas não menos importante, carecemos saber se esses processos e estruturas correspondem às formas como os sujeitos percebem ou representam o fenômeno, e se são uniformes, ou se diferenciam, compondo parte do quadro simbólico da modernização atual. Justificamos a escolha da escala, também considerando o que diz Fernandes (2016, p. 10):

> Essa tendência ao desequilíbrio da rede urbana é tanto maior quanto menos desenvolvida for a região e a cidade que a polariza justo porque a menor renda média e a pouca importância atribuída às competências inovativas da população forçam a concentração ainda maior dos investimentos e serviços nos poucos núcleos superiores da rede urbana.

Os aplicativos de entrega de *fast food* mobilizam relações de consumo e trabalho ou as intensificam, podendo ser evidenciadas no espaço urbano a partir do *output* desses aplicativos. Isso porque hoje eles são o meio pelo qual se conecta a oferta e a demanda rompendo os limites do espaço e do tempo, podendo inclusive ser acompanhada em tempo real a partir do uso da geolocalização.

Com a observação das tipologias intraurbanas e o seu cruzamento com as estatísticas e a localização de cada grupo de usuário: consumidores, comerciantes e entregadores, através de procedimentos em geoprocessamento, poderíamos ratificar a hipótese de que haveria um condicionamento prévio estrutural no território que enviesaria as escolhas dos sujeitos, em especial os entregadores.

Nesse primeiro desenho, pretendíamos averiguar também se haveria alguma forma de comércio informal vinculada a esse processo de difusão de inovações, portanto tínhamos como sujeitos de pesquisa os consumidores, comerciantes e entregadores. O intuito era averiguar as assimetrias entre os três tipos de usuários na Região Metropolitana do Recife, no sentido de evidenciar as características da difusão, em que pese a hipótese de ser desigual e combinada, como já mencionado.

Foi utilizado *survey*[3] para coletar os dados dos sujeitos de pesquisa. A plataforma utilizada para desdobrar esse procedimento foi o *Google Form*, por conta do pacote institucional disponível aos usuários no âmbito da Universidade Federal

de Pernambuco, além dos resultados saírem tabulados, sendo exportáveis. A partir do tratamento e da análise estatística desses dados, poder-se-ia estimar suas tendências centrais, seus desvios, os parâmetros da amostra, permitindo a formulação de um quadro descritivo.

O formulário contém uma breve apresentação do grupo de pesquisa e do programa de pós-graduação que viabiliza a execução da pesquisa, seus objetivos e o seu público-alvo. Além disso, observações que informam sumariamente sobre a participação dos sujeitos na pesquisa.

Como o enfoque seria nos três usuários dos *apps* de entrega, o formulário contém seis seções: a primeira com a apresentação da pesquisa e a confirmação do respondente em se voluntariar para a pesquisa; a segunda, sobre dados pessoais de todos os respondentes, independentemente se consumidores, comerciantes ou entregadores; a terceira seção, foi utilizada para categorizar o usuário, permitindo o filtro dos dados pessoais mediante as três categorias já mencionadas; a quarta seção, intitulada “Difusão e consumo nos *apps* de *delivery*” buscava dar conta de como os consumidores tiveram contato com a tecnologia em estudo e seu uso antes e durante a pandemia; a quinta seção, “Difusão e comércio nos *apps* de *delivery*, visava entender sobre o uso, custos e receitas envolvidos nas atividades econômicas; ao passo que a sexta seção tratava do uso e de fatores concernentes aos entregadores.

Dentre as perguntas foi inserida uma solicitação para os respondentes informarem seus endereços, no sentido de georreferenciar e geoprocessar esses dados, permitindo sua visualização sobre o território, em comparação às tipologias intraurbanas do IBGE (2015), para evidenciação.

Seguindo esse percurso metodológico, depois de obter dados sobre os usuários dos apps, analisá-los estatisticamente, georreferenciá-los, pretendíamos representá-los através de mapas coropléticos, representando informações quantitativas e qualitativas sobre o caso em estudo.

Isso, no intuito de evidenciar as assimetrias entre as localizações por bairro dos usuários: consumidores, dos principais comércios e dos entregadores. Também desejávamos aplicar aos dados a representação via mapa de calor, no intuito de representar as áreas de maior concentração desses usuários, bem como as áreas de maior concentração de entregadores aguardando pedido.

Esperávamos com isso evidenciar centros de moradia, de oferta e de demanda com relação aos produtos vendidos nessas plataformas, além da força de trabalho, que é remunerada e monitorada em tempo real. O que permitiria a observação do padrão de difusão sobre o território. E a partir disso, selecionar entregadores para a realização de grupos focais, estruturados por características como socioeconômicas e territoriais, além do meio de transporte.

Contudo, o survey sofreu com o viés da rede de contatos do pesquisador: vide as restrições sanitárias impostas pela pandemia, utilizamos as redes sociais e aplicativos de mensagens para atingir respondentes em potencial, obtendo pouco sucesso. Foram obtidas 71 respostas, dentre as quais apenas uma era de entregador. Nenhum comerciante respondeu. Restando 70 respostas de consumidores. Os resultados desse *survey* serão abordados no capítulo quatro.

Até chegar aos entregadores, teríamos um quadro descritivo do fenômeno através da comparação dos dados estatísticos e geográficos com a estrutura territorial demonstrada por meio dos tipos intraurbanos onde predominariam os três grupos de usuários, que permitiria a observação quantitativa e espacial, para a partir da correlação entre esses dados focar as entrevistas apenas aos entregadores, em grupo. Assim, esperávamos também um resultado qualitativo, permitindo uma observação melhor do fenômeno.

A escolha de entrevistar apenas os entregadores está implicada na orientação dessa pesquisa: tendo em vista consequências evidenciadas pela mídia e pelo relato dos próprios entregadores, as consequências econômicas do aumento da informalidade durante a pandemia que denotam o empobrecimento da população e a queda do seu poder aquisitivo, além da precarização de sua relação jurídica e das condições de trabalho.

Houve poucos respondentes ao *survey*, o que minou alguma fiabilidade estatística para que a amostragem não fosse enviesada, e apenas uma resposta no grupo de entregadores, o que inviabilizou a sequência com os grupos focais, esse desenho precisou ser reformulado, no intuito de atender aos objetivos da pesquisa.

2.3 O desenho atual da pesquisa

Com o baixo número de respondentes, sendo em sua maioria de consumidores, o *survey* tendo que se prolongar por mais tempo, e as instabilidades

referentes ao âmbito sanitário no país, a realização dos grupos focais de entregadores foi inviabilizada.

A vacinação minimizou os riscos da ida a campo para a realização de entrevistas, seguindo os protocolos da OMS como a profilaxia com álcool em gel, o uso de máscaras e distanciamento social. As entrevistas se tornaram o principal instrumento de coleta de dados da pesquisa em sua forma atual. Assim sendo, os procedimentos metodológicos são:

- Levantamento, sistematização e revisão de bibliografia conforme os eixos: a) economia territorial, b) sistemas territoriais, c) difusão de inovações, d) redes e relações de poder, e) uberização do trabalho e f) metodologia;
- Levantamento, análise e geoprocessamento de dados secundários pertinentes ao caso em estudo;
- Coleta e tratamento de dados obtidos via entrevista semiestruturada.

A elaboração teórica não mudou, permitindo a manutenção da estrutura anteriormente disposta, contudo, a escala precisou ser adaptada, no intuito de garantir a viabilidade de sua execução. Usando a Zona Norte do Recife como lócus para amostrar caso em estudo, observando como a inovação em estudo se difundiu apenas entre os entregadores, guardadas as devidas proporções escalares, mas ainda tendo em conta as diferenciações socioespaciais e territoriais que influenciam esses adotantes da tecnologia estudada.

Preocupa-nos se “ocorre apenas reprodução de trabalho antigo e, na melhor das hipóteses, alguma tímida difusão de inovações produzidas em lugares distantes” (FERNANDES, 2016, p. 10). Qual o resultado dessa composição de vetores num espaço intraurbano polarizado e fragmentado, onde se articulam relações sociais, econômicas e de poder por meio desses aplicativos?

Buscamos responder essas que e outras questões suscitadas pela pesquisa a partir das entrevistas semiestruturadas, no intuito de obter alguns dados pessoais e socioeconômicos, além de espaciais e qualitativos sobre os entregadores, especialmente sobre seu trabalho, tentando capturar sua percepção do fenômeno

vivido (SERPA, 2013). Para tanto, realizamos um total de quinze entrevistas, partindo de um ponto de concentração dos entregadores, em Casa Forte.

O uso de entrevistas possibilita a compreensão dos significados dos entregadores sobre a recepção dos aplicativos e capturar algo de suas vivências no trabalho, bem como na tomada de decisão, suas ações, e o desempenho dos diversos papéis incubidos. Dos procedimentos técnicos utilizados para a aplicação em pesquisa qualitativa, buscamos nos aproximar da metodologia da História Oral, por meio de entrevistas semi-estruturadas (MINAYO, 2004).

Para este trabalho, selecionamos cinco entrevistas como amostra para fomentar a discussão sobre os resultados. Três entrevistas realizadas de forma individual, e duas entrevistas de forma coletiva. Essa tática foi utilizada baseada na observação em campo sobre o local onde eles esperam os pedidos, e a natureza fluida do seu trabalho: é comum que os entregadores fiquem juntos, conversando nos pontos de espera, mas assim que o pedido toca em seus celulares, eles precisam ir.

Então, para não perder a oportunidade, realizamos entrevistas com mais de um entregador ao mesmo tempo, o que também permitiu uma conversa mais espontânea. As entrevistas foram conduzidas tendo como roteiro um formulário Google contendo as perguntas dispostas no anexo I, neste trabalho, bem como as entrevistas selecionadas, em que foram usados pseudônimos para os entregadores, no intuito de preservar seu direito ao anonimato.

As entrevistas que foram selecionadas tem o seguinte motivo: seus participantes demonstraram um maior engajamento no diálogo, revelando mais do que havia sendo questionado de forma natural, o que permitiu ao sujeito pesquisador dispor de maiores nuances para a discussão, bem como, uma compreensão mais apurada do fenômeno, o que pretendemos apresentar neste trabalho.

3 O NOVO COMO FÁBULA: NOTAS CONCEITUAIS SOBRE APLICATIVOS DE ENTREGA PARA ENTENDER A DIFUSÃO DE INOVAÇÕES NO MUNDO SUBDESENVOLVIDO

A seguir, articulamos a abordagem de Hägerstrand, que aponta a difusão de inovações enquanto um processo espacial; a de Rogers (2010), por meio de um quadro conceitual e categórico mais generalizador para os estudos nesse campo; com a abordagem de Ana Fernandes (2016), que posiciona o sistema territorial como um elemento central nos estudos sobre inovação e políticas de CT&I para o desenvolvimento.

3.1 Um processo espacial: Torsten Hägerstrand (1968)

Ao tratar do ramo da economia espacial, oferecendo críticas e alternativas à discussão do tema para a Geografia, Milton Santos (2003) ressalta a contribuição do sueco Torsten Hägerstrand. O geógrafo da escola de Lund (1968, p. 1) afirma que “a difusão da inovação - a origem e disseminação de novidades culturais - é concernente a todas as ciências que lidam com atividades humanas”, em que pese a dimensão política do problema, como argumentam Santos (2003) e Fernandes (2016), esta última trazendo contribuições para uma Geografia Política da Inovação.

Hägerstrand lança apontamentos metodológicos para compreender sistematicamente a variação do tempo nos problemas espaciais e sua influência na compreensão dos fenômenos da difusão da inovação a partir de método quantitativo inovador, ao lançar mão na simulação de Monte Carlo para observar o padrão de difusão sobre o espaço, tendo em conta a precisão dos prognósticos, dados os modelos matemáticos e as informações sobre a cultura e o espaço.

> Isso claramente cria uma tarefa para os praticantes da análise espacial. Uma curva, na melhor das hipóteses, é uma representação extremamente reduzida de uma sequência de eventos. Ela resume um processo que comumente não é confinado em um único ponto, em vez disso é compreendido em eventos separados espacialmente, que são consistentes com a mudança de relacionamentos em todos os locais envolvidos. (HÄGESTRAND, 1968, p. 4)

Na sua obra seminal, Hägerstrand aponta diferenças na observação do processo de difusão de inovações enquanto espacial ou corológico, em vez de simplesmente geográfico. Com o enfoque na distribuição espacial do fenômeno, o

autor visa as diferenciações socioespaciais que influenciariam na adoção de uma inovação. Em primeiro lugar, aponta a necessidade de generalização que cumpre a parte teorética de seu trabalho, observando o espaço em si, em vez de restringir a análise a um ponto sobre a superfície.

Em segundo lugar, o sueco menciona a relação do prefixo “geo” com as disciplinas do campo naturalista. Nesse ponto, aduz que as relações locacionais investigadas por seu trabalho são as horizontais “homem < > homem”, perpassando apenas as relações verticais “homem < > natureza”. Em terceiro lugar, discorre sobre a relação com o campo da corometria, ratificando sua preocupação quantitativa.

É nítida a preocupação do geógrafo sueco em apontar a interface entre as relações sociais e os processos espaciais, nesse caso, observáveis através da distribuição social do fenômeno no espaço e no tempo, produzindo derivações, diferenças e similaridades. Esse alinhamento intelectual na Geografia e Sociologia, mais recentemente assumindo a forma de complementariedade, tem em seu cerne a emergência da modernidade, mudando intensamente a vida das pessoas.

Ainda sobre difusão de inovações, Hägestrand aponta a preocupação com a imprecisão de um mapeamento das distribuições sociais, dada sua natureza caótica de sistema complexo. Mesmo com as TIC na atualidade, mapear as mobilidades no sistema territorial é um desafio metodológico árduo, em especial partindo de um pequeno recorte do território.

As distribuições físicas, ou melhor, dos elementos fisiográficos, seriam mais facilmente mapeáveis, haja vista sua natureza, ao passo que as distribuições sociais seriam mais difíceis, já que os humanos tem uma maior mobilidade, o que aumentaria a imprecisão.

Hägestrand (1968) justifica ainda a preponderância das variáveis sociais às variáveis fisiográficas a partir da natureza do trabalho. No exemplo dado pelo autor, o mapeamento de uma colheita, ainda que os fatores naturais tenham relevância, para tanto, a junção de elementos humanos tidos como diferentes permite estudar as transformações.

Em seu trabalho, o sueco analisa as mudanças distribucionais entre pontos fechados no tempo, o que faz através dos mapas isarítimicos, por meio da interpolação de dados geográficos em forma de ponto para dados em linhas, cobrindo uma área aproximada, no sentido de identificar similaridades e diferenças

entre os padrões de difusão, a fim de obter uma generalização, sem trabalhar procedimentos para a previsão do comportamento dessas distribuições no espaço.

3.2 Uma comunicação especial: Everett Rogers (2010)

Everett Rogers (2010), por sua vez, preconiza que a difusão de inovações é um processo em que uma inovação é comunicada, ao longo do tempo, através de certos canais entre os membros de um sistema social. O autor traz como principais elementos da difusão: a inovação, os canais de comunicação, o tempo e o sistema social. No caso aqui analisado, temos os aplicativos já mencionados; as redes sociais; a última década; e os usuários conectados em rede (CASTELLS, 2007) como elementos desse sistema, no espaço, no território do Recife.

Característico de sua formação, o sociólogo especialista em comunicação aborda a questão da difusão como um processo comunicacional de uma perspectiva sistêmica, não-linear. A troca de informações é parte de um processo de tomada de decisão que altera ou mantém direção e sentido nas relações entre dois ou mais indivíduos. Partindo dessa compreensão sistêmica e não-linear do processo de difusão de inovações, Rogers (1962, p. 6), aponta a importância da incerteza no estudo desse processo:

> Incerteza é o grau em que uma série de alternativas são percebidas com relação à ocorrência de um evento e a probabilidade relativa dessas alternativas. Incerteza implica falta de previsibilidade, de estrutura, de informação. A informação é um meio de reduzir a incerteza. Informação é uma diferença na matéria-energia que afeta a incerteza em uma situação em que existe uma escolha entre um conjunto de alternativas (Rogers e Kincaid, 1981). Uma inovação tecnológica incorpora informações e, portanto, reduz a incerteza sobre as relações de causa e efeito na solução de problemas. A difusão é um tipo de mudança social, definida como o processo pelo qual ocorre alteração na estrutura e função de um sistema social.

A troca de informações é parte de um processo de tomada de decisão que altera ou mantém direção e sentido nas relações entre dois ou mais indivíduos. É através da comunicação que se relacionam os sistemas de significados (RAFFESTIN, 1993) e seus agentes são vetores na sociedade e no território, sendo assim um processo de mão dupla.

Sua questão fundamental não é entender como um agente de mudança convence um cliente a adotar uma inovação, mas o que vem antes e depois disso. Para Rogers (2010) primeiro dos quatro elementos que compõem o processo de difusão de inovações seria a própria inovação. O manual de Oslo da OCDE (2005, p. 55) aduz que inovação é:

> a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas.

Já concepção do estadunidense, uma inovação tecnológica pode ser uma ideia, prática, ou objeto percebido como novo. Não importa se é objetivamente novo, como mensurado pelo lapso temporal desde os primeiros contatos. A novidade de uma inovação estaria mais bem expressa em termos de conhecimento, persuasão ou na decisão de aceitar ou rejeitar a inovação.

No estudo desse elemento do processo, Rogers traz algumas das principais questões dos estudiosos sobre o tema da difusão: como adotantes precoces diferem de adotantes tardios; como os atributos percebidos da inovação afetam a taxa de adoção de uma inovação; como a curva “S” de difusão decola entre 10% e 20% quando uma rede interpessoal se torna ativa para que então uma massa crítica de adotantes comecem a utilizar uma inovação.

Partindo do conceito de inovação tecnológica, aplicada à redução de incertezas ou à solução de problemas, assim trazendo algum benefício aos seus adotantes, para o autor, nem todas as inovações são necessariamente desejáveis. Algumas inovações são danosas e antieconômicas, portanto não desejáveis, ainda que o sejam para um tipo de adotante em uma situação que seja diferente de outro adotante.

No contexto deste trabalho, em que estamos estudando a difusão de apps de delivery na cidade do Recife, temos como hipótese que essa inovação seria antieconômica, haja vista extrair seu lucro da exploração do trabalho e do arrendamento “fundiário” no ciberespaço, chamado hoje de marketplace, ou melhor: do acesso ao Meio Técnico-Científico Informacional. Bem como sobre o consumo e

respectivas operações financeiras, mas não há refluxo sequer para os adotantes mais vulneráveis, os entregadores.

Ainda que seja desejável para a necessidade do consumidor, ou mesmo do comerciante que teria no app a existência daquele negócio na internet e a dinamização dos seus negócios, essa inovação, na forma como existe seria desejável para os trabalhadores precarizados? Como esse processo de comunicação captura os adotantes, sobretudo os já mencionados entregadores, a assumirem os papéis mediados pela inovação?

> Assim, o processo de decisão de inovação é essencialmente uma atividade de busca e processamento de informações em que um indivíduo é motivado a reduzir a incerteza sobre as vantagens e desvantagens da inovação. (ROGERS, 2010, p. 14)

Ifood, Rappi, James, Uber Eats, atualmente as empresas detentoras das maiores fatias do mercado consumidor nos *apps*, operariam da mesma lógica. Talvez, no intuito de reduzir a incerteza sobre o que comer, o que vestir, e outras questões fundamentais à vida humana, diante do cenário corrente de desemprego, os mais vulneráveis escolham a precariedade.

Ainda sobre o processo de decisão que envolve a adoção de uma inovação, Rogers (2010) aponta algumas características fundamentais: a vantagem relativa, ou seja, o quanto uma inovação é percebida como melhor que outra em termos econômicos, sociais, conveniência, e etc; a compatibilidade dessa inovação com o sistema social; a complexidade dessa inovação; o quanto essa inovação é testável; e a possibilidade de se enxergar seus resultados facilmente. Inovações que são percebidas tendo maior vantagem relativa, compatibilidade, que sejam experimentáveis, tenham resultados observáveis e menor complexidade serão adotadas mais rapidamente.

Como vimos anteriormente em Rogers (2010), a difusão de inovações é uma comunicação especial, em que a mensagem contém uma ideia nova. É nesse sentido que ele aponta os canais de comunicação como um dos elementos do processo de difusão de inovações.

O cerne do processo de difusão de inovações é a troca de informações em que se transmite uma inovação a uma ou mais pessoas. Em suma, o processo envolve: uma inovação; um indivíduo ou grupo que conhece a inovação ou a experimentou; um outro indivíduo ou grupo que ainda não conhece ou não experimentou a inovação; e um meio de comunicação que os conecta.

Dentre os canais ou meios de comunicação, o autor destaca primeiramente os de massa, dada a velocidade e eficiência na transmissão da informação aos adotantes em potencial. Ao mesmo tempo, aduz que meios de comunicação interpessoal são mais efetivos em persuadir os indivíduos a aceitar uma nova ideia tendo em conta formas importantes de validação no sistema social.

Rogers (2010) ressalta o poder da internet no processo de difusão de inovações, sendo o mais importante meio de comunicação de massas, bem como permite a individualização da comunicação através dos *messengers*, os aplicativos de mensagens.

Vale ressaltar que o paradigma atual, o das TICs promoveu uma percepção de aceleração do tempo desigualmente imputada sobre os espaços, sobre os territórios, através da velocidade na comunicação disponível, um dos componentes da Globalização, tornando os territórios mais permeáveis ao dinheiro e à informação (SANTOS, 2009).

Para melhor compreensão do fenômeno da difusão de inovações, a observação da sua distribuição com relação ao tempo é uma estratégia imprescindível. Rogers (2010) ao falar do terceiro elemento no processo de difusão de inovações demonstra preocupação com os estudos temporais nas ciências comportamentais, seja pela sua ausência ou pela forma de medir a dimensão do tempo, que frequentemente dependem memória dos respondentes, o que poderia acarretar em alguma imprecisão.

Na visão de Rogers (2010), a taxa de adoção ao longo do tempo e o tempo relativo de adoção são medidas para compreender como se distribuem o processo de difusão através do tempo, a primeira observando o tempo em que se distribuem as categorias de adotantes e outra atrelada às relações sociais em que se inserem essas categorias.

Como já mencionado, pensamos em como os acúmulos desiguais de tempo sobre o espaço são estruturantes da realidade, e por conseguinte dos sistemas

social e territorial, sobretudo, uma vez que a desigualdade influencia nos acessos, nos limites do espaço social e suas permeabilidades.

Exemplificamos mais uma vez através das relações mediadas pelos *apps* em que os entregadores estão na ponta de uma estrutura tecnológica extremamente sofisticada, que faz o gerenciamento algorítmico baseado na geolocalização e nas relações de oferta e demanda *just in time* (ABÍLIO, 2020).

A pressão sobre o tempo desses trabalhadores – condicionados por uma estrutura que os lega uma desigualdade sociotécnica - os obriga a imputar mais dinâmica, a acelerar suas corridas pra alcançar a meta, pra ter o mínimo de condições de vida. O que condicionaria o proletariado digital (ANTUNES, 2018) a serem em geral usuários de outros aplicativos para complementar o tempo ocioso ou subutilizado, quando da baixa frequência de pedidos, no sentido de reduzir a incerteza de seus ganhos diários, ratificando a noção de técnica, ou tecnologia como empirização do tempo (SANTOS, 2002).

O terceiro elemento chave no processo de difusão de inovações, o sistema social, é um arranjo de unidades de adotantes relacionadas entre si, engajadas na solução de um problema para alcançar um objetivo comum, na concepção de Rogers (2010). Esses conjuntos de indivíduos organizam-se e distribuem-se de forma padronizada, baseada em algumas categorias, ainda que distintos entre si. Esses arranjos são fundamentados pela estrutura social em um sistema, como já mencionamos[4]. A estrutura por meio da qual se empiriza o tempo no espaço promove a normatização, a normalização.

Essa normalidade produz certo nível de previsibilidade sobre os comportamentos, reduzindo assim a incerteza. O estadunidense menciona que essa estrutura social pode ser formal, carregada por mais engessamentos orientados pela necessidade de se prever os comportamentos dentro dos objetivos da organização; ou ainda informal, haja vistas as redes de relacionamento interpessoais em várias circunstâncias.

Ele define essa estrutura de comunicação como os diferentes elementos que podem ser reconhecidos nos fluxos padronizados de comunicação em um sistema. Nesse sentido recorremos ao conceito de homofilia (ROGERS, 1962, p. 19), que “ocorre quando indivíduos similares pertencem aos mesmos grupos, moram ou

[4] P. 6

trabalham nas proximidades, e compartilham interesses similares.” Para o autor, uma estrutura de comunicação seria criada em um sistema de arranjos de indivíduos homófilos. A estrutura de um sistema social, portanto, tem um impacto na difusão de inovações, podendo facilitá-la ou impedi-la.

3.3 Uma Abordagem Territorial: Ana Cristina Fernandes (2016)

Partindo disso, chegamos ao trabalho de Ana Cristina Fernandes (2016) sobre o que ela chama de Sistema Territorial de Inovação (STI). A autora preocupa-se com a dimensão territorial da inovação, em que pese o conceito de território como um espaço delimitado por e para relações de poder (CORREA, 1995).

Atribuindo a significação de Raffestin (1993, p. 144), em que trabalho, energia e informação seriam os compontentes para a produção das relações de poder, produzindo assim territorialidades. A paisagem da economia de um território produzido por meio da colonialidade, do escravagismo, do genocídio, do descaso é a do desemprego, da informalidade, da baixa renda e da precariedade nas relações de trabalho.

Em todo o percurso desse trabalho, mencionamos como as assimetrias sociais, econômicas e políticas afetam o processo de difusão de inovações. Sendo essas características intensamente verificáveis no que conhecemos como mundo subdesenvolvido, em especial no lócus do caso em estudo, a saber, uma metrópole periférica do capitalismo tardio, com influência macrorregional, e sedimentada em uma territorialidade colonial.

Fernandes (Op. Cit.) aponta para uma construção conceitual em que combina a abordagem de Jacobs (1969) sobre a cidade como forma de criação de trabalho novo e uma discussão sobre o conceito de Sistema de Inovação com a reflexão de Milton Santos sobre o Meio Técnico-Científico Informacional e a tecnologia como produtora da realidade do mundo subdesenvolvido.

Associando tecnologia, cidade e região, a autora visa compreender as transformações do território produzidas pela introdução e uso disseminado da tecnologia, o que é muito caro aos objetivos do caso em estudo, sobre o infoproletariado digital global (ANTUNES, 2018) em Recife.

> Os sistemas urbanos de regiões e países menos desenvolvidos são destacados não apenas devido às condições precárias de habitação, saneamento, transporte e condições de trabalho prevalentes em suas cidades, mas também pela “estrutura primaz” que apresentam, isto é, a elevada concentração de população, investimento e infra-estrutura em alguns poucos centros urbanos de grandes proporções, muitos dos quais capitais nacionais. (FERNANDES, 2016, p. 6)

Segundo autora, essas formações econômicas e territoriais estariam diretamente ligadas com sua estrutura econômica territorial contemporânea, em que as cidades seriam lócus para a observação desse fenômeno na realidade. Essas altas concentrações de pessoas para que o “burburinho” das interações humanas, intensificadas pela por essa concentração.

Mas no mundo subdesenvolvido, essa produção urbana estaria condicionada à áreas centrais. Ao nosso trabalho, é caro observarmos como isso se reproduz mesmo na escala intraurbana: áreas urbanas centrais recebendo maiores investimentos e áreas periféricas sendo historicamente negligenciadas e os sujeitos que as ocupam sendo subordinados em sua cidadania, em seus corpos.

Um sistema territorial que difunde uma inovação em que as desigualdades sociais e raciais ficam escancaradas por meio de uma relação econômica, é um território que carrega essas marcas em sua história. As concentrações urbanas do Brasil são altamente densas, e marcadas por esses traços históricos no seu território, tendem a reproduzir desequilíbrios ambientais, sociais e econômicos.

Fernandes (Op. Cit.) adiciona à discussão a compreensão de cidade como concentrações geográficas de excedente social, a partir das relações culturais, bens e serviços, conhecimento, inovações, e funções regionais de mercado. Além das questões administrativas: arrecadação, organização das atividades econômicas e sociais, no sentido de promover eficiência. Essa necessidade encaminharia portanto uma divisão do trabalho.

Lançando mão na obra de Jacobs (1969), Fernandes (2016) afirma que a cidade é um vetor para a especialização produtiva e a divisão do trabalho, no intuito de solucionar problemas, a partir da interação entre indivíduos com diferentes habilidades

Sendo assim, a cidade é vital para a produção e difusão de inovações orientadas a solução de problemas no território. Ao passo que, observada a estrutura social num território marcado pelo que Jacobs (1969) chama de trabalho

velho, haveria barreiras ou tendências à essa difusão, condicionadas por essa mesma estrutura territorial.

Para Fernandes (Op. Cit.), essa dimensão espacial da inovação estaria relacionada à perspectiva de desenvolvimento econômico, em que as competências inovativas dos sujeitos estariam vinculadas à dimensão histórica da divisão do trabalho. A ideia de uma sociedade baseada no progresso técnico tem por base as escolhas pretéritas, e que segundo a autora, gerariam efeitos retroalimentadores, condicionando as escolhas do presente e limitando os resultados em potencial, dando causa à uma inércia na configuração do sistema territorial.

> Para além das conceituações pioneiras, sistema de inovação deve ser entendido, então, como função de códigos, práticas, valores, sanções sociais, relações de confiança entre sujeitos que influenciam o processo de inovação, premiando ou dificultando a ação coletiva e individual com vistas a identificar problemas tecnológicos, a gerar e difundir novas tecnologias (Fernandes e Lima, 2006). (FERNANDES, 2016, p. 16)

A autora aponta para uma construção teórica conceitual para representar o Sistema Territorial de Inovação, discorrendo sobre leituras possíveis para o conceito de território, denotando as relações de poder envolvidas não apenas na produção, adoção e difusão de inovações, mas na produção de um espaço subordinado e sem o potencial para reagir ante os interesses de sujeitos ou organizações, focados no lucro.

Além disso, autora aponta uma possibilidade de outra globalização (SANTOS, 2001), partindo de horizontalidades para com os grupos sociais menos beneficiados pelo desenvolvimento científico e tecnológico, no sentido de seu empoderamento, o que reforça as noções sobre relações de poder, o que ela chama de Geografia política da inovação, no sentido de fornecer subsídios à compreensão do fenômeno do desequilíbrio regional e da resistência local aos interesses alheios ao território.

4 FÁBULAS, PERVERSIDADES E POSSIBILIDADES DE OUTRA GLOBALIZAÇÃO NA DIFUSÃO DE APLICATIVOS DE ENTREGA: INFOPROLETARIADO GLOBAL EM RECIFE

A seguir, articulamos a abordagem de Hägerstrand, que aponta a difusão de inovações enquanto um processo espacial; a de Rogers (2010), por meio de um quadro conceitual e categórico mais generalizador para os estudos nesse campo; com a abordagem de Ana Fernandes (2016), que posiciona o sistema territorial como um elemento central nos estudos sobre inovação e políticas de CT&I para o desenvolvimento.

Fernandes (2016) discute as possibilidades de uma geografia política da inovação. A autora preconiza que a atual divisão social do trabalho entre centro e periferia é um dos vetores do subdesenvolvimento, no sentido de as assimetrias produzirem ou reforçarem barreiras à produção e difusão da inovação. As perversidades e possibilidades de outra globalização não poderiam ser observadas sem a devida contextualização, onde se insere a difusão dos *apps* de *delivery*.

As perversidades, oriundas da tirania do dinheiro e da informação (SANTOS, 2001), produzem e reproduzem condições que remontam à gênese do território (MORAES, 2001), e isso condiciona os territórios no mundo subdesenvolvido à subordinação em escala global (SANTOS, 2001). Nesse sentido, abordaremos um breve contexto do período contemporâneo em que se insere o trabalho por aplicativos de entrega, e um contexto socioterritorial. Em seguida, trataremos das perversidades e possibilidades.

4.1 Contexto socioeconômico e territorial

As variações produzidas no espaço e no tempo que foram introduzidas a partir da colonização, seguiram aprofundando-se por meio das modernizações, ao longo dos períodos históricos que materializam um paradigma tecnológico no espaço (SANTOS, 2004), capitanearam a produção do espaço no mundo subdesenvolvido até a contemporaneidade.

Essas derivações produziram uma diferenciação socioespacial, não apenas com relação ao mundo tido como desenvolvido, mas internas ao sistema territorial. Isso certamente limita seus conjuntos de possibilidades aos interesses de outros,

geralmente não adstritos aos espaços que condicionam essas variações (SANTOS, 2004). Como resultado, os países que sofrem o subdesenvolvimento apresentam uma espacialidade fragmentada e multipolarizada, por ser alvo da constante especulação de seus conteúdos (SANTOS, Op. Cit.).

Esses espaços se tornam altamente instáveis graças ao aumento da incerteza que decorre dessa especulação e da respectiva exploração, para atender a interesses não comprometidos com o território. Promovendo desorganização no espaço, como discutiu o professor Manuel Correia de Andrade (1970, p. 49), ao trazer a noção de região de especulação e outros tipos de organização espacial no mundo subdesenvolvido à luz do geógrafo francês Bernard Kayser. Esses espaços concentram os fluxos econômicos e culturais das suas respectivas áreas de influência, mas com uma redistribuição precária ou inexistente.

A incerteza à qual nos referimos é refletida no cenário econômico em diversas escalas: na escala geoeconômica, com os países subdesenvolvidos dependentes das “ajudas” financeiras de fundos internacionais, bem como a sujeição aos termos comerciais que lhes são impostos pelos países desenvolvidos; e pela promessa de instalação de empreendimentos no território nacional, sobretudo na escala macrorregional; e na escala local, graças à profunda desigualdade no acesso aos diversos capitais, sobretudo à renda. (SANTOS, Op. Cit.).

É o começo da segunda década do século XXI. As transformações promovidas pelas sucessivas modernizações (SANTOS, 2004) nesses últimos anos continuam acontecendo e, literalmente, de forma avassaladora: além de cada vez mais rápidas, sujeitando cada vez mais pessoas. Milton Santos (Op. Cit., p. 31) aduz que para entender essas transformações é preciso ter a noção de que “cada período é caracterizado pela existência de um conjunto coerente de elementos de ordem econômica, social, política e moral”.

Moralmente, são duas décadas de escândalos envolvendo o alto escalão do Estado brasileiro e, mais recentemente, o escancaramento de velhas hipocrisias através da pandemia da COVID-19, o que nos levaria ao âmbito político. Um país que inicia este século recém democratizado, e agora com 32 anos de vigência de sua Constituição Federal, a cidadã, dava seus primeiros passos no caminho da diminuição substancial das desigualdades sociais, em especial as regionais, analisadas em contribuições de grandes intelectuais no século anterior como Manuel Correia de Andrade, Tânia Bacelar e Celso Furtado, Aziz Ab-Saber, Milton Santos.

A partir da redemocratização marcada pela Constituição cidadã, foram implementados projetos para algo próximo do bem estar social, mas ainda aquém do mínimo necessário. Mas já na década de 1990 começam os questionamentos às políticas sociais implementadas em consequência da Carta Magna, reverberando o discurso sobre Estado mínimo que tem se tornado cada vez mais frequente na atualidade. Esse país, agora devastado pela pandemia da COVID-19, em que a desigualdade estrutural nesse território acumulada (BITOUN, 2019), resultado do pouco caso dos governantes, que não se demonstram comprometidos com a verdade em terra de *fake news*, e preocupam-se sequer com a manutenção do Estado Democrático de Direito, com a integridade do território nacional e seu desenvolvimento ou com a manutenção de seu bem-estar e da coesão no tecido social.

Nesse âmbito, o social, a modernização atinge seu cume: internet, os mecanismos de busca, as redes sociais, os aplicativos... As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) intensificaram os fluxos de conhecimento circulando no território nacional, graças à expansão promovida nas telecomunicações, fruto de políticas públicas de governos anteriores, e que influenciam fortemente os processos políticos da história recente do Brasil, em especial durante a pandemia, mobilizando uma massa de pessoas para o infoproletariado (ANTUNES, 2018) dos aplicativos.

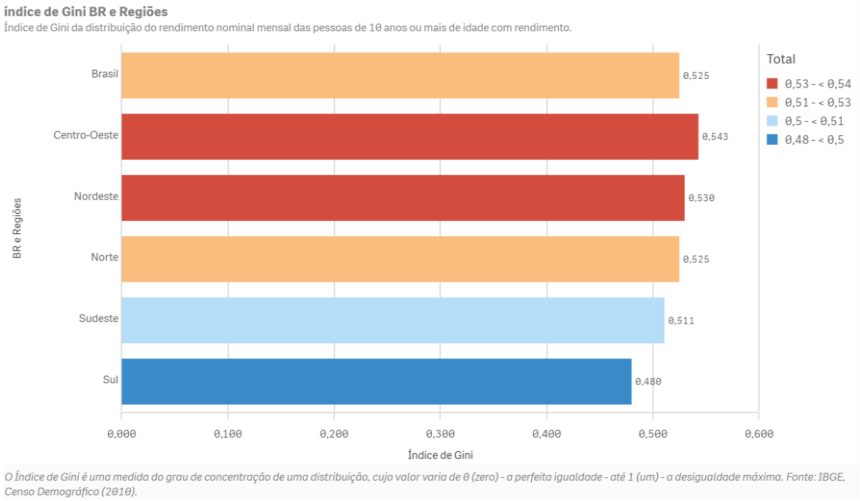
Essa intensidade de fluxos é encaminhada à dimensão econômica, sempre interessada na localização e nos lugares centrais, ou agora, geolocalização, utilizando-se de noções de *Geomarketing* (CLIQUET, 2013). Esse volume de dados produzidos, agora são moeda. Mesmo a moeda foi reinventada, agora é criptomoeda.

A PNAD Contínua (IBGE, 2017) aponta que aproximadamente 70% dos brasileiros de dez anos ou mais de idade declararam usar internet no período de referência. A mesma pesquisa indica o uso de telefones móveis por 97% do mesmo grupo amostral. Aparentemente a inclusão digital - problema da década passada - aconteceu, mas essa sociedade em rede (CASTELLS, 2007) se apresenta cada vez mais fragmentada pelos mecanismos que servem às estratégias corporativas nacionais ou supranacionais para gerar consumo dirigido no ciberespaço (SILVA, 2002; PIRES, 2005; DE MORAES, 2013).

No caso brasileiro, já tensionado por modernizações anteriores, a desigualdade social atingiu o patamar mais alto nos últimos sete anos, vide o coeficiente de Gini, como dispõe o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que foi de 0,627 em 2019 (explicar metodologia FGV). Mais de dez pontos dos 0,525 identificados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010. Apesar de fontes e anos diferentes, o índice de Gini é uma estatística padronizada globalmente para fins de aferir a distribuição de renda.

Acreditamos que essa tal era da informação, através do meio técnico-científico-informacional (MTCI) (SANTOS, 2002), produziu um paradoxo notável: espaços que ao mesmo tempo são modernizados e atrasados. O advento da internet – que reestruturou não só os meios de produção bem como a divisão social do trabalho e o consumo, e ampliou a diversidade de necessidades ou gostos – força o aparelho econômico a se adaptar para atender às demandas da sociedade em rede, pressionando o circuito inferior, sempre atrasado por natureza de sua posição no sistema, a se adaptar aos novos e sucessivos *inputs* no seu sistema social e territorial, a despeito de suas precariedades (SANTOS, 2004).

Figura 3 – Coeficiente de Gini do Brasil e suas Macrorregiões, IBGE 2010



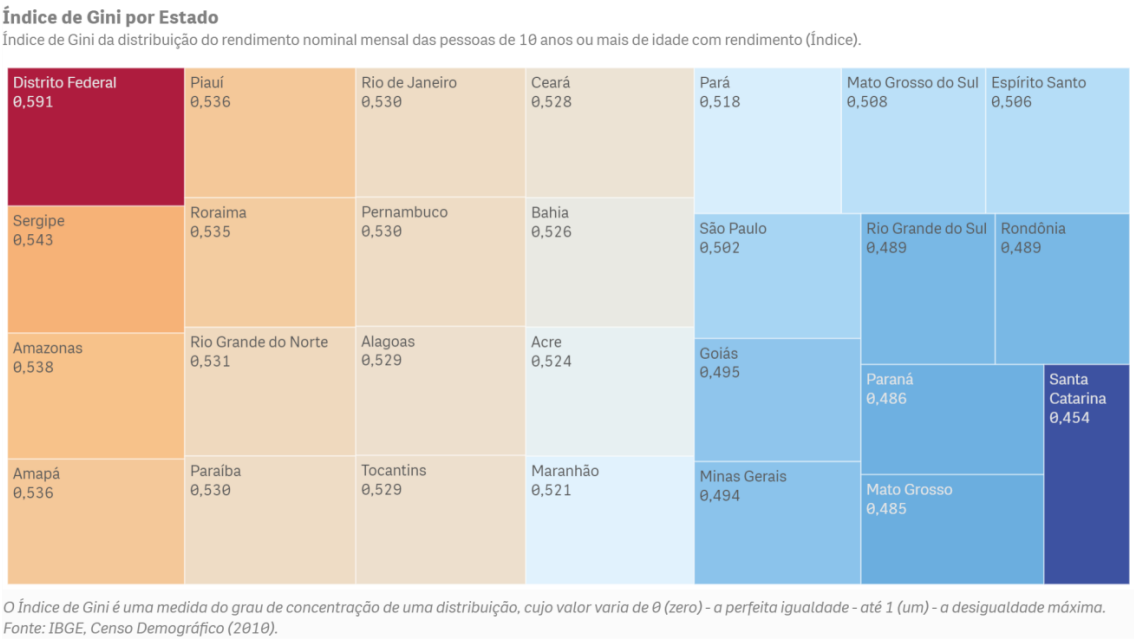
Fonte: Correia (2019).

É nesse sentido que mobilizamos o conceito de território para a análise do fenômeno econômico em questão, a difusão de inovações, evocando noções da

economia política, de modo a compreender a difusão não apenas enquanto um processo em si mesmo, mas nos seus impactos sobre os usuários em um sistema social, ou melhor, territorial, e nas relações de poder que antecedem e sucedem sua difusão.

Segundo Corrêa (1995, p. 18), na Antropogeografia de Friedrich Ratzel apresentam-se os seguintes conceitos: território e espaço. “O primeiro vincula-se à apropriação de uma porção do espaço por determinado grupo, enquanto o segundo expressa as necessidades territoriais de uma sociedade em função de seu desenvolvimento tecnológico.” Corrêa (op. cit.) ainda afirma que o espaço seria "anterior ao território", já que se transforma em território através da política, "por consequência, revela relações marcadas pelo poder" (Raffestin, 1993, p. 143-144).

Figura 4 – Gráfico de árvore indicando coeficiente de Gini dos estados brasileiros, 2010 [??]



Fonte: Correia (2019).

Pode-se concordar com Sack (1986, p. 3) quando afirma que a territorialidade “é uma estratégia humana para afetar, influenciar e controlar”. As ações mobilizadas por diversas estratégias promovem a ocupação do espaço, fluxos, expansões,

retrações, por meio das finalidades ou funções a ele atribuídas, exercendo-se poder, tornando o espaço em território. Sobre o conceito de territorialidade, Sack (1986, p. 6) diz:

> A Territorialidade para os humanos é uma estratégia geográfica poderosa para controlar pessoas e coisas através de um controle de área. Os territórios políticos e a propriedade privada da terra podem ser as suas formas mais familiares, mas a Territorialidade ocorre em vários graus e em inúmeros contextos sociais. Ela é usada nas relações do dia-a-dia e nas organizações complexas. A Territorialidade é uma expressão geográfica primária do poder social. Ela é um meio pelo qual o espaço e o tempo estão interrelacionados.

Nessa acepção, Raffestin (1993, p. 145) complementa:

> A delimitação de um território, o controle de pontos, de ilhas, de cidades etc. e o traçado de rodovias, de vias etc. não surgem de uma axiomática euclidiana traduzida em termos de relação de poder? Não somente estamos tentados a dizê-lo, como o afirmamos! A única coisa que não é imediatamente possível mostrar é o sistema de axiomas dessas relações de poder. Para aí chegar, seria conveniente analisar, desde o Renascimento, as grandes políticas espaciais dos Estados em relação às suas realizações territoriais.

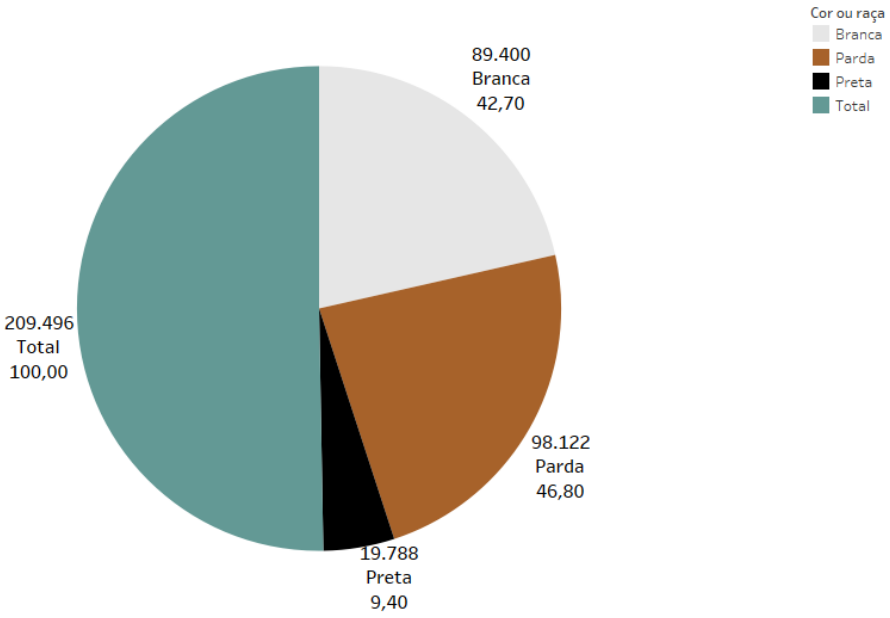
Os conceitos de território e territorialidade são contextualizados, lançam fundamentos para conectar os axiomas dessas relações de poder que remontam à formação do território brasileiro como um sistema territorial. Nesse sistema, ter-se-ia as competências para se produzir ou difundir inovações, como vimos em Fernandes (2016).

Contudo, essas competências estariam limitadas pelos condicionantes de uma economia escravista na sociedade e no território, impondo aos sujeitos – em especial africanos, indígenas e seus descendentes – um legado de escassez, de miséria, bases da sua subalternidade estrutural. Para entender como uma divisão social do trabalho enviesada por esses fatores molda as relações de poder na contemporaneidade, é preciso lançar mão de um recorte racial.

Ao admitirmos que o território brasileiro foi formado tendo como principal atividade econômica o agroextrativismo de commodities e o tráfico de humanos originários de África e da América, persistindo por quase quatro séculos até o final

do século XIX, é forçoso reconhecer que a produção de espaços desde então é condicionada pela influência dos acúmulos desiguais nesse sistema escravista (CORREIA, 2019), em que a desigualdade de renda e a distribuição populacional teriam como pontos de partida desdobramentos do emprego duradouro do trabalho escravo.

Figura 5 – Distribuição populacional por cor ou raça e seus respectivos percentuais



Fonte: PNAD Contínua IBGE (2019). **Elaboração:** o autor.

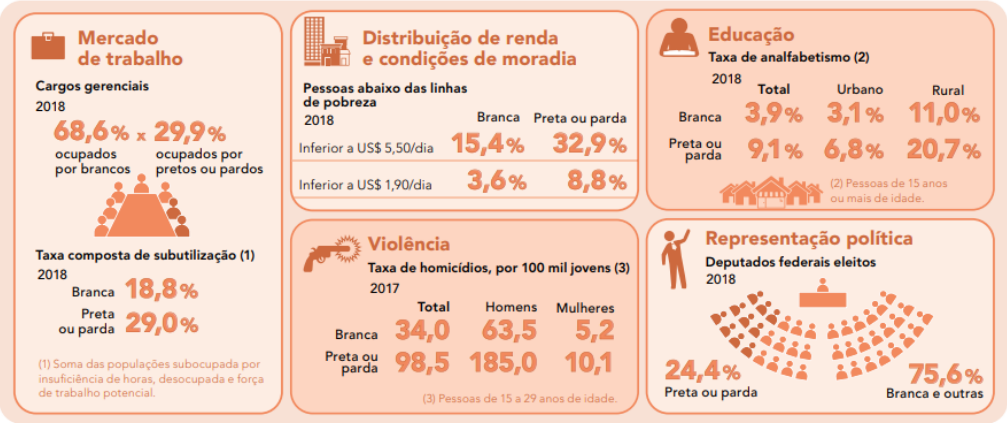
Para contextualizar com o caso em estudo, observamos como esses acúmulos condicionam os grupos étnicos no sistema social, afetados diretamente por isso em seus conjuntos de possibilidades, evidenciados aqui por meio dos indicadores de “Desigualdade Social por Cor ou Raça” (IBGE, 2019).

O informativo do IBGE traz informações sobre as desigualdades sociais por cor ou raça elencando itens essenciais à reprodução da vida da população brasileira. Os indicadores dispostos na Figura 5 nos mostram um retrato dos desdobramentos da colonização e seu modelo escravista no sistema social brasileiro, através da desigualdade entre brancos e o aglutinado de pretos e pardos como uma unidade,

de modo a apontar uma divisão étnico-racial mais precisa do retrato da sociedade brasileira do que a mera distribuição por cor equivalendo à raça.

A publicação baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua – do ano de 2018 ressalva a “baixa representação das populações indígena e amarela no total da população brasileira quando se utilizam dados amostrais.” (IBGE, 2019, p.2). Como essa estrutura enviesada pelo racismo afetou o sistema social e produziu papéis subalternos através desses condicionamentos? Vejamos o que nos mostra a figura 6:

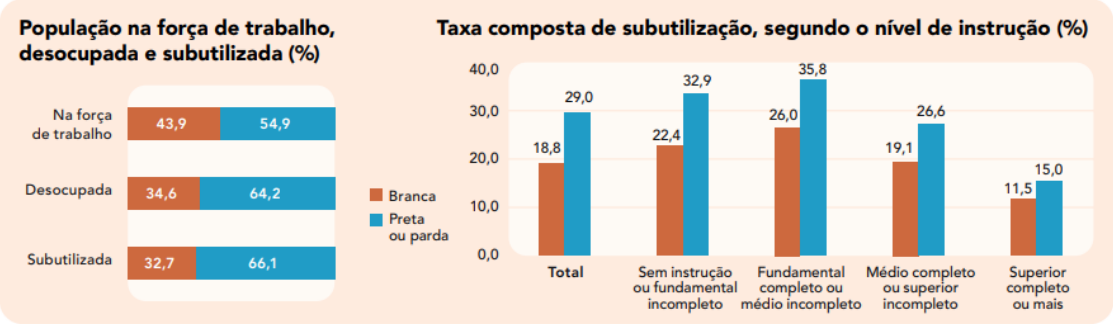
Figura 6 –Desigualdade entre brancos e pretos e pardos



Fonte: IBGE (2019, p. 1)

Segundo a PNAD Contínua do IBGE (2019), as pessoas de cor ou raça preta ou parda constituem a maior parte dos mais de 210 milhões de brasileiros, representando 56,2%. Em 2018, essa população constituía a maior parte da força de trabalho no país - nas condições mais vulneráveis - cenário que remete à colonialidade.

Figura 7 - Desigualdade entre brancos e pretos segundo a população na força de trabalho em condição desocupada e subutilizada com os níveis de instrução

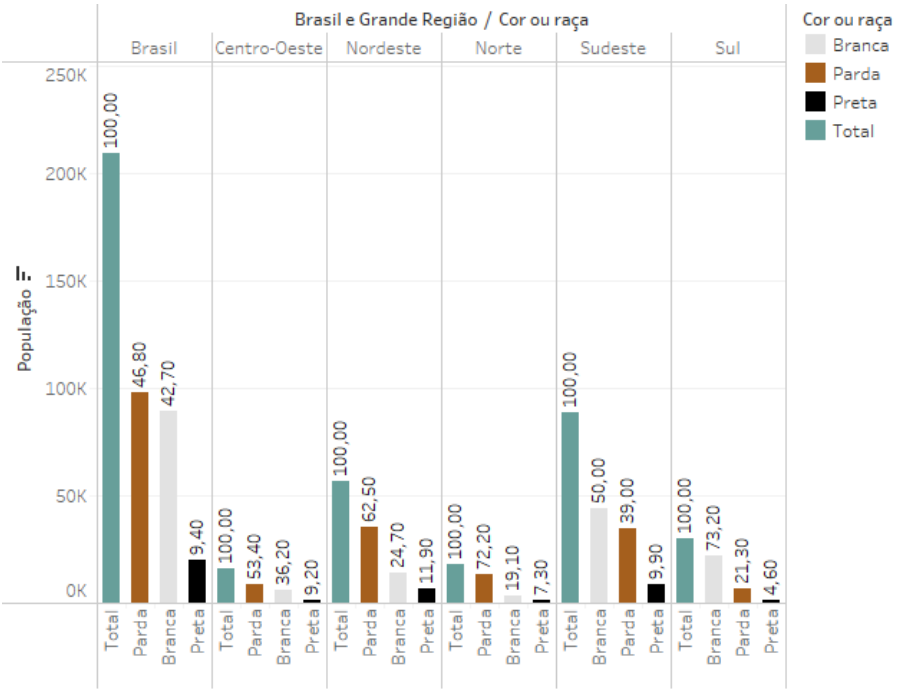


Fonte: IBGE (2019, p. 2)

Figura 8 – Proposta de divisão regional do Brasil segundo Milton Santos e Maria Laura Silveira

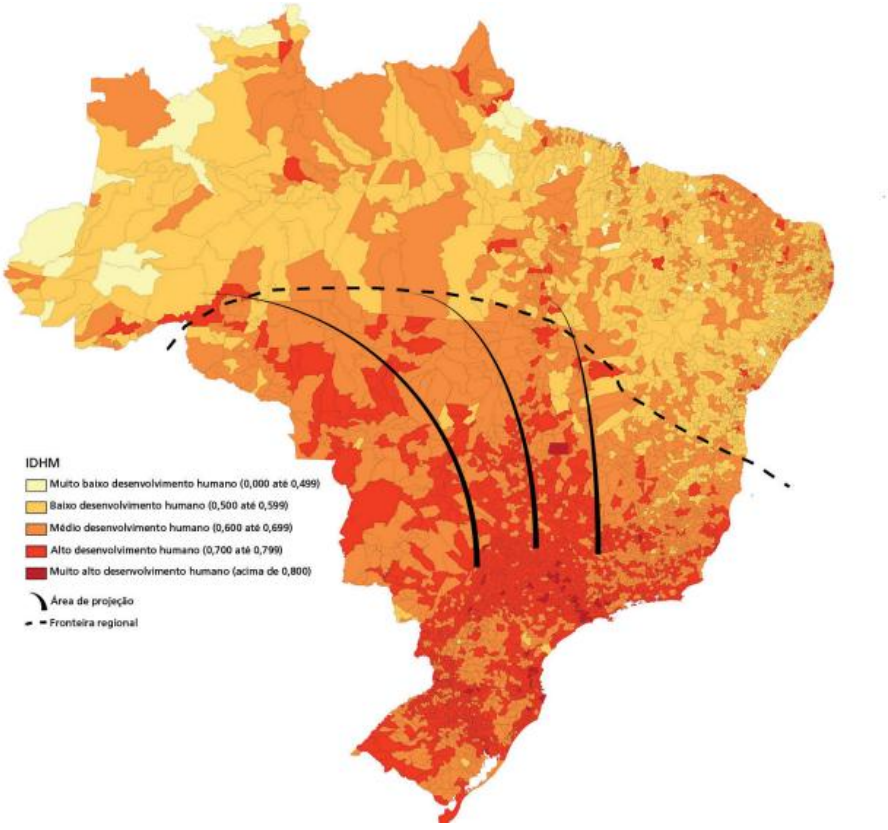
Fonte: Santos e Silveira (2001).

Figura 9 – Distribuição da população por cor ou raça no Brasil e macrorregiões



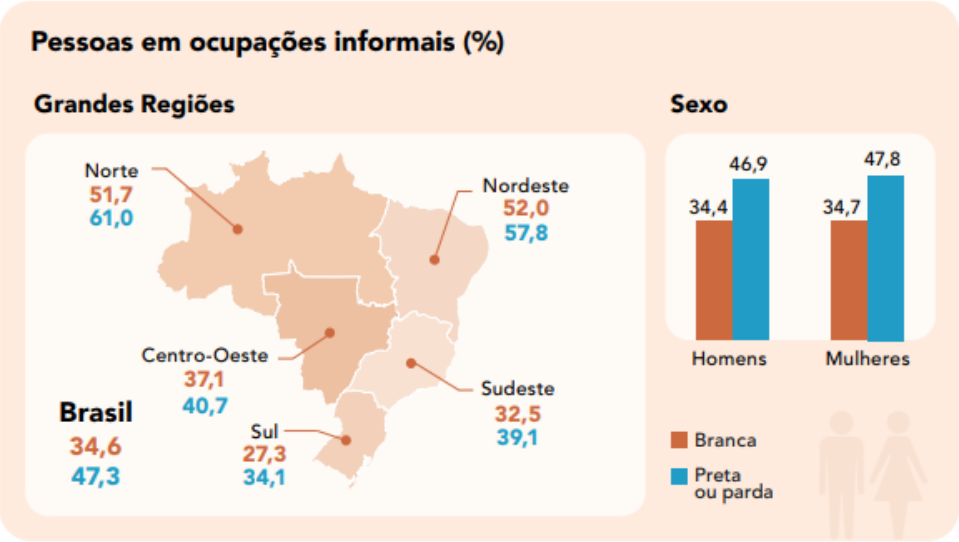
Elaboração: o autor. **Fonte:** PNAD Contínua IBGE (2019).

Figura 10 – Distribuição espacial do IDHM no território nacional (2010)



Fonte: Boscariol (2017).

Figura 11 - Infográfico sobre a desigualdade regional entre brancos e pretos e pardos no mercado de trabalho



Fonte: IBGE (2019, p. 3)

A reprodução dessa estrutura desigualmente acumulada se apresenta ao longo do tempo e no espaço, em que é possível obter um recorte regional, se compararmos as figuras 7, 8, 9 e 10. A precariedade no acesso às condições básicas de vida, mais predominante nas regiões Norte e Nordeste, vide a figura 10, estaria contextualizada com a divisão regional proposta por Milton Santos e Maria Laura Silveira (figura 8), que tem em conta os fatores socioeconômicos, inclusive a capacidade de infraestruturação técnica e o meio físico que compõe cada uma das quatro unidades regionais, ou dos quatro brasis.

Haveria então uma correlação entre a precariedade estrutural, a distribuição regional das populações herdeiras dessa dívida histórica e suas competências para produzir ou consumir e difundir inovações. Vide sua distribuição regional na figura 9: em contraposição à chamada “região concentrada” (SANTOS; SILVEIRA, 2001), que apresenta uma melhor qualidade de vida (figura 8) e melhores indicadores socioeconômicos, tendo menos pessoas que estariam influenciadas diretamente pelos condicionamentos de uma economia, um Estado e um território que se firma sobre bases escravistas, demonstrando esse acúmulo desigual na estrutura macrorregional do país.

O que serviria de base para a disposição de ocupações informais, ou melhor, trabalho precarizado nas regiões brasileiras (figura 11), em especial na região

Nordeste, lócus do caso em estudo. Ao observarmos uma territorialidade secularmente subordinada, é possível enxergar como os objetos e ações (SANTOS, 2002) são articulados para cumprir finalidades orientadas por intenções fundadas na tirania do dinheiro e da informação (SANTOS, 2009), produzindo divisões sociais e territoriais do trabalho fundadas na subordinação e dependência, como menciona Fernandes (2016) ao recuperar Celso Furtado.

Isso condicionaria a sociedade em seu território, cujo lócus para produção de inovações seria a cidade, a reproduzir apenas trabalho velho, pouco qualificado, pouco especializado, “e, na melhor das hipóteses, alguma tímida difusão de inovações produzidas em lugares distantes” (FERNANDES, 2016, p. 10).

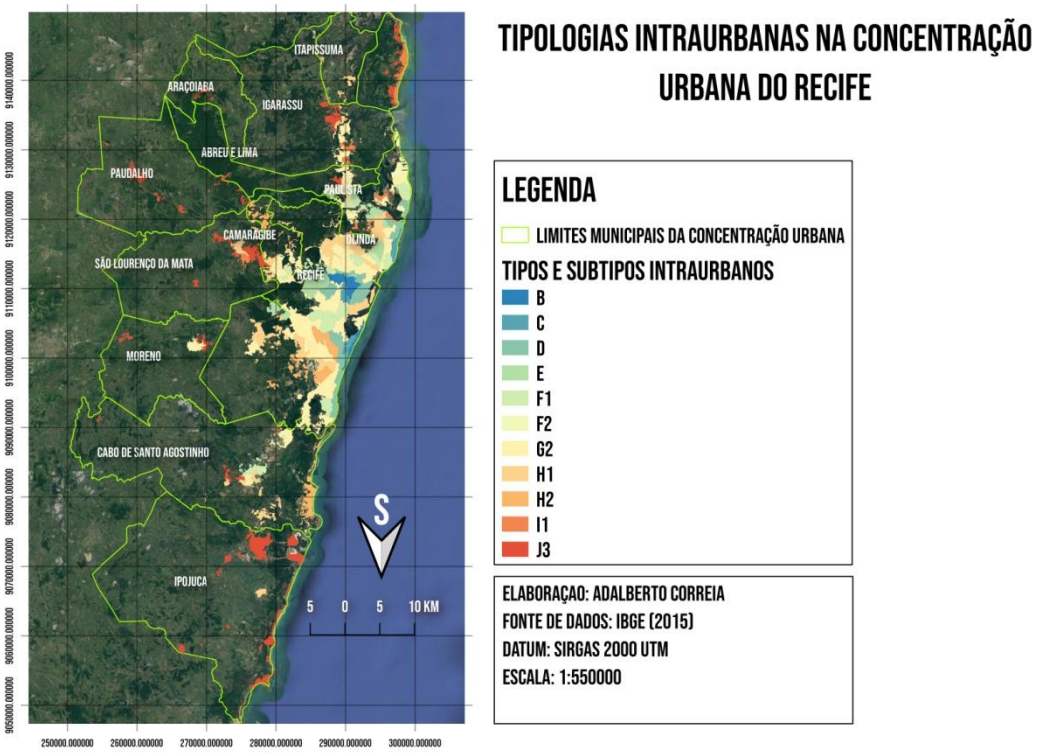
Ao passo que o trabalho novo - que traria desenvolvimento ao território - estaria restrito a nichos, produzindo uma cidade desigual, que concentra as competências inovativas em áreas centrais, em detrimento do trabalho velho nas áreas periféricas, aproximando-se do conceito de rugosidades (SANTOS, 2002).

> Essa tendência ao desequilíbrio da rede urbana é tanto maior quanto menos desenvolvida for a região e a cidade que a polariza justo porque a menor renda média e a pouca importância atribuída às competências inovativas da população forçam a concentração ainda maior dos investimentos e serviços nos poucos núcleos superiores da rede urbana. Nos países e regiões subdesenvolvidos, esta é, portanto, denominada de dendrítica, isto é, acentuadamente desequilibrada, por concentrar população e investimentos no topo da hierarquia urbana, a cidade primaz, localizada excentricamente à hinterlândia, carente de níveis hierárquicos intermediários e povoada de grande número de pequenos núcleos de população desprovidos dos serviços e funções urbanas necessárias à reprodução satisfatória da sociedade e da economia (Corrêa, 2006). (FERNANDES, 2016, p. 12)

A melhor forma que encontramos para exprimir o dito por Ana Fernandes (2016) na citação acima foi através do mapa das tipologias intraurbanas do Recife, exposto na figura 10. Sobreposta sobre a mancha urbana, podemos observar a forma dendrítica, a concentração de melhores condições de vida, e os núcleos de ocupação em condições mais precárias.

Lançamos mão nessa classificação do IBGE (2015) com o intuito de compreender a diferenciação socioespacial na estrutura do território da cidade, por meio dos tipos e subtipos intraurbanos, que representam a qualidade de vida no espaço intraurbano.

Figura 12 – Mapa das tipologias intraurbanas na concentração urbana do Recife

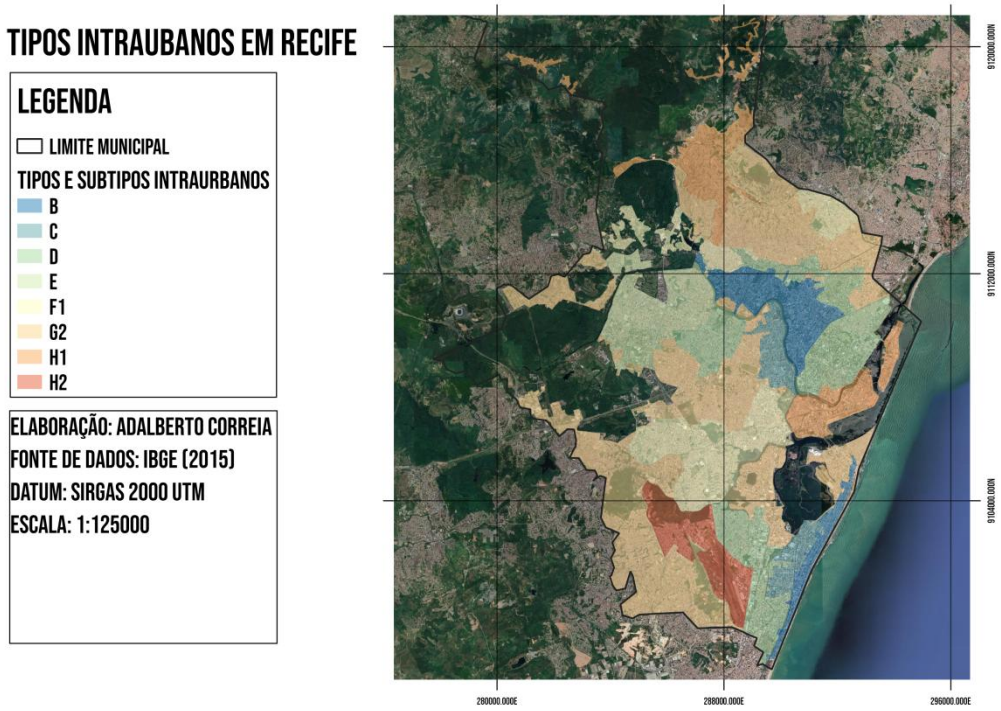


Fonte: IBGE (2015). **Elaboração:** o autor.

Nota: Os tipos e subtipos intraurbanos tem intuito de compreender a diferenciação socioespacial nos aglomerados urbanos do Brasil. Os tipos variam da letra A, em tons de azul, à letra K, em tons de vermelho, com tons intermediários mais amarelados.

O nono em população, dentre os mais de cinco mil municípios no país, com mais de um milhão e quinhentas mil pessoas, um índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,772 (IBGE, 2010), tem 43,7% de sua população ocupada, com rendimento médio mensal estimado em 3,3 salários mínimos (IBGE, 2021). Apesar disso, 38,1% da população aufere rendimentos de até metade de um salário mínimo, ocupando o posto de capital mais desigual do país.

Figura 13 – Mapa das tipologias intraurbanas no município do Recife



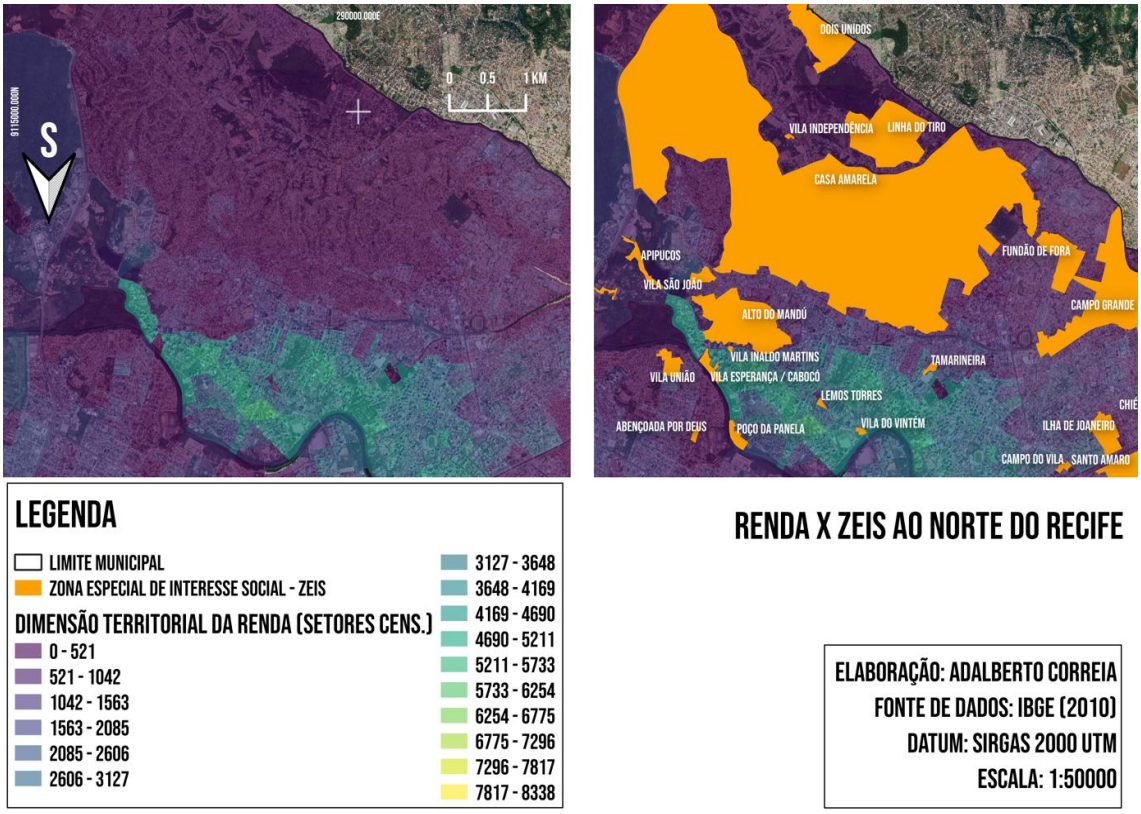
Elaboração: o autor. **Fonte:** IBGE (2015).

Recife, lócus do caso em estudo, apresenta dois corações, duas grandes áreas centrais, onde estariam concentradas a infraestruturação, os serviços públicos, moradia, e por conseguinte, serviços privados que se instalam no intuito de atender uma população com um maior segmento de renda, cercadas por áreas com menor qualidade de vida e menor renda.

As áreas de melhor qualidade de vida (IBGE, 2015) - e consequentemente alta renda (IBGE, 2010) - concentram-se na faixa litorânea, em bairros como Boa Viagem, ao Sul. E ao Norte do município de Recife, localizam-se no entorno do Rio Capibaribe, a exemplo do bairro de Casa Forte, onde foram conduzidas as entrevistas.

Nesse caso, a dicotomia entre os morros e as margens da planície do Rio Capibaribe evidenciam a desigualdade na paisagem, junto às condições que vida das populações. Em que pese o risco geomorfológico, apontado pelo Programa Viva o Morro, e o Manual de Ocupação dos Morros (ALHEIROS, et. al., 2002).

Figura 14 – Renda x ZEIS ao Norte do Recife

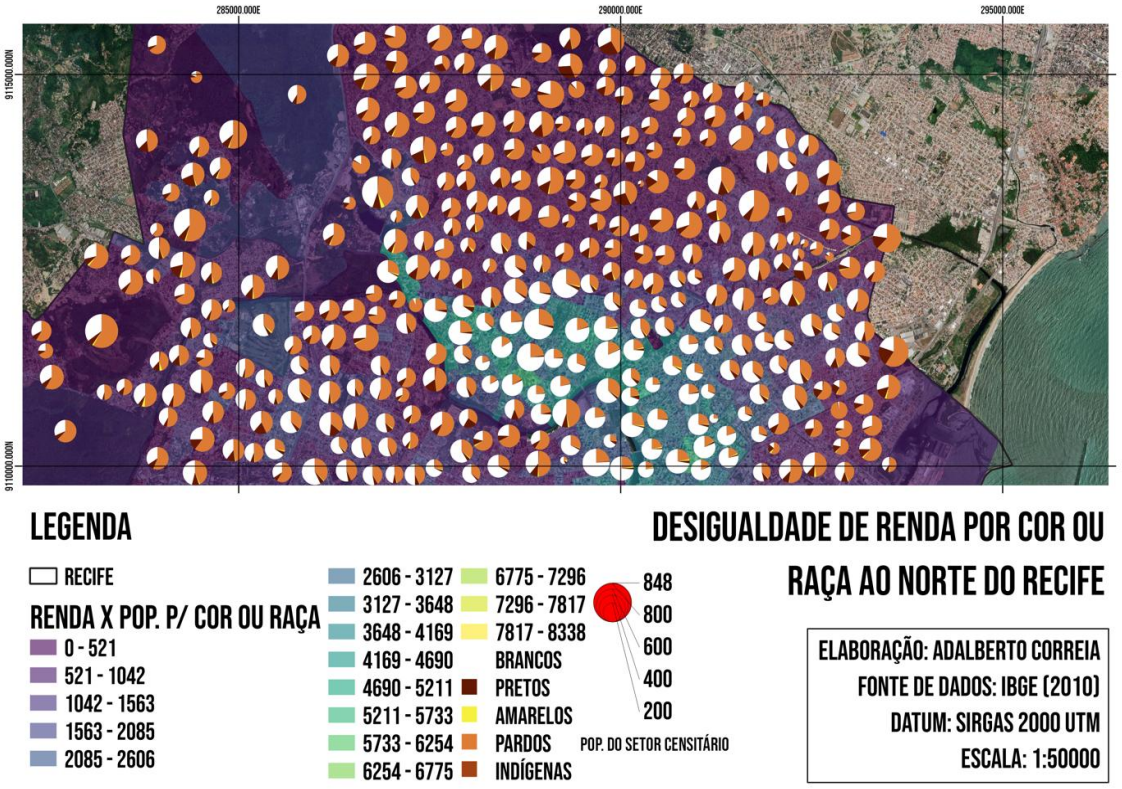


Elaboração: o autor. **Fonte:** IBGE (2010).

À esquerda, o mapa representa a classificação da renda, a partir de um valor aproximado à metade de um salário mínimo, de modo a evidenciar os extratos da pobreza no território do Recife, e a desigualdade de renda com as áreas mais abastadas.

No mapa da direita, temos a representação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), uma política pública de ordenamento territorial para áreas de vulnerabilidade social. Podemos ver que no conjunto de morros da parte Norte do município, temos patamares de renda mais baixos e a maior ZEIS em área. É na interseção dessas desigualdades socioterritoriais, em que o recorte racial mencionado anteriormente se acentua.

Figura 15 – Renda X cor ou raça



Elaboração: o autor. **Fonte:** IBGE (2010).

Esse contexto de desigualdades é a base para a difusão de aplicativos nesse território marcado pela colonialidade e suas permanências, agravadas pelo capitalismo em suas transformações (DOWBOR, 2018), em que essa fase, dominada pelo paradigma das TIC tem nos aplicativos de entrega um serviço essencial, denotado pela pandemia da COVID-19.

Esses aplicativos, possuídos ou orientados por tecnologias e doutrinas produzidas em outros lugares, mas condicionados pela estrutura social e territorial local, se difundem e produzem efeitos de modo desigual, reafirmando as desigualdades já existentes.

Como a cidade do Recife possui esses dois corações, referentes à estrutura territorial e socioeconômica – ao Norte, bairros como Casa Forte, ao Sul, bairros como Boa Viagem – em que a dinâmica urbana e econômica seria mais intensa, optamos pela indução da pesquisa, por meio das entrevistas, na parte Norte.

4.2 Infoproletariado Global em Recife: fábulas e perversidades

> Até agora, todas as mudanças do modo de ser e viver tiveram lugar através da coerção brutal, ou seja, através do domínio de um grupo social sobre todas as forças produtivas da sociedade: a seleção ou "educação" do homem adequado aos novos tipos de civilização, isto é, às novas formas de produção e de trabalho, ocorreu com o emprego de inauditas brutalidades, lançando no inferno das subclasses os débeis e os refratários, ou eliminando-os inteiramente. (GRAMSCI, 2000, p. 240)

Antonio Gramsci (*Op. Cit.*) afirma que as transformações sociais e espaciais se deram por meio da dominação sobre as forças produtivas da sociedade, ou seja, de relações de poder envolvendo as relações sociais e de produção envolvidas na produção da base material para a vida.

E as transformações no âmbito do trabalho oriundas desses novos paradigmas tecnológicos e sociais sempre atribuem a precariedade aos precários, por meio da força. Seria esse o algoritmo que condiciona a reprodução de uma formação colonial baseada em trabalho escravizado. E quando da inserção no capitalismo globalizado, essas precariedades se acumulam desigualmente, incidindo mais uma vez sobre os já precarizados.

No intuito de compreender as fábulas e perversidades envolvidas na difusão e nos impactos dos aplicativos de entrega de *fast food*, por meio do caso em estudo, abordamos quinze entregadores que estavam em horário de trabalho, aguardando pedidos, na Avenida Dezessete de Agosto, ao final da tarde e durante a noite, horário de maior concentração, nos meses de dezembro de 2021 e janeiro de 2022.

Para chegar a esse quantitativo foram necessárias sete idas a campo, em locais onde esses trabalhadores ficam para receber pedidos. Após a observação de seus hábitos, abordamos alguns entregadores em conversas informais no intuito de aprimorar instrumento de pesquisa, e otimizar não apenas o tempo de execução das entrevistas, mas também as melhores táticas para abordar assuntos delicados, uma vez que envolvem suas suscetibilidades, suas vidas.

Essas pessoas estavam no entorno do ponto comercial de uma franquia da marca "*Burguer King*", conhecida rival de outra gigante no setor, a "*McDonald's"*, que fica a alguns metros na mesma avenida, próximo ao Shopping Plaza Casa Forte. Como já mencionado, uma área central da cidade do Recife, que tem no entorno

rodovias com tráfego intenso, além de uma extensa área residencial, que caracteriza o bairro, o que faz desse o local ideal para a concentração dos trabalhadores de entrega por aplicativo.Com suas bags nas costas, nos bagageiros das suas *bikes*, ou no chão, os trabalhadores dos aplicativos de entrega de comida estão sempre conectados. Com seus celulares nas mãos, atentos às notificações dos diversos apps que tem que estar logados pra garantir a frequência dos pedidos, ou se distraindo nas redes sociais enquanto aguardam.

No Apêndice II estão localizadas transcrições de cinco das quinze entrevistas, no intuito de exprimir qualitativamente os resultados. Essas entrevistas semiestruturadas foram selecionadas dentre o total realizado trazerem falas detalhadas que nos permitam extrair as percepções sobre a adoção e o uso dos aplicativos como trabalhadores informais. E por meio delas, identificar as contradições envolvidas no processo de difusão e os impactos do trabalho por meio dos aplicativos de entrega de comida. Uma dessas das entrevistas selecionadas foi realizada em dupla, porque esses trabalhadores não podem ficar muito tempo ociosos, e na oportunidade de conversar com vários deles pudemos apreender mais informações.

Os entregadores foram caracterizados por letras, no intuito de garantir o seu direito ao anonimato. O guia de entrevista, localizado no Apêndice I, foi divido em dois eixos: informações pessoais, no intuito de caracterizá-los socioeconômicamente, para observá-los junto ao contexto mencionado na seção anterior, e outro eixo que tratava da difusão e do trabalho nos aplicativos.

No eixo das informações pessoais, perguntamos seus nomes, idades, gênero, etnia, renda mensal, escolaridade, bairro, o que fazia antes de ser entregador, trabalho dos pais e dos avós. Sobre a difusão e o trabalho, perguntamos sobre: o principal meio de comunicação por onde conheceu os *apps*, tempo de uso como trabalhador, principais *apps* usados, tempo de aprendizagem, dificuldades no uso dos aplicativos, principal fator para usar os aplicativos como entregador, Microempreendedor Individual (MEI), regime de trabalho nos aplicativos, valor por entrega, jornada de trabalho, pedidos x tempo, tempo de entrega, receita com os apps, possibilidade de aumento da demanda durante a pandemia da COVID-19, principal local para receber pedidos, meio de transporte, tempo de deslocamento até o local para receber pedidos, avaliação das condições de trabalho, situações de risco vividas no trabalho.

Dos quinze entrevistados, 93%, catorze deles, têm idade até 30 anos sendo distribuídos entre 17 e 45 anos, destacando-se a presença de um entregador menor de dezoito anos, idade em que deveria estar na escola, ou no máximo na condição de jovem aprendiz, onde teria uma jornada de trabalho menor, podendo dedicar mais tempo aos estudos e a usufruir da sua juventude.

Esse entrevistado, aqui chamado de “GM”, um jovem negro e periférico declarou ainda estar na escola mesmo diante da necessidade de mudar de turno para acomodar o trabalho de entregador nas suas rotinas: “é que eu acompanhava meu irmão mais velho... ainda estudo, só mudei o turno pra poder entregar” (informação verbal)[5]. Outros três relataram ter começado a entregar antes de completarem a maioridade civil, usando o cadastro de outras pessoas – amigos e parentes – para trabalhar nos *apps*.Todos os entrevistados foram homens, em que treze deles se identificaram como negros, e dois brancos. Todos vinham de áreas periféricas, residindo no entorno da área onde foram realizadas as entrevistas, a pelo menos 10 minutos de bicicleta do local mencionado. Exceto o entregador WN, negro, 45 anos, que trabalha de moto que declarou morar mais distante (informação verbal)[6]. Não foram avistadas entregadoras no local onde foram conduzidas as entrevistas.

Também foi possível identificar algum indicativo de permanência do trabalho precário em sua estrutura familiar: todos os entrevistados informaram ter pais ou avós exercendo ou que já exerceram trabalhos de baixa qualificação, baixa remuneração e de pouco potencial criativo. Por exemplo, o entregador WN afirmou que seus avós foram trabalhadores rurais. (informação verbal)[7]

Catorze dos quinze entrevistados tomaram conhecimento dos aplicativos por meio de indicação pessoal de pessoas que com ele já trabalhavam, revelando como a estrutura do sistema social e territorial onde estão inseridos é marcada pelo trabalho precário (FERNANDES, 2016). Uma espécie de *networking*, uma rede de trabalho precarizado, reproduzido geracionalmente.

A 67%, dez dos quinze dos entrevistados trabalha nos aplicativos há mais de um ano. É perceptível que há um aumento de remuneração nesse trabalho, à

[5] GM. Entrevista 03. [dez. 2021]. Entrevistador: Adalberto Antonio da Mota Correia. Recife, 2021. 1 arquivo .mp3 (8 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B desta dissertação.
[6] WN. Entrevista 02. [dez. 2021]. Entrevistador: Adalberto Antonio da Mota Correia. Recife, 2021. 1 arquivo .mp3 (17 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B desta dissertação.
[7] Idem.

medida que se tornam mais experientes no uso dos aplicativos. No início do uso desses *apps* os entregadores recebem menos pedidos, e à medida que se tornam mais disponíveis aos aplicativos, atingindo as metas postas por uma interface que dispõe seus elementos como um jogo, passam a receber mais e melhores pedidos.

Em virtude da faixa etária desses jovens trabalhadores, faz sentido a orientação do *design* das interfaces desses aplicativos para cada vez mais parecerem com jogos, chamada de *gamificação*. Motivados pela necessidade e apreendendo os significados pertinentes para maximizarem seus ganhos, os entregadores aprendem rapidamente a utilizarem os *apps*.

Figura 16 – Faixas de rendimento por horas trabalhadas, Aliança Bike (2019)

Quantidade de horas trabalhadas por dia	Quantidade de entregadores	Média dos rendimentos mensais
Até 5 horas	19	R$466,20
De 6 a 8 horas	78	R$752,90
De 9 a 12 horas	132	R$1.105,80
Mais de 12 horas	15	R$995,30
Total Geral	244	R$936,00

Fonte: Aliança Bike (2019). **Nota:** a pesquisa da Aliança Bike, do ano de 2019 foi feita em seis centralidades da cidade de São Paulo: Tatuapé, Santana, Itaim Paulista, Pinheiros, Paulista e República/Santa Cecília. Ao todo, foram realizadas 270 entrevistas.

Como mencionamos no parágrafo anterior, a experiência adquirida nesse jogo da sobrevivência, se dá através de longas jornadas de trabalho: todos os entrevistados declararam jornadas a partir de dez horas trabalhadas para auferir seus rendimentos, geralmente menores que um salário mínimo, dado corroborado pela pesquisa da Aliança Bike, referida no quadro 1, reafirmando essa estrutura econômica fundamentada em trabalho velho (JACOBS, 1969). Esses trabalhadores precisam se vincular a mais de um aplicativo no intuito de aumentar seus ganhos, reafirmando a superexploração à qual estão sujeitos.

Apesar de terem que entrar em vários aplicativos para garantir uma frequência na oferta de pedidos que os permita bater as metas dos apps e suas metas pessoais e obter seu sustento, os entrevistados declararam ter rendimentos

mensais entre R$ 700,00 e R$ 1500,00, outro dado aproximado com relação à pesquisa feita pela Aliança Bike (2019). Foi mencionado que houve um período em que os ganhos eram maiores, porém o aumento de entregadores, em especial durante a pandemia da COVID-19, diminuiu a quantidade de pedidos possíveis, já que não existe garantia das empresas sobre uma quantidade mínima de pedidos por jornada de trabalho.

O tempo de adoção dessa inovação tem que ser rápido. Treze dos quinze entrevistados afirmaram que precisaram aprender a utilizar os *apps* em no máximo uma semana. No intuito fazer dinheiro o mais rápido possível, os entregadores assumem extensas jornadas de trabalho combinadas pela especulação em vários aplicativos, para obter as melhores taxas de entrega no espaço, correndo contra o tempo, e tempo é dinheiro.

Não é como se eles aprendessem instantaneamente. Existem muitos canais, páginas nas redes sociais de pessoas que vendem aos novos adotantes as fábulas dos aplicativos, com fórmulas milagrosas para fazer dinheiro mais rápido, juntamente aos significados de uma ideologia ultraneoliberal que permeia o discurso.

O entregador aqui chamado de WN, de 45 anos afirma: “Pra aprender a manusear os aplicativos é rápido, é ligeiro, você aprende rápido. A questão é você aprender como você trabalha ao ponto de receber mais pedidos. É como se você subisse no ranking. Entendeu?” (informação verbal)[8]. Essa aceleração, comentada por Milton Santos como um dos compontentes da globalização, e que caracteriza os aplicativos enquanto paradigma tecnológico e modelo de negócio nesse segmento, o de *fast-food*.

Quatorze dos quinze entrevistados declararam não ter dificuldade para adotar essa inovação como entregador. Ainda que nesta pesquisa outros entregadores não tenham mencionado dificuldades, um relato chama atenção: o entregador WR, negro, de 29 anos, declarou ter dificuldades no manuseio da interface dos aplicativos *Rappi* e *Uber Eats* por conta do idioma em inglês (informação verbal)[9]. O que denota a perversidade de uma inserção precária no mundo globalizado. O mesmo entregador afirmou: “pagar um curso, aprender novas linguagens. Você poder viajar futuramente, ter um emprego melhor, pra você decidir o que quer da sua

[8] WN. Entrevista 02. [dez. 2021]. Entrevistador: Adalberto Antonio da Mota Correia. Recife, 2021. 1 arquivo .mp3 (17 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B desta dissertação.
[9] WR. Entrevista 01. [dez. 2021]. Entrevistador: Adalberto Antonio da Mota Correia. Recife, 2021. 1 arquivo .mp3 (22 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B desta dissertação.

vida. Pra você virar seu próprio chefe, mesmo. Pra nunca depender de aplicativo de nada." (informação verbal)[10]

Sobre o fator mais importante que os levou a adotar essa inovação, embora doze deles tenham declarado como principal motivo o desemprego e a necessidade de renda, três afirmaram que a possibilidade de ser seu próprio chefe é o principal atrativo para usarem os aplicativos como entregadores, inclusive o entregador WR, de 29 anos, mencionado no parágrafo anterior. Observando seu relato, podemos entender que ele se sujeita aos aplicativos para ter possibilidades de custear seus estudos, galgar posições melhores no mercado de trabalho, e a partir disso, conseguir "ser seu próprio chefe." Em contradição, ainda sobre a motivação para adotar os aplicativos como entregador, o entrevistado CH afirma:

> Na verdade, o cara não vai ser seu próprio chefe rodando de aplicativo. Então no caso, desemprego. Pra mim é uma questão de desemprego porquê se eu arrumasse carteira assinada com certeza que eu não ia tá na rua. Vou tá na rua me arriscando nada, boy. Nem se eu tivesse três folga na semana eu ia rodar de aplicativo, vei. (informação verbal)[11]

Doze dos quinze entregadores entrevistados afirmam que se pudesse escolher o regime de trabalho dos aplicativos, escolheriam a contratação via CLT ou Carteira de Trabalho e Previdência Social. O entregador WR, de 29 anos fala que prefere estar assegurado e com direitos trabalhistas (informação verbal)[12]. Quando questionado sobre isso, o entregador WN, (informação verbal)[13] diz:

> Assim, eu só não queria CLT. Eu não quero! A maioria da galera eu imagino que queira. Eu não quero CLT. Eu não quero vínculo com ninguém. Porque assim, eu sei como é que funciona isso aí. Porque a empresa, ela vai me cobrar isso aí, entendeu? Por exemplo, eu trabalhei numa empresa que os caras ganhavam entre R$4500 e R$5000 por mês, como vendedores. Quando eu entrei lá, o meu ganho máximo era R$ 1800, isso em 2003, 2002 pra 2003, meu ganho era R$ 1500, R$ 1800, no máximo. E os caras

[10] Idem.
[11] CH. Entrevista 04 e 05. [dez. 2021]. Entrevistador: Adalberto Antonio da Mota Correia. Recife, 2021. 2 arquivos .mp3 (23 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B desta dissertação.
[12] WR. Entrevista 01. [dez. 2021]. Entrevistador: Adalberto Antonio da Mota Correia. Recife, 2021. 1 arquivo .mp3 (22 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B desta dissertação.
[13] WN. Entrevista 02. [dez. 2021]. Entrevistador: Adalberto Antonio da Mota Correia. Recife, 2021. 1 arquivo .mp3 (17 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B desta dissertação.

> que antes ganhavam esse valor, R$4500, caíram pra esse mesmo patamar que eu. Porquê? Por que antes eles não tinham carteira assinada. Quando a empresa assinou a carteira deles, com a quantidade de tributos que teve pra pagar em cima de cada funcionário, eles automaticamente reduziram o salário. Então, assim, houve uma época na minha vida que eu valorizava muito CLT, sabe. Hoje não mais.

Logo após isso, ele afirma que pra ele sair dos aplicativos o trabalho de carteira assinada teria que ser muito interessante. Indagamos se era por conta da remuneração, porém ele afirmou que desejava flexibilidade para poder rodar nos aplicativos (informação verbal)[14]. O entregador GW prefere o regime de trabalho atual, afirmando que queria ser seu próprio chefe (informação verbal)[15].

Questionados sobre seu rendimento semanal, os entrevistados por essa pesquisa responderam que recebem por volta de R$ 280,00 por semana. Atualmente, na informalidade, a menor taxa mínima por entrega declarada pelos trabalhadores entrevistados nessa pesquisa foi de R$ 3,20.

A máxima foi R$ 20,00, porém essas entregas são raras e oriundas de promoções, metas ou privilégios de usuários adquiridos por bater outras metas, ou seja: existe um escalonamento na divisão do trabalho, articulada por um gerenciamento algorítmico como identificado por Abílio (2021).

Esse gerenciamento combina uma interface em formato de jogo ou semelhantemente, e classifica os entregadores conforme a quantidade de entregas, feedback dos clientes e outros critérios adotados pelo algoritmo, que não são explicitados pelas empresas titulares da propriedade intelectual dessas inovações.

Apenas um dos quinze entrevistados afirmou ser Microempreendedor Individual (MEI), por motivos anteriores ao trabalho como entregador. O entregador WN, de 45 anos, que possui experiência no setor de vendas e faz uso de moto para trabalhar. É contraditório chamar de empreendedor o trabalho informal dessas pessoas que não dispõem de capital investido e participação nos lucros da organização que fazem parte. Isso de forma alguma se vincula com qualquer atividade empreendedora (DRUCKER, 1987), haja vista não haver capital ou conhecimento especializado empregado, ou de inovação. Para Peter Drucker (1987,

---

[14] WN. Entrevista 02. [dez. 2021]. Entrevistador: Adalberto Antonio da Mota Correia. Recife, 2021. 1 arquivo .mp3 (17 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B desta dissertação.

[15] GW. Entrevista 04 e 05. [dez. 2021]. Entrevistador: Adalberto Antonio da Mota Correia. Recife, 2021. 2 arquivos .mp3 (23 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B desta dissertação.

p. 33) “a essência da atividade econômica é o comprometimento de recursos atuais em expectativas futuras.”

E embora não haja vínculo empregatício, o relato dos entregadores revela sua subordinação aos aplicativos, aos quais vendem seu tempo, sua força física no caso dos ciclistas, e assumem a depreciação no caso de motociclistas e ciclistas, além do risco de acidentes de trabalho. Essas, em geral não são características atribuídas a uma atividade empreendedora ou econômica, como aponta Drucker (*Op. Cit.*).

Apesar das questões suscitadas pela entrevista, os entregadores classificaram a qualidade da remuneração e do trabalho como regular, informando não terem vivido situações de risco. Contudo, também houve relatos de tentativa de assalto, roubo de mercadorias, além de problemas no trânsito, em que o risco e o medo de acidente contrastam com os poucos ganhos disponíveis. O que denota as condições de vida na periferia em que o risco e a violência são constantes, e a naturalização dessas circunstâncias indique o motivo por classificarem a qualidade da remuneração e do trabalho como regulares.

O entregador GW, negro de 19 anos, afirma: “os cara fizeram a compra e eu fui levar, quando eu cheguei lá, os caras anunciaram o assalto. Aí só levaram as compras” (informação verbal)[16]. O entregador CH, negro, de 20 anos, que estava junto ao entregador GW na entrevista relata:

> isso aí as vezes é até mandado, vi, boy. Os cara pede, não tem dinheiro pra pagar, aí os cara roba no meio do caminho, tá ligado? Já aconteceu isso com um pirraia, ali, conhecido meu. Mai os cara pediram mil conto de bebida. A dívida cai na hora. Pela Rappi? Cai na hora. (Informação verbal)[17]

Perguntado se teria que ressarcir o valor roubado, mesmo sem ter dado causa e sendo a principal vítima, já que é ele quem está na ponta do serviço prestado pelos aplicativos, o entregador GW respondeu (Informação verbal)[18]: “Aplicativo o cara tem que entrar em contato com o suporte. Aí espera dois, três dias. E às vezes o cara fica bloqueado, porquê a Rappi, passou de cento e vinte

[16] GW. Entrevista 04 e 05. [dez. 2021]. Entrevistador: Adalberto Antonio da Mota Correia. Recife, 2021. 2 arquivos .mp3 (23 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B desta dissertação.
[17] Idem.
[18] Idem.

cinco, tem que pagar a dívida.” Ainda segundo este entregador, os trabalhadores ficam bloqueados na plataforma até pagarem as dívidas, por tempo indeterminado.

Não apenas existe a subordinação quanto à adesão ao trabalho e à necessidade de adequação à plataforma, mas também quando eles dependem dessas plataformas para trabalhar e auferir os rendimentos necessários à manutenção da sua vida. Esses trabalhadores precisam adquirir a bolsa com o isopor, e outros itens que poderiam ser fornecidos como Equipamento de Proteção Individual (EPI). O entregador WR, negro, de 29 anos, disse o seguinte:

> O aplicativo não quer cobrir nada da gente. Nada. Então, ele deveria melhorar nas taxa, deveria melhorar um monte de coisa. A gente deveria ter um vale. Eles deveria inventar alguma coisa pra beneficiar a gente. Porque a gente só depender de um algo, a gente sai pra rua, não sabe se vai fazer um valor x ou não. Então a gente tá aqui aventurando. Vamo dizer que hoje deu, amanhã não dá. (Informação verbal)[19]

Os trabalhadores precisam observar as normas do aplicativo, cumprir as metas para obter alguma benesse e se sujeitar ao descaso do suporte do aplicativo, como aponta o entregador WR: “tô usando agora essa Bee e o 99[Food]. Só que de tudinho, de tudinho, infelizmente a melhor é o iFood. Só que o problema do iFood é a comunicação. Você quer falar com o suporte, quer reclamar algo e eles demoram a responder.” (Informação verbal)[20]

Mesmo em situações de risco, em sendo roubados, o valor do produto a ser entregue é debitado de seus ganhos, ou quando não têm, ficam com saldo devedor no *app*, e têm suas contas bloqueadas, o que diminui ou os impede de manter seus rendimentos, obrigando-os a se vincularem a vários aplicativos se quiserem ter rendimento, ou a usarem outras contas para continuar a trabalhar.

Embora a pandemia tenha de alguma forma suscitado discussões e mobilizações em torno da categoria, em especial diante dos bloqueios injustos de contas, um grupo de entregadores entrevistados afirmou que em Recife não houve articulação local desses trabalhadores, apenas o “breque dos apps”, que foi coordenado nacionalmente via internet.

---

[19] WR. Entrevista 01. [dez. 2021]. Entrevistador: Adalberto Antonio da Mota Correia. Recife, 2021. 1 arquivo .mp3 (22 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B desta dissertação.
[20] Idem.

Os entregadores entrevistados não parecem ter percebido muitas alterações com relação à quantidade de pedidos. Foi ressaltado que, durante o período de restrição completa da mobilidade por conta da pandemia da COVID-19, essa quantidade aumentou, mas logo em seguida voltou ao seu patamar regular. A maioria declarou ter como base para obtenção de pedidos o local onde foram entrevistados, sendo entregadores que utilizam bicicleta para trabalhar, à exceção do entregador WN.

Fundadas de 2009 até hoje, as principais empresas do mercado, *iFood*, *Uber Eats*, *Rappi*, *99 Food*, e outras empresas do ramo, empregam um massivo exército de trabalhadores informais, nas principais capitais brasileiras. Não é como se essas inovações fossem difundidas como parte de um plano maligno: elas se encaixam na estrutura social e nas relações de poder que produzem territórios e territorialidades condicionando a precariedade aos sujeitos já precarizados.

Não é como se as relações do mercado de trabalho informal ou mesmo na formalidade fossem maravilhosas antes dos aplicativos (SABINO et. al., 2019). Uma sociedade marcada pelo desemprego, informalidade e lesão aos direitos do trabalho, em que “a carne mais barata do mercado é a carne negra”, nas palavras de Elza Soares, evidencia a desigualdade por cor ou raça (IBGE, 2019).

No Brasil, o reconhecimento do vínculo de trabalho ainda está em luta, com a tendência atual apontando para a sua negação, enquanto direito por meio de sentenças judiciais. O trabalhador *just-in-time* estaria à disposição da empresa, haja vista a precariedade das suas condições, em especial de renda e habitação, como já destacado, porém desprovido de qualquer direito, e tendo uma assistência precária ou inexistente do setor de suporte dessas empresas (ABÍLIO, 2019).

Assim, além da estrutura social e territorial nas quais estão inseridos, têm como incentivo para o autogerenciamento subordinado (ABÍLIO, 2019) essa forma lúdica de condicionamento à autoexploração, o que seria resultante da difusão não dos aplicativos per si, mas da razão ultraneoliberal, em que vender a própria força de trabalho sem direitos trabalhistas tem significado equivalente a empreender (ABÍLIO, 2019).

> Surfando na gravidade do desemprego juvenil, as empresas-aplicativo apresentam-se como uma alternativa de geração de renda. Em realidade,

> oferecem uma atividade altamente precária, perigosa e insegura, que demanda extensas jornadas de trabalho e valor rebaixado da mão de obra. (SABINO et. al., 2019)

Diante desse contexto de precariedades estruturais, em que se observam perda de direitos trabalhistas, implementação de políticas neoliberais e aumento do desemprego, o caminho da crescente informalidade pelo trabalho nos aplicativos parece uma grande barganha. Com isso, a mudança de significação do que se concebe como empreendedorismo, deslocando-se de uma atividade inovadora (DRUCKER, 1987) para uma atividade que está subordinada a uma inovação, acontece de modo a dar sentido a esse trabalho precário que aparece como oportuno no momento de desindustrialização e reprimarização da economia brasileira (FERNANDES, 2021).

A partir da edição especial da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o IBGE passou a coletar informações sobre os impactos da pandemia da COVID-19 sobre o mercado de trabalho, incluindo pela primeira vez um recorte ocupacional de dois grupos de trabalhadores informais, os motoboys e entregadores de mercadoria.

Ikuta et. al., (2021) ao trabalhar um perfil dos entregadores em escala nacional, com base nos dados da pesquisa do IBGE, categoriza o conjunto de motoboys e entregadores de mercadoria como entregadores, muito embora nem todos os trabalhadores estejam vinculados à plataformas digitais. Os trabalhadores por aplicativo estariam enquadrados nas duas categorias.

Além disso, a pesquisa aponta um dado: a existência de quase dois milhões de motoristas de aplicativo, desde carros a mototaxi, van, caminhão etc, que não foram analisadas pelas autoras, no sentido de dar ênfase ao que chamaram de entregadores, como o conjunto de motoboys.

Segundo a pesquisa, que usou dados obtidos por meio da PNAD COVID-19, há 950024 entregadores distribuídos nos principais centros urbanos do país. 96% deles sendo homens, 62% deles negros. E 44% deles com menos de 30 anos de idade. O artigo também chama atenção para a desigualdade de gênero: mulheres recebem menos que homens, segundo o perfil elaborado por Ikuta et. al. (2021).

As autoras apontam que a proporção de negros, pardos e indígenas entre os entregadores é maior que no mercado de trabalho: as demais áreas tem uma proporção de 53%. O rendimento médio dos entregadores negros foi por volta de R$ 300,00 a menos que os entregadores não negros. Mesmo com a jornada maior que outros trabalhadores, sua remuneração fica com um déficit de 40%, com relação a outras ocupações.

Além de não contribuírem para previdência privada e não terem seus vínculos de trabalho reconhecidos, como já mencionado (IKUTA et. al., 2021), sua remuneração média é R$ 1325,00, equivalente a aproximadamente 60% do que recebem as demais pessoas ocupadas no mercado de trabalho mencionado (IKUTA et. al., 2021).

Quanto ao perfil etário, 49% dos entregadores de mercadorias e 43% dos motoboys deles se concentra até os 29 anos, e outra ao passo que 43% dos entregadores de mercadoria está entre os 30 e 49 anos e dos motoboys 46% ocupa a mesma faixa etária. Entre os mais velhos, a discrepância salarial aparece mais. (IKUTA et. al., 2021)

Segundo a divisão geográfica, quase 50% dos entregadores estão na região Sudeste, onde o estado de São Paulo concentra 26% desses trabalhadores. A região Nordeste está em segundo lugar, com aproximadamente 250 mil trabalhadores o que representa 26% do total, além das menores remunerações, ao lado da região Norte.

A 48% dos entregadores tem escolaridade no ensino médio completo, porém uma proporção semelhante pode ser encontrada nas escolaridades do fundamental incompleto ao médio incompleto, indicando que 40,4% dessa força de trabalho não possui escolaridade média completa, certamente um fator preponderante na adoção dessas tecnologias como subalternos.

Haja vista o boom das Tecnologias de Informação e Comunicação, e a crescente quantidade de vagas de emprego especializado nesse mercado, que inclusive base para a produção das plataformas, esses sujeitos poderiam estar disputando essas vagas, caso tivessem acessos aos capitais necessários.

Apenas um terço possuem vínculo empregatício, e sua remuneração é maior que a dos que não possuem. Mesmo nesse caso, os entregadores formalizados recebem menos que as demais pessoas no mercado de trabalho (IKUTA et. al., 2021).

Apesar de ser uma missão difícil, já que estamos “vivendo em um mundo confuso e confusamente percebido...” (SANTOS, 2009, p. 17), para pensar as possibilidades de uma outra globalização faz-se necessário contemplar a dialética entre o mundo como fábula e como perversidade, e as possibilidades que se apresentam como síntese desses processos.

4.3 Possibilidades de outra globalização: que resta do mundo real no trabalho digital?

Como pudemos observar por meio dos relatos dos entregadores, combinados com dados secundários para ilustrar o contexto socioeconômico no território em que se adota e difunde, essa inovação gerou impactos nas relações de trabalho, não apenas de modo material, mas também de modo simbólico. Esses impactos reforçam as diferenciações socioespaciais às quais o território já estava condicionado, o que faz com que a balança pese mais para os menos favorecidos, e isso não tem nada de inovador, mas é o que está no cerne da gênese desse território.

> E a maneira como, sobre essa base material, se produz a história humana que é a verdadeira responsável pela criação da torre de babel em que vive a nossa era globalizada. Quando tudo permite imaginar que se tornou possível a criação de um mundo veraz, que é imposto aos espíritos é um mundo de fabulações, que se aproveita do alargamento de todos os contextos (M. Santos, *A natureza do espaço,* 1996) para consagrar um discurso único. Seus fundamentos são a informação e o seu império, que encontram alicerce na produção de imagens e do imaginário, e se põem ao serviço do império do dinheiro, fundado este na economização e na monetarização da vida social e da vida pessoal. (SANTOS, 2009, p. 18)

A partir da introdução das dinâmicas promovidas por essas inovações que perpassam uma comunicação especial (ROGERS, 2010) e, sendo um processo espacial (HÄGESTRAND, 1968), o território se reorganiza, conformando a recepção dessa inovação através do tempo, num sistema social, e por meio de canais de comunicação (ROGERS, Op. Cit.), sobretudo organizados em rede (CASTELLS, 2007), através da internet. Mas quando observamos a alocação dos papéis na relação mediada pelos *app*, percebemos os acúmulos desiguais de tempo sobre espaço (SANTOS, 2002), através do sistema territorial.

Essa tendência de reestruturação das atividades produtivas por meio das tecnologias de informação e comunicação levou ao que conhecemos como uberização do trabalho, apontada por Ludmila Abílio (2019) como uma reorganização do trabalho, que traz consigo novas formas de controle, gerenciamento e subordinação.

A autora aponta que essas transformações estão acompanhadas de um contexto de mudanças no papel do Estado e nos modos de subjetivação ligados ao empreendedorismo. A autora lança luz à discussão sobre o processo de uberização do trabalho acontecendo em um contexto de eliminação de direitos, integração de mercados e liberação de fluxos financeiros e de investimento, em que as empresas via plataforma seriam consequência e causa desse fenômeno.

Pode-se pensar na divisão do trabalho como um componente importante nas intensas transformações promovidas por esses aplicativos, já que o seu intuito é dispersar o trabalho mantendo estrito controle sobre ele. O que legaria aos entregadores a posição de auto-gerente subordinado, uma vez que não é contratado pela empresa, mas é inserido na dinâmica do trabalho por meio da adesão voluntária, sob a fábula de ser um “parceiro” da empresa.

> Portanto, o desenvolvimento tecnológico em seu atual estágio traz uma mudança qualitativa à gestão do trabalho (Zuboff, 2018): trata-se da possibilidade tecnológica de um mapeamento pleno do processo de trabalho, do processamento de dados em enorme escala e do gerenciamento combinado e simultâneo de múltiplas informações que possibilitam pensar em termos de um ‘gerenciamento algorítmico’ do trabalho. (ABÍLIO, 2019, p. 2)

Em que pese o trabalho sob demanda imediata e vínculo precário, realizado pelos entregadores (ABÍLIO, 2021), inserido num sistema territorial que incorpora condicionamentos coloniais e capitalistas, a difusão dessa inovação no território envolveria agentes com interesses contraditórios.

De modo que se processa, portanto, envolvendo as fábulas de liberdade e empreendedorismo; as perversidades do racismo estrutural, do gerenciamento algorítmico e do trabalho mal pago, sem direitos, sem suporte e com todos os riscos da atividade recaídos sobre o entregador, como pudemos observar nos relatos dos entrevistados; e as possibilidades com relação ao reconhecimento dos seus direitos

trabalhistas, à produção de aplicativos numa lógica cooperativa, fenômeno que vem sendo chamado de cooperativismo digital, acontecendo ao redor do globo.

As possibilidades jurídicas e legislativas se apresentam no caso estadunidense, valendo ressaltar que seu sistema federativo permite competências legislativas e judiciais de forma menos concentrada no ente federativo, a União, que são delegadas aos estados. A Corte Superior de Los Angeles, no estado da Califórnia, usou o teste ABC, visando identificar a existência de trabalho autônomo observando os seguintes critérios: a) se trabalhador não está sob direção, controle ou supervisão do contratante, formal ou materialmente; b) se o trabalhador não desempenha atividade inserida no negócio principal da empresa; c) se o trabalhador realiza de forma habitual e independente as atividades pelas quais foi contratado (DE ALMEIDA et. al, 2021).

Confirmados os critérios, seria reconhecido o trabalho autônomo. Diante do reconhecimento de vínculo de trabalho no caso *Dynamex v. Superior Court of Los Angeles*, a interpretação favoreceu o trabalho executado pelos motoristas da Uber como empregados. (DE ALMEIDA et. al., op. cit.).

Em 2019, o poder legislativo na California [??] alterou o Código de Trabalho, incorporando o teste ABC no diploma legal. Em 2020, após confirmação da decisão liminar pela Corte Superior de Los Angeles contra a Uber e a Lyft, reconheceu o vínculo empregatício dos motoristas. Numa tentativa de burlar a lei e a decisão judicial, as empresas estariam por trás da *Proposition 22*, que tem por objetivo afastar a aplicação da norma jurídica que reconhecia o vínculo de trabalho, criando uma categoria intermediária para os trabalhadores (DE ALMEIDA et. al., op. cit).

Essa proposta está sendo chamada de novo código de trabalho racial, já que a questão afeta negativamente sobretudo a população negra do estado da Califórnia, compondo a principal força de trabalho no setor das *foodtechs*. Essas empresas lograram êxito por meio de uma campanha para aprovação da proposta, quando da votação por plebiscito, tendo gasto U$ 203 milhões. Ao passo que a campanha liderada pelos trabalhadores gastou um décimo desse valor (Op. Cit., 2021).

Países com um histórico colonial, os Estados Unidos da América, assim como o Brasil, têm no seu sistema social um viés semelhante, que acaba por condicionar as relações de modo a pejorar o grupo de pessoas racializadas, em especial, negros, hispânicos. Esse caso serve como indício para observarmos a adoção

dessa inovação e seus reflexos no âmbito do trabalho em um país também marcado pelo genocídio indígena e pela escravidão de africanos e afrodescendentes, o que se aproxima do caso em estudo.

Na Espanha, o reconhecimento do vínculo sobre o trabalho informal se deu por meio de trabalhadores autônomos, dependentes economicamente de uma única fonte. Posteriormente, num confronto judicial, a Glovo, que teve uma curta temporada de atuação no Brasil, perde, e em setembro de 2020 houve reconhecimento do vínculo empregatício formal.

> Além do reconhecimento da alteridade e do sentido flexível atribuído à dependência jurídica, a decisão apontou para: i) ausência de organização própria do trabalhador e sua aparente integração à estrutura organizacional da empresa; ii) alienidade dos frutos, com pagamento definido e recebido com retenção de participação; iii) gerenciamento algorítmico do serviço; iv) monitoramento do serviço por GPS; v) gamificação (sistema de pontuação como instrumento de gerenciamento); vi) disciplinamento por inatividade, e; vii) desnecessidade de labor com exclusividade. (DE ALMEIDA et. al., 2021, p. 4-5)

A partir do reconhecimento legal, por meio da intervenção do Ministério Público, houve a mediação entre organizações dos entregadores e das empresas via plataforma. Com isso, houve a promulgação de decreto-lei que altera o Estatuto dos Trabalhadores, revendo a reforma trabalhista anterior, estabelecendo inclusive a obrigatoriedade do fornecimento de informações sobre o gerenciamento algorítmico do trabalho e das inteligências artificiais utilizadas (DE ALMEIDA et. al., op. cit).

No Uruguai, em 2019 um juizado do trabalho reconheceu a relação de trabalho entre Esteban Queimada e a Uber, decisão que foi mantida pelo tribunal de apelações. Os juízes adotaram a Recomendação n. 198 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) como referência para as decisões. O princípio jurídico “contrato-realidade” afasta as formalidades e aparências para que ocorra aplicação do direito do trabalho de acordo com a realidade (DE ALMEIDA et. al., op. cit).

As plataformas digitais de entrega de comida tem no seu algoritmo a exploração sobre o trabalho e os riscos da atividade exercida. Com a intensidade tecnológica não apenas do gerenciamento algorítmico do trabalho, mas da oferta e

da demanda no tempo e no espaço. Mas elas são um meio, não apenas um dispositivo tecnológico, uma inovação, mas um meio de produzir recursos, de modo a distribuí-los de forma proporcionalmente equitativa.

Na tentativa de ter o controle sobre o meio de produção, entregadores tentaram criar um *app* para o trabalho cooperativo, compartilhando não apenas riscos, mas também os lucros, inspirados em cooperativas de outros países, que também lutam contra a exploração do trabalho, embora a composição dos seus sistemas social e territorial seja diferente.

Apesar das dificuldades com os custos, os Entregadores Antifascistas contam com a ajuda de apoiadores que conseguiram a licença de outro software, que os permitiria executar os mesmos serviços, mas precisa de adaptação. O Señoritas Courier, um coletivo formado por mulheres e pessoas LGBT não conseguiu fazer uso dessa mesma tecnologia por não ser uma cooperativa.

Apontamos como uma das possibilidades não apenas o trabalho cooperativo, mas a construção cooperativa de uma plataforma que integre os entregadores no processo, que desmistifique e ensine sobre como utilizar a ferramenta para ganhar mais dinheiro. Não apenas motivados pelo lucro, ou pela necessidade, mas viabilizando uma divisão de conhecimento, tecnologia, trabalho e dinheiro que torne possível uma melhor condição de e de trabalho vida para esses sujeitos.

Não é como se uma mudança desse mesmo quadro não fosse possível: recentemente o prefeito do Município de Araraquara criou um aplicativo de transporte, chamado Bibi Mob. Esse aplicativo repassa 95% da receita aos motoristas, retendo apenas 5% para a manutenção dos seus custos operacionais, sendo sem fins lucrativos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo trata das conclusões obtidas pelo trabalho. A relação entre humanos e a natureza, inclusive os artefatos produzidos para promover uma melhor adaptação ao meio natural, é uma das preocupações contidas no cerne da Geografia. Na era da informação, a partir da produção de um meio técnico-científico informacional, a sobrevivência estaria ligada à adaptação não apenas ao meio natural, mas às camadas de tecnologia sobrepostas no espaço. Estas produzem centralidades e periferias baseadas nas variações das configurações do sistema anterior e nos interesses dos agentes sociais, especialmente os portadores do poder.

A inovação em questão, aplicativos de entrega, consiste em artefato produzido para atender às necessidades de um mundo cada vez mais acelerado, tendo sido recebida por um sistema territorial cujo cerne baseia-se em uma divisão de raça e classe do trabalho (DU BOIS, 1935). Esse traço é comum nas sociedades com histórico colonial, o que permite o aprofundamento das desigualdades, haja vista a relação entre técnica e tempo apontada por Milton Santos (2002) e o conceito de Sistema Territorial de Inovação proposto por Ana Cristina Fernandes (2016), bem como os acúmulos desiguais que se processam no território ao longo do tempo.

Tendo em conta as relações entre técnica e tempo, temos que as empresas concentram intensidade tecnológica e auferem lucros altos por essas atividades econômicas inovativas, ao passo que os trabalhadores já precarizados por outros ciclos, assumem inúmeros riscos decorrentes de sua difusão sem a devida compensação.

Os *apps* imputam a aceleração do tempo sobre os já vulnerabilizados em períodos anteriores, dividindo socialmente o trabalho, o conhecimento e a remuneração de forma a alienar o valor do trabalho. Os entregadores arcam com a maior parte dos riscos nesse sistema com relação aos seus patrimônios e meios de trabalho, e ao seu bem mais inestimável, suas próprias vidas.

A difusão desses aplicativos, mesmo que seja um fenômeno global (ANTUNES, 2018), tem num sistema social e territorial constituído por essas profundas desigualdades um fator de produção de lucros ainda mais extraordinários, tornando sua adoção nessas situações periféricas ainda mais atraente ao desenvolvedor e ao proprietário da inovação. Mesmo havendo um recorte

geomorfológico da desigualdade na paisagem específica do caso em estudo, no sistema territorial do Recife, ao Norte, a difusão dessa inovação não é apenas um processo espacial (HÄGESTRAND, 1968), ou de comunicação (ROGERS, 2010), mas um processo territorial (FERNANDES, 2016), em que as relações de poder baseadas nas diferenciações socioeconômicas enviesaram os papéis assumidos, em especial, o papel subordinado legado aos entregadores, mesmo que estes últimos se percebam como “empreendedores”.

O controle sobre o meio de produção é uma das premissas acerca do que se concebe por capitalismo, que funcionaria como um sistema de relações sociais em que a liberdade é coagida pela necessidade. Para que esses trabalhadores fossem caracterizados como empreendedores ou parceiros – como as empresas costumam chamá-los - precisariam ter controle do meio de produzir riqueza, através do controle da atividade econômica à qual estão vinculados, ou mesmo auferirem participação em seus lucros, o que não é o caso, como evidenciaram as entrevistas e os dados secundários obtidos sobre o perfil dos entregadores no Brasil.

É a necessidade de se manter, mesmo em meio à precariedade, ao retorno da fome e às falácias que alienam os significados dos sujeitos que vivem essa realidade, o que fica evidente com o aumento do trabalho informal nos últimos anos. Entendemos, como aponta Ludmilla Abílio (2019), que são novas formas de subjetivação, enviesadas pelo enfraquecimento do papel do Estado na fase atual do capitalismo. Formas que induzem os entregadores aceitarem os termos de um suposto empreendedorismo cuja mercadoria é o trabalho.

Esse território vivido (SERPA, 2013), em suas relações de poder, condiciona os mais vulneráveis a assumir os riscos desse trabalho por um baixo pagamento, encaminhando significados que estão no cerne do ideário neoliberal difundidos nas redes sociais. Fenômeno que se observa em especial num momento de aumento do desemprego e retorno da fome no país, agravados pela maior crise sanitária da história brasileira.

Apesar das fábulas e perversidades relatadas, esses trabalhadores têm dentre suas possibilidades o reconhecimento do vínculo formal de emprego, que ainda está em disputa no Brasil. Pela repercusão dos impactos do trabalho precarizado via aplicativo em muitos países, podemos vislumbrar não apenas a atualidade da questão, mas também a compreensão de que essa exploração

desenfreada do trabalho é prejudicial à economia e às pessoas engajadas no trabalho via plataforma de entrega.

Alternativas à superexploração do trabalho pelos aplicativos corporativos envolvem aconstrução de plataformas de iniciativa popular para prestar os serviços de entrega. Apesar dos altos custos envolvidos no desenvolvimento tecnológico da ferramenta, tais iniciativas vêm tentando obter licenças de *softwares* cooperativos de outros países. O caso mais emblemático que vem chamando atenção é o da Prefeitura de Araraquara, que criou o Bibi Mob, um app de transporte que repassa a maior parte da receita aos trabalhadores.

Imaginamos idealmente que um aplicativo de entrega semelhante poderia atuar na escala da região metropolitana do Recife, considerando sua configuração socioespacial apresentada a partir das tipologias intraurbanas, que desde sua concepção contaria com a participação ativa dos entregadores. Estes se organizariam em torno do aplicativo alternativo para fortalecer o valor de sua mão de obra, seja com o efetivo controle a partir de uma organização cooperativa, na divisão do conhecimento, do trabalho e da remuneração. O fato de tal aplicativo ainda não ter sido lançado reflete os complexos desafios envolvidos, particularmente considerando as condições socioeconômicas do grupo interessado.

Essa pesquisa trouxe em consideração que mesmo com uma plataforma nesses moldes, ainda teríamos que lidar com as consequências dos acúmulos desiguais no sistema territorial. Como atrair clientela já acostumada com aplicativos já estabelecidos? Como enfrentar a concorrência destes últimos, incluindo sua capacidade financeira voltada para gestão profissional, constantes melhorias técnicas e ampliação da difusão? Como lidar com os trabalhadores menores de dezoito anos? Que tipo de medida judicial ou legislativa seria necessária para garantir seus direitos enquanto possuidores de capacidade civil relativa, e que em geral entram nos aplicativos por meio de contas de terceiros?

E por último, como mapear o gerenciamento algorítmico do trabalho, apontado por Ludmila Abílio (2021), de modo a compreender o mecanismo pelo qual esses aplicativos ganham dinheiro, se utilizando do sistema territorial seja em termos de sua estrutura urbana ou de sua distribuição socioeconômica, e evidenciar de forma mais robusta e fundamentada, apropriando-se de conceitos, categorias e procedimentos das Ciências Geográficas, no intuito de trazer uma contribuição à compreensão desse recente e complexo fenômeno?

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviço na era digital**. São Paulo, Boitempo, 2018.

ABILIO, L. C. Uberização e viração: mulheres periféricas no centro da acumulação capitalista. Margem Esquerda, v. 31, p. 54-61, 2018.

ABILIO, L. C.; MACHADO, R. Uberização traz ao debate a relação entre precarização do trabalho e tecnologia. IHU ON-LINE (UNISINOS. IMPRESSO), v. 01, p. 20-28, 2017.

ABÍLIO, LUDMILA COSTHEK. Uberização e juventude periférica. Desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. Novos Estudos. CEBRAP, v. 39, p. 579-597, 2020.

ABÍLIO, LUDMILA COSTHEK. Uberização: a era do trabalhador just-in-time?1. ESTUDOS AVANÇADOS (ONLINE), v. 34, p. 111-126, 2020.

ABÍLIO, LUDMILA COSTHEK. Uberização: Informalização e o trabalhador just-in-time. TRABALHO, EDUCAÇÃO E SAÚDE (ONLINE), v. 19, p. Editorial-Editorial, 2021.

ABÍLIO, LUDMILA COSTHEK; ALMEIDA, PAULA FREITAS DE; AMORIM, HENRIQUE; CARDOSO, ANA CLAUDIA MOREIRA; FONSECA, VANESSA PATRIOTA DA; KALIL, RENAN BERNARDI; MACHADO, SIDNEI. Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a COVID-19. Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano, v. 3, p. 1-21, 2020.

ALHEIROS, Margareth Mascarenhas et al. Manual de ocupação dos morros da região metropolitana do Recife. Programa Viva o Morro. 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO SETOR DE BICICLETAS – ALIANÇA BIKE. Pesquisa de perfil dos entregadores ciclistas de aplicativo, 2019. Disponível em: <http://www.aliancabike.org.br/assets/_docs/09_08_2019_09_45_190807_relatorio_s2.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2022.

BITOUN, Jan et al. Novo coronavírus, velhas desigualdades: distribuição dos casos, óbitos e letalidade por SRAG decorrentes da covid-19 na Cidade do Recife. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasilera de geografia**, n. 48, 2020.

BITOUN, Jan; MIRANDA, Lívia; SOUZA, Maria Angela. Recife: Metrópole regional,

periférica, incompleta e desigual. **METRÓPOLES BRASILEIRAS**, p. 111, 2018.

BOSCARIOL, Renan Amabile. Região e regionalização no Brasil: uma análise segundo os resultados do índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM). 2017.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In: _____. Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. Physical space, social space and habitus. **Vilhelm Aubert Memorial lecture, Report**, v. 10, p. 87-101, 1996.

CAMPELLO, André Barreto. **Manual jurídico da escravidão: Império do Brasil**. Paco Editorial, 2018.

CARDOSO, Fernanda Graziela; LIMA, Gilberto Tadeu. A concepção de Keynes do sistema econômico como um todo orgânico complexo. Economia e Sociedade, v. 17, n. 3, p. 359-381, 2008.

CASTELLS, Manuel et al. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

CHASCO-YRIGOYEN, Coro et al. El geomarketing y la distribución comercial. University Library of Munich, Germany, 2004.

CLARK, Gordon. **Innovation diffusion: contemporary geographical approaches**. Geo Books, 1984.

CLIQUET, Gérard (Ed.). Geomarketing: Methods and strategies in spatial marketing. John Wiley & Sons, 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. **Brasil: Editora Bertrand**, 1995.

COSTHEK ABÍLIO, LUDMILA. Plataformas digitais e uberização: a globalização de um Sul administrado? REVISTA CONTRACAMPO, v. 39, p. 12-26, 2020.

COSTHEK ABILIO, LUDMILA. Uberización: De la iniciativa empresarial a la autogestión subordinada. PSICOPERSPECTIVAS (ONLINE): INDIVIDUO Y SOCIEDAD, v. 18, p. 1-11, 2019.

CRESWELL, John W. Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. Sage publications, 2014.

DE ALMEIDA, Paula Freitas; KALIL, Renan Bernardi. Uma visão comparada de decisões sobre o vínculo jurídico dos trabalhadores via plataformas digitais: EUA (Califórnia), Espanha, Uruguai e Brasil. **Revista Ciências do Trabalho**, n. 20, 2021.

DE MORAES, Fernando Dreissig. Ciberespaço entre as redes e o espaço

geográfico: algumas considerações teóricas. Caminhos de geografia, v. 14, n. 47. Uberlândia, 2013.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo: Nova arquitetura do poder-dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta**. Editora Autonomia Literária LTDA-ME, 2018.

DRUCKER, Peter Ferdinand. Inovação e espírito empreendedor – Entrepreneurship práticas e princípios. 2. Ed. São Paulo: Pioneira, 1987.

DU BOIS, William Edward Burghardt. **Black Reconstruction: An Essay Toward a History of the Part which Black Folk Played in America, 1860-1880**. Harcourt, Brace and Company, 1935.

FERNANDES, A. C. Da urbanização caótica à hiperperiferia da rede urbana global: memórias sobre o pensamento de Wilson Cano para ler o urbano brasileiro contemporâneo. Wilson Cano: a questão Regional. São Paulo: ABED, p. 237-265, 2021.

FERNANDES, A. C. Sistema territorial de inovação ou uma dimensão de análise na Geografia contemporânea. A diversidade da geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação. Rio de Janeiro: Consequência, p. 113-142, 2016.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, v. 3.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: temas de cultura. Ação católica. Americanismo e Fordismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, v. 4.

GREGORY, Derek; URRY, John. Social relations and spatial structures. **Science and Society**, v. 52, n. 3, 1988.

HAGERSTRAND, Torsten et al. Innovation diffusion as a spatial process. 1968.

IKUTA, Camila Yuri Santana; Gustavo Plínio Paranhos Monteiro. Perfil dos motoboys e entregadores de mercadorias. Revista Ciências do Trabalho, 2021

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico. Rio de Janeiro: IBGE, 2010

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa de Inovação. Rio de Janeiro, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa de Inovação. Rio de Janeiro, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional

por Amostra de Domicílios Contínua. Rio de Janeiro, 2017.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Rio de Janeiro, 2017.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Rio de Janeiro, 2019.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Salário médio mensal dos trabalhadores formais: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2021
JOHNSON, Björn; ANDERSEN, Allan Dahl (Ed.). Learning, Innovation and Inclusive Development: New perspectives on economic development strategy and development aid. Aalborg University Press, 2012.
KREIN, J. D.; ABILIO, L. C.; FREITAS, P.; BORSARI, P.; CRUZ, R. Flexibilização das relações de trabalho: Insegurança para os trabalhadores. REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15. REGIÃO, v. 52, p. 41-66, 2018.
LAKATOS, Eva Maria; DE ANDRADE MARCONI, Marina. Metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1990.
LEFEBVRE, Henri. The urban revolution. U of Minnesota Press, 2003.
LEVY, Pierre. Cibercultura. Editora 34, 2010.
MINAYO, M. C. S. (ORG.); DESLANDES, S. F.; NETO, O. C.; GOMES, R. Pesquisa Social: Teoria, Método, e Criatividade. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento. 12a ed. São Paulo: Editora Hucitec; 2010.
PIRES, Hindenburgo Francisco. A geografia da Internet e do ciberespaço na América Latina. ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. X, 2005.
POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Leya, 2013.
RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.
ROGERS, Everett M. **Diffusion of innovations**. Simon and Schuster, 2010.
ROGERSON, Peter A. **Statistical methods for geography: a student's guide**. Sage, 2019.
ROSA, Roberto. Geotecnologias na geografia aplicada. Revista do Departamento de Geografia, v. 16, p. 81-90, 2005.
SABINO, A. ; ABILIO, L. C. . Uberização - o Empreendedorismo como novo nome para a exploração. Revista Juridica Trabalho e Desenvolvimento humano, v. 02, p.

'109-135, 2019.
SABINO, A. ; ABILIO, L. C. . Uberização - o Empreendedorismo como novo nome para a exploração. Revista Juridica Trabalho e Desenvolvimento humano, v. 02, p. '109-135, 2019.
SACK, Robert David. **Human territoriality: its theory and history**. CUP Archive, 1986.
SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. Território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2001.
SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. Edusp, 2002.
SANTOS, Milton. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Edusp. 2004.
SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 18ª. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.
SANTOS, Milton. **Economia espacial: críticas e alternativas**. Edusp, 2003.
SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. Editora 34, 2000.
SERPA, Angelo. PAISAGEM, LUGAR E REGIÃO: PERSPECTIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA UMA GEOGRAFIA HUMANA DOS ESPAÇOS VIVIDOS. *GEOUSP Espaço E Tempo (Online)*, *17*(1), 168-185. São Paulo, 2013
SILVA, Michéle Tancman Cândido. A (Ciber)Geografia das cidades digitais, Rio de Janeiro. Niterói: UFF, Tese
de Mestrado, 2002.
SOUZA, Maria Angela de Almeida; BITOUN, Jan. Recife: transformações na ordem urbana. **Rio de Janeiro: Letra Capital**, 2015.
SRNICEK, Nick. Capitalismo de plataformas. 2018.
SUN, Ping. Your order, their labor: An exploration of algorithms and laboring on food delivery platforms in China. **Chinese Journal of Communication**, v. 12, n. 3, p. 308-323, 2019.
VEEN, Alex; BARRATT, Tom; GOODS, Caleb. Platform-capital's 'app-etite'for control: A labour process analysis of food-delivery work in Australia. **Work, Employment and Society**, v. 34, n. 3, p. 388-406, 2020.
VEROTTI, Angelo. Muito mais que entregar comida. IstoÉ Dinheiro, 2021.

Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/muito-mais-que-entregar-comida/>. Acesso em: 06 de outubro de 2021

WU, Philip Fei; ZHENG, Yingqin. Time is of the Essence: Spatiotemporalities of Food Delivery Platform Work in China. In: **ECIS**. 2020.

APÊNDICE A – GUIA DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

Figura 17 – Guia das entrevistas semiestruturadas

INFORMAÇÕES PESSOAIS	DIFUSÃO E TRABALHO NOS APLICATIVOS DE ENTREGA
Nome	Meio de comunicação
Idade	Tempo de uso como entregador
Gênero	Principais apps usados
Etnia (Cor ou raça)	Tempo de aprendizagem para uso dos apps
Renda mensal	Dificuldades no uso dos apps
Escolaridade	Principal fator para usar os apps como entregador
Bairro	Inscrição no MEI
O que fazia antes de ser entregador	Regime de trabalho nos apps
Trabalho dos pais	Valor por entrega
Trabalho dos avós	Jornada de trabalho
	Pedidos x tempo
	Tempo de entrega
	Receita com os apps
	Pandemia
	Principal local para receber pedidos
	Meio de transporte usado no trabalho
	Tempo de deslocamento até o principal local
	Condições de trabalho
	Situalção de risco

APÊNDICE B – TRANSCRIÇÕES DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

ENTREVISTA 01 - WR

ADALBERTO: Então, boa noite. Sou Adalberto, pesquisador da UFPE, e essa entrevista faz parte de uma pesquisa de mestrado em Geografia. Estamos aqui conversando com ****, "né" isso?

WR: é, ****.

ADALBERTO: Como é teu sobrenome, ****?

WR: é **** ****.

ADALBERTO: Me fala teu e-mail, por favor?

WR: Peraí, vou procurar.

ADALBERTO: Certo.

WR: é **********.

ADALBERTO: é rubro-negro?

WR: é!

ADALBERTO: Massa!

ADALBERTO: **********, vê se tá certo.

WR: Massa.

A: Vou colocar teu nome, aqui[indica formulário Google na tela do celular, usado como roteiro de entrevista].

A: Qual tua idade?

WR: 29.

A: Você se considera homem? [A pergunta foi feita diretamente por influência do diálogo prévio à entrevista, em que o entrevistado afirmou ter uma filha, e há um desconhecimento público sobre questões de gênero que poderiam ser inferidas na pergunta]

WR: Sim.

A: Qual sua etnia [aponta as etnias dispostas no formulário]

WR: Negro.

A: Então, WR. é uma pergunta, não é pessoal, tá. É só pra gente entender sobre como é o padrão de renda desses trabalhadores, o que vai permitir a gente saber se existe a necessidade de aumentar a remuneração. A gente não vai divulgar seus dados pessoais. Então, qual sua renda mensal? Quanto você tira por mês?

WR: Por mês, eu creio que eu tô tirando uma média de R$ 700,00, R$800,00.

A: R$ 700,00, eu tô anotando aqui, tá certo? [a ideia do formulário é capturar os dados e mantê-los tabulados para posterior análise estatística]
WR: O movimento deu uma baixada...
A: Final do ano?
WR: Não, começo de ano é mais difícil. A melhor conta de rodar, com todo o pouco valor ou não que ela dá, querendo ou não é o iFood. Só que o iFood ela me bloqueou já faz negócio de um ano e pouco por nada.
A: O que foi que aconteceu?
WR: Não sei. Eu creio que foi algum cliente, não sei. Agora, eu faço tudo pelo certo, nunca fiz negócio de tá roubando nada de ninguém, só quero o que é meu.
A: Sim. Claro.
WR: Mas só que tem cliente que age de má vontade. Chega no suporte diz que a gente, tipo, não entregou o lanche, não entregou o almoço.
A: Cê acha que tem alguma coisa de racismo, nisso aí?
WR: Pode até ser. A gente não sabe, não pode ler o coração de ninguém.
A: Me fala qual tua escolaridade, cê estudou até onde?
WR: primeiro ano.
A: Então, ensino médio incompleto.
WR: Isso.
A: Eu vou precisar saber qual o seu bairro. Como é uma pesquisa de Geografia, a gente quer saber de onde vem os entregadores exemplo: se é dos morros ou daqui de Casa Forte.
WR: Pronto, eu moro perto do morro. Meu endereço é Córrego do Jenipapo.
A: Córrego do Jenipapo? Massa! Zona Norte, aqui, né?
WR: É.
A: O que você fazia antes de ser entregador?
WR: Antes de ser entregador eu trabalhava muito em lava-jato.
A: Deu uma baixada no movimento do lava-jato? [tentativa de saber sobre o trabalho anterior]
WR: Como assim?
A: Nessa área de lava-jato?
WR: Esse que eu trabalhei era carteira assinada, só que o patrão era meio carrascozinho, aí eu pedi sair.
A: Difícil...

A: Então, seus pais trabalham ou trabalhavam? Se sim, com o quê?
WR: Atualmente, assim, eu fui criado por tia. Perdi minha mãe novo, tinha cinco anos. [perdi] Meu pai, tinha onze. Como eu era muito novo, assim, eu não lembro o que é que eles trabalhavam. Mas minha tia trabalhava como empregada doméstica e em hospital.
A: Como ASG em hospital? Auxiliar de Serviços Gerais?
WR: Isso.
A: Massa. Porquê que a gente tá perguntando isso? Por que a gente acredita, estudando a partir da Geografia, que há uma reprodução histórica. Os nossos pais tiveram trabalhos precarizados. É sempre o que tem. Então a gente tá tentando averiguar se isso é verdade cientificamente, pra provar, pra mostrar pra eles que existe uma desigualdade social que merece atenção, e que envolve a maioria das pessoas que tão trabalhando nos aplicativos. Que tão vivendo à margem da sociedade, nas favelas...
WR: E como você tava falando aí, né. A gente que é negro, não importa. Se você tem o cabelo bom, os olhos verdes, mas não importa, vai pela cor. Então eu creio muito que a maioria dos ricos, não todos, levam a gente com um ar de racismo, assim. Tipo, a gente chega num shopping, o segurança já olha a gente de um modo diferente. Porquê? Vai pela cor, vai pelas veste. Não que a gente ande rasgado, sujo, fedendo. Mas eles vai muito pela cor e pela... financeiramente, né. O tratamento já é diferente.
A: Sim, sim.
WR: Então, chega um playboyzinho desse de prédio, o tratamento já é diferente. "Opa, senhor, entre aqui. Quer um cafezinho? Quer não sei o quê? Já a gente, não. A gente já é tratado com um pouco deignorância.
A: Quando você chega na portaria do prédio e quando chega o playboy [usando o termo que ele usou] lá no apartamento, como é que é tratado? você percebe alguma diferença?
WR: Na maioria das vezes, eu fui bem tratado. Nunca fui, assim, mal-tratado, não. Já aconteceu de ser um pouco mal-tratado pelo porteiro, já foi o contrário. Eu cheguei, dei boa noite, informei o endereço, o prédio, tudinho. Ele falou que não ia receber o pedido porquê a dona do produto queria que eu subisse. Aí eu disse a ele, "não". O aplicativo manda a gente aqui entregar na portaria. É o correto. Até por medida de segurança, mesmo, porquê você não sabe quem é quem. Eu sou um

cidadão, mas você sabe se tem um entregador, aí, agindo de má fé? Aí, sobe, pratica lá coisas absurdas lá em cima, assalta, sei lá. E eu tô fazendo meu trabalho, cabe ao senhor entender ou não.

A: Entendi.

A: Seus avôs, lembra se eles trabalhavam?

WR: Não, lembro, não.

A: Vamo lá. Passar pra proxima fase. Aqui a gente quer saber da relação com a tecnologia, né. Mas que, na maioria dos casos não tá beneficiando os entregadores como deveria.

WR: A gente deveria ser coberto pelo um monte de coisa, né? A gente deveria receber até algo a mais, tipo fosse carteira assinada. Então, o aplicativo não tá vendo o lado da gente. Tipo, quem tem moto, ele não quer cobrir a gasolina. O cara tem que fazer sua renda.

A: Cê é de moto ou de bike?

WR: Bike.

WR: O aplicativo não quer cobrir nada da gente. Nada. Então, ele deveria melhorar nas taxa, deveria melhorar um monte de coisa. A gente deveria ter um vale. Eles deveria inventar alguma coisa pra beneficiar a gente. Porquê a gente só depender de um algo, a gente sai pra rua, não sabe se vai fazer um valor x ou não. Então a gente tá aqui aventurando. Vamo dizer que hoje deu, amanhã não dá.

A: Mas o lucro deles, sempre tem.

WR: É. O deles, eles num perde não. Todo dia eles tá ganhando. De todo jeito. Mas a gente, e aí, fica como?

A: Se tiver fraco o movimento, você tem que ir pra outra área onde o movimento tá mais forte.

WR: Eles deveriam cobrir um valor x, a gente fazendo ou não fazendo. Tipo, vamo dizer assim, o aplicativo tá pagando R$ 50 a diária, você fazendo a corrida ou não. Isso já era uma cobertura sua.

A: Exato.

WR: E o que você fizesse já era um extra, aí.

A: Exato.

WR: Então eu acho muito errado isso aí.

A: Então, através de que meio de comunicação você tomou conhecimento desssa tecnologia, dos aplicativos? Da internet, da TV, do rádio, do Jornal, foi alguém que te indicou?

WR: Foi amigos.

A: Há quanto tempo você trabalha como entregador nos aplicativos

WR: Já tô nesse ramo há três anos.

A: Vou botar aqui 36 meses.

A: Você falou que usa mais o iFood, né isso?

WR: Tô usando agora essa Bee e o 99[Food]. Só que de tudinho, de tudinho, infelizmente a melhor é o iFood. Só que o problema do iFood é a comunicação. Você quer falar com o suporte, quer reclamar algo e eles demoram a responder.

A: Bee e 99, né?

WR: Eu tenho a Rappi, também. Rappi e Uber Eats. Só que eu não tô rodando nem na Rappi, nem na 99.

A: Qual que você recebe mais pedidos?

WR: Tirando o iFood, creio quea Uber Eats.

A: Qual a que paga melhor?

WR: iFood.

A: Quanto tempo você levou a aprender a mexer nos aplicativos?

WR: Negócio de um mês.

A: Você teve alguma dificuldade nesses aplicativos?

WR: Tive mais no Rappi e na Uber. Porquê tem coisas que a configuração deles é em inglês, e a gente não consegue mudar.

A: Ok.

A: Como você classificaria que essa dificuldade influenciou no uso do aplicativo? Atrapalhou bastante, atrapalhou pouco ou não influenciou?

WR: Eu creio que não influenciou.

A: Qual foi o fator mais importante pra você usar os aplicativos como entregador? Aí tem umas opções, aqui. Facilidade no manuseio do aplicativo? Flexibilidade de horário? Ser seu próprio chefe? Desemprego ou necessidade de renda? Complementar sua renda?

WR: Ser seu próprio chefe.

A: Você acredita que esse trampo te leva a ser seu próprio chefe?

WR: Eu acredito que sim. Assim, pagando bem, né. É igual a gente abrir um negócio. A gente faz o nosso horário, a gente manuseia a nossa vida. E não tem aquele patrão chato no seu pé, incomodando, mesmo você fazendo o certo. Não tem ninguém reclamando. Então você que determina sua vida, ali.

A: Entendi, entendi.

WR: Eu levo por esse lado, assim.

A: Tem algo que te motiva? Você tem alguma fé, algo que te leva a se motivar a ser seu próprio chefe, fazer esse corre?

WR: Assim, a gente sonha em não ficar naquilo pra sempre. A gente sonha o quê, fazer a nossa renda, um valor x, pra futuramente a gente pagar um curso melhor, se especializar em outras áreas. Então, eu acredito que do escape, a gente conseguindo a aquele valor x do escape, a gente consegue fazer muitas coisas lá na frente, né.

A: Entendi.

WR: Pagar um curso, aprender novas linguagens. Você poder viajar futuramente, ter um emprego melhor, pra você decidir o que quer da sua vida. Pra você virar seu próprio chefe, mesmo. Pra nunca depender de aplicativo de nada.

A: É um corre de futuro, né?

WR: É.

A: Você é inscrito no MEI?

WR: Não.

A: Se você pudesse escolher qual seria o regime de trabalho nos aplicativos e por quê, né? Tem aqui, MEI, CLT que é Carteira de Trabalho, ou Informalidade, que é como é agora?

WR: CLT.

A: Porquê você escolheu CLT?

WR: Porquê CLT a gente já fica um pouco mais assegurado, né? A gente tá coberto. Se você for pelo aplicativo não tá coberto de nada, como a gente já falou aí. E CLT, não. Você tá coberto de tudo. Você tem seu décimo terceiro, suas férias tudo paga certinho. Você, deus o livre e guarde, se acidentar, o trabalho ali CLT tá cobrindo você. Então você tá por dentro de tudo ali, assegurado. Porquê querendo ou não a gente tá pagando o nosso INSS. Então eu acredito que seja melhor CLT.

A: Qual o valor aproximado por entrega que você acha que recebe? Mais ou menos, assim...

WR: Rapaz, valor atual, cerca de R$ 6,80 por entrega, vai variando. O iFood paga por entrega R$ 5,31. A entrega que ele mais paga de todas as corrida.

A: Caramba...

A: Quantas horas você trabalha por dia?

WR: Eu começo de onze horas do dia, vou até as dez e meia. Sendo que as vez o movimento tá fraco, e eu vou pra casa de oito, nove horas.

A: Então, umas dez horas de trabalho?

WR: Dez horas.

A: Quantos pedidos você recebe por dia, mais ou menos?

Outro entregador chegando no ponto de trabalho: Senhores, boa noite.

WR: Boa noite.

A: Boa noite.

WR: Rapaz, respondendo agora nesses aplicativo que eu tô? Em média, agora, como eu não tô rodando mais no iFood, eu tô recebendo em média negócio de seis... seis pedido por dia.

A: Seis pedidos pra você fazer o corre e levantar sua grana do mês, todo dia.

WR: É muito complicado...

A: Quanto tempo você leva pra fazer uma entrega, mais ou menos? Pra apertar o botão no aplicativo até entregar na casa do cliente?

WR: Pegando o pedido aqui, as vezes a gente fica esperando em média trinta minutos a uma hora. Dependendo da quantidade de entregadores que tiver. Mas tem estabelecimento que a gente chega e o pedido já tá pronto. A Burguer King, o atendimento é pessimo. As vezes a gente dura em média vinte, trinta minutos. Agora, mesmo, não tem ninguém ali. É negócio de vinte, trinta minutos esperando um pedido.

A: Então isso já aumenta o tempo, né?

WR: É. A gente já perde tempo.

A: Quantos pedidos você recebe por semana?

WR: Por semana da mais. Ao total numa semana? Rapaz, pra contar assim... Vamos botar aí, a semana completa... trinta pedidos.

A: Aí, qual sua receita semanal com os aplicativos? Por semana, quanto dá pra tirar mais ou menos com os aplicativos?

WR: Por semana, na iFood, eu ganhava R$ 350,00.

A: Durante a pandemia, como você considera que a quantidade de pedidos foi afetada? Você acha que ela diminuiu, aumentou?

WR: Aumentou.

A: Aumentou muito ou pouco?

WR: Porquê o povo não tava podendo sair de casa. Mas logo no começo da pandemia os pedidos subiu muito, porquê os clientes não tava querendo ir pra rua com medo. Então aumentou muito os pedidos.

A: Qual o ponto que você fica pra receber mais pedidos?

WR: Esse aqui.

A: BK Casa Forte, né.

A: Qual o meio de transporte? É bike, né?

WR: É.

A: Quanto tempo você leva pra se deslocar da sua residência ao ponto que você fica com mais frequência?

WR: Trinta minutos.

A: Como você considera as condições de trabalho e remuneração? Aí tem aqui: excelentes, muito boas, boas, regulares, ruins, muito ruins, péssimas.

WR: Regulares.

A: Você já viveu alguma situação de risco no trabalho?

WR: Mais no trânsito. Os caras não respeita. Bota pra cima da gente.

A: Você acha que uma ciclofaixa ajudaria vocês?

WR: Sim.

ENTREVISTA 02 – WN

ADALBERTO: Então, boa noite. Sou Adalberto, pesquisador da UFPE, e essa entrevista faz parte de uma pesquisa de mestrado em Geografia. Tô conversando com?

WN: ********

A: Qual sua idade?

WN: 45.

A: Qual a etnia que o senhor se considera? Aqui nas respostas, a gente tem disponível: negra, indígena, branca, asiática ou outra.

WN: Negra.

A: Qual sua renda mensal?

WN: Assim, com os aplicativos já foi mais. Hoje tá em torno de R$ 1500,00.

A: Massa. O senhor trabalha de moto, não é isso?

WN: Isso.

A: Qual sua escolaridade?

WN: segundo grau.

A: Ensino médio , né isso.

A: Como é uma pesquisa de Geografia, eu preciso saber seu bairro pra poder localizar.

WN: Águas Compridas.

A: Olinda! E o senhor vem de Águas Compridas pra rodar aqui em Recife?

WN: Sim.

A: Tem mais corridas, aqui, né?

WN: Não é só isso, não. Olinda, principalmente a noite, é muito escuro. Numeração de casa pra encontrar é mais difícil, o risco de roubo é maior.

A: Sim. Então, o que o senhor fazia antes de ser entregador?

WN: A, já fui muita coisa. Dezessete anos eu fui vendedor. Trabalhei no ramo de vendas. Mas aí as empresas que trabalham com vendas com o tempo começam a achar o cara mais velho. Querem contratar somente os caras de vinte e poucos, trinta e poucos anos... É porquê eles entendem ou o funcionário com cerca de quarenta anos ou mais ou é cheio de vícios ou ele não se submeter aquilo que eles querem.

A: é porquê a pessoa já tem experiência, ela não vai aceitar muita coisa. Então, coloquei aqui vendedor, tá? Os seus pais trabalhavam ou trabalham?

WN: Sim. Os dois aposentados. Minha mãe era costureira e meu pai funcionário federal.

A: Seus avós trabalhavam? O senhor consegue se recordar disso?

WN: Eu não conheci meus avós. Quer dizer. Só conheci meus avós maternos mas tive pouquíssimo contato com eles. Eles eram rurais. Trabalhadores rurais.

A: Essa primeira parte foi pra a gente entender um pouco sobre o senhor como pessoa e como trabalhador, e agora a gente vai falar um pouco sobre o trabalho nos aplicativos.

A: Através de que meio de comunicação o senhor tomou conhecimento dessa tecnologia? Internet, TV, Rádio, Jornal, Amigos?

WN: Não. Na verdade eu via as bags passando por mim e eu tava desempregado, fazendo alguns serviços autônomos como chaveiro, e não tava sendo o suficiente. Eu decidi, pelo menos pra pagar a parcela da moto, começar a trabalhar. Achando que renderia apenas a parcela da moto por mês. Mas aí fui surpreso com um rendimento bem maior do que eu imaginava, até maior do quê quando eu tava trabalhando de carteira assinada.

A: Bom, hein! Há quanto tempo o senhor trabalha com os aplicativos?

WN: Dois anos, pouco mais de dois anos.

A: Qual desses aplicativos o senhor usa?

WN: Rapaz, eu sou cadastrado na Uber, mas não to podendo rodar no momento, porquê eu preciso fazer uma atualização. Rappi... trabalho com 99, IBolt e InDrive.

A: Qual dos aplicativos que você recebe mais pedidos?

WN: Isso varia muito. A Rappi já foi meu principal, a Uber já foi meu principal. Atualmente acho que a 99 tá me rendendo mais.

A: Então, quanto tempo o senhor levou pra aprender e usar regularmente os aplicativos no seu cotidiano?

WN: Não. Pra aprender a manusear os aplicativos é rápido, é ligeiro, você aprende rápido. A questão é você aprender como você trabalha ao ponto de receber mais pedidos. É como se você subisse no ranking. Entendeu?

A: Essa é a manha, né? Esse é o pulo do gato.

WN: É.

A: Então quanto tempo, o senhor diria?

WN: Uma semana. Uma semana você aprende a fazer tudo.

A: Teve alguma dificuldade no uso deles?

WN: Uma coisa ou outra que você não percebeu. Alguns deles como a Rappi dá treinamento, a 99 da treinamento... Mas uma coisa ou outra que você não percebeu, na rua conversando com um e com outro, você aprende. As vezes ouvindo um e outro conversando, também.

A: Qual foi o fator mais importante pra você usar os aplicativos de entrega como entregador? Aqui a gente tem algumas sugestões de resposta: flexibilidade de horário, desemprego ou necessidade de renda, complementar a renda, facilidade no manuseio do aplicativo, ser seu próprio chefe ou outros.

WN: Rapaz, todos esses aí que você falou. A flexibilidade de horário pra mim é fantástica. Ser meu próprio chefe é fantástico, isso. Agora assim, é aquele negócio. Pronto: eu poderia tá ganhando mais, hoje. Mas pra isso eu tinha que trabalhar bem mais, eu tinha que me doar mais. Então eu to hoje no nível que eu to, de certa forma, por uma escolha.

A: Entendi. O senhor é inscrito no MEI?

WN: Sim.

A: O que levou a se inscrever no MEI? Se inscreveu antes dos aplicativos?

WN: Na verdade eu me inscrevi no MEI não foi por causa dos aplicativos. Foi porquê eu montei um delivery pra mim.

A: Se pudesse escolher qual regime de trabalho para os aplicativos, qual escolheria: MEI, CLT ou na informalidade, como tá agora?

WN: Assim, eu só não queria CLT. Eu não quero! A maioria da galera eu imagino que queira. Eu não quero CLT. Eu não quero vínculo com ninguém. Porquê assim, eu sei como é que funciona isso aí. Porquê a empresa, ela vai me cobrar isso aí, entendeu? Por exemplo, eu trabalhei numa empresa que os caras ganhavam entre R$4500 e R$5000 por mês, como vendedores. Quando eu entrei lá, o meu ganho máximo era R$ 1800, isso em 2003, 2002 pra 2003, meu ganho era R$ 1500, R$ 1800, no máximo. E os caras que antes ganhavam esse valor, R$4500, caíram pra esse mesmo patamar que eu. Porquê? Por que antes eles não tinham carteira assinada. Quando a empresa assinou a carteira deles, com a quantidade de tributos que teve pra pagar em cima de cada funcionário, eles automaticamente reduziram o salário. Então, assim, houve uma época na minha vida que eu valorizava muito CLT, sabe. Hoje não mais.

A: Entendi.

WN: Pra mim o CLT tem que ser muito interessante pra eu poder sair daqui.

A: Entendi. A questão dos benefícios e do valor do salário, né?

WN: Ou então que me dê uma flexibilidade, pra quando eu tiver de folga rodar de aplicativo.

A: Entendi. Aí já entra complementar a renda, né?

WN: Exatamente.

A: Então, qual o valor aproximado que o senhor recebe por entrega?

WN: Em média, entre R$6 e R$7 por entrega. Eu já tive entrega de R$20, mais do quê vinte, mas elas são raras.

A: Ok. Quantos pedidos o senhor recebe por semana pelos aplicativos?

WN: Aí é difícil. Num tenho noção disso, não. Até porquê eu não me baseio por quantidade de entregas, eu me baseio no valor. Por exemplo: um dia bom pra mim, R$100... Um dia de semana bom, R$ 80, eu já to feliz. Final de semana, R$100. Então, eu não to preocupado com quantas entregas eu fizer. Se eu fizer cinco entregas de R$20, então, R$100.

A: Qual sua receita semanal com os aplicativos? Por semana?

WN: Por semana? Trezentos e alguma coisa por semana...

A: Durante a pandemia, como você considera que a quantidade pedidos foi afetada?

WN: Eu comecei a usar antes da pandemia, dois anos, comecei a usar antes. Mas na pandemia, teve uma época quando tava no lockdown que foi muito bom. Se bem que isso também tem um engano, né. Porque muitas das entregas que a gente faz à tarde, na hora do almoço, é pra pessoas que tão trabalhando. Se elas estavam em casa, elas faziam suas próprias comidas e não pediam.

A: Então o senhor acha que ficou mais instável com relação à pandemia?

WN: Sim.

A: Qual o ponto que você fica pra receber pedidos com mais frequência?

WN: Rapaz, eu não fico necessariamente em pontos. Eu fico em bairros: Graças, Aflitos, Casa Forte, Torre... Essa é a área que normalmente eu fico. Centro da cidade, menos, mas fico também.

A: O senhor usa moto, né isso?

WN: Sim.

A: Quanto tempo o senhor leva pra se deslocar da residência...

WN: Pra minha área de atuação? 10, 15min, no máximo.

A: Como você considera as condições de trabalho e remuneração? Aí tem aqui: excelentes, muito boas, boas, regulares, ruins, muito ruins, péssimas.

WN: Cara, se eu disser que é excelente, eu tô mentindo, né. Mas... É boa.

A: Já viveu alguma situação de risco no trabalho? Você me falou de Olinda...

WN: Assim, eu nunca tive uma situação de perigo real. Eu tive situações onde o aplicativo me levou pra alguns lugares perigosos e que eu fiquei mais apreensivo, entendeu?

A: Entendi.

WN: Mas não necessariamente que eu passei por alguma situação ruim. Pronto. A 99 é perfeita pra isso. É o aplicativo da favela. Ele só te manda basicamente pra favela.

A: Acho que o iFood, Rappi, são mais caros...

WN: Não. O iFood manda pra favela, também, manda muito. Pronto, o aplicativo mais elitizado é a Rappi.

A: A área de atuação dela é só em Boa Viagem, ali, né?

WN: Não. Trabalha Casa Forte, isso aqui tudinho, trabalha. Essa área norte nobre ela trabalha todinha. Quando chega lá pra Casa Amarela ela começa a restringir, morro num vai tanto, Bomba do Hemetério num vai, Vasco num vai...

A: Entendi.

ENTREVISTA 03 – GM

ADALBERTO: Então, boa noite. Sou Adalberto, pesquisador da UFPE, e essa entrevista faz parte de uma pesquisa de mestrado em Geografia. Tô conversando com?

GM: *******

A: Qual tua idade?

GM: Dezessete anos.

A: Como você conseguiu logar na conta?

GM: É que eu tava acompanhando meu irmão mais velho.

A: Cê acompanhava ele agora tá pegando no trampo na conta dele.

GM: É.

A: Qual sua etnia? Você se considera negro, indígena, branco, asiático, outro?

GM: Negro.

A: Qual sua renda mensal?

GM: R$ 1000,00 por mês.

A: Qual tua escolaridade?

GM: Segundo ano cursando.

A: Vou colocar aqui ensino médio incompleto, beleza?

GM: Tá.

A: Que você fazia antes de ser entregador?

GM: Nada.

A: Você só estudava, né?

GM: Ainda estudo. Só mudei o turno pra poder entregar.

A: Seus pais trabalham? Se eles trabalham, com o quê?

GM: Só meu padrasto.

A: E ele trabalha com o quê?

GM: A mesma coisa.

A: Então, ele é entregador, também?

GM: Isso.

A: Essa primeira parte é pra a gente saber um pouco sobre você, porquê cada pessoa, cada entregador tem sua história. E a gente precisa também entender mais ou menos, pra poder da uma cara a essa história. Mostrar quem são essas pessoas

que tão lutando todo dia e que precisam ser reconhecidas e ter seus direitos reconhecidos. Agora, a gente quer entender como você conheceu esse aplicativo. TV, Internet, Rádio, Jornal, Indicação?

GM: Indicação.

A: Qual aplicativo você usa mais?

GM: Uso a Bee.

A: E quanto tempo você levou pra aprender a usar esse aplicativo?

GM: dois dias.

A: Esperto! Sobre esse aplicativo, você teve alguma dificuldade no uso?

GM: Não.

A: Qual o fator mais importante pra você usar os aplicativos de delivery como entregador? Desemprego ou necessidade de renda...

GM: Desemprego ou necessidade de renda!

A: Você não pode se inscrever no MEI,né, menor não pode. Se você pudesse escolher o regime de trabalho nos aplicativos, qual escolheria e porquê?

GM: Sei não, visse...

A: Tipo assim: tem o MEI; tem o CLT, que é a azulzinha e tem a informalidade, que é como é agora.

GM: Acho que carteira de trabalho seria melhor.

A: Qual o valor aproximado que você recebe por entrega?

GM: Sete, seis, no mínimo seis.

A: Quantos pedidos por dia você recebe?

GM: catorze, depende do dia.

A: Quanto tempo você leva pra fazer uma entrega?

GM: dez minutos, ou mais, vinte, por aí...

A: Quantos pedidos você recebe por semana?

GM: Não sei...

A: Qual sua receita semanal com os aplicativos?

GM: Duzentos conto por semana.

A: Durante a pandemia, como você acha que estão os pedidos? Você usa há uns dois meses, né, começou durante a pandemia. Mas como você acha que tão os pedidos? Tão altos, tão baixos?

GM: Assim, começo de ano sempre é fraco, eu acho que tá médio.

A: Qual o ponto que você fica pra receber mais pedidos?

GM: Aqui na BK.

A: Qual o meio de transporte que você usa?

GM: Bicicleta.

A: É a bike. Quanto tempo você leva da sua residência até aqui?

GM: quinze minutos.

A: Como é que você considera as condições de trabalho e renda nos aplicativos? Excelentes, Muito boas, boas, regulares, ruins, muito ruins ou péssimas?

GM: Regular.

A: Já viveu alguma situação de risco no trabalho? Algum problema?

GM: Não.

ENTREVISTA 04 e 05 – GW e CH

ADALBERTO: Então, boa noite. Sou Adalberto, pesquisador da UFPE, e essa entrevista faz parte de uma pesquisa de mestrado em Geografia. Tô conversando com?

GW: ****** ******

CH: ******* ******

A: Qual a idade de vocês?

CH: Eu tenho vinte.

GW: Tenho dezenove.

A: Massa.

A: Qual a renda mensal de vocês?

GW: Rapaz, até agora eu não posso dizer, não, porquê eu não tenho uma...

A: Ainda não tem um mês?

GW: Num tenho um mês ainda não, mas R$ 40,00 por dia...

A: E você (CH)?

CH: Mensal? Dá pra tirar mais de mil e quinhentos conto, se a pessoa souber trabalhar.

A: Bote fé.

CH: Se rodar por um aplicativo só o cara se arromba. Tem que rodar com dois, três.

GW: Mai tu OL, Bee e iBoot...

A: Então, qual a escolaridade de vocês?

GW: Eu terminei.

CH: Eu também.

A: Qual o bairro de vocês?

GW: Alto da Foice.

CH: Nova Descoberta.

A: Que é que vocês faziam antes de ser entregador?

CH: Eu trabalhei de chapeiro. Já trabalhei de tanta coisa na minha vida...

GW: Eu trabalhei numa empresa em Minas Gerais.

CH: Mai a última coisa que eu trabalhei foi segurança.

A: Segurança, bote fé. É grandão, tem o porte.

CH: Por causa do meu pai, visse.

A: Seus pais trabalham com o quê?

CH: Segurança, também.

GW: Meu pai é impressor de máquina industrial.

A: As mães de vocês trabalham?

CH: Ela é cozinheira.

GW: Minha mãe é cozinheira mas não tá trabalhando, não.

A: Seus avós, vocês conseguem se lembrar com o quê eles trabalham ou trabalhavam?

CH: Não.

GW: Meu avô é mestre de obras;

A: Massa. Essa primeira parte é pra gente conhecer um pouco mais das pessoas que tão respondendo. Agora a gente vai falar um pouco mais do trabalho com os aplicativos. Como é que vocês tomaram conhecimento desse aplicativo? Internet, TV, Rádio, Indicação?

CH: O meu foi indicação do meu patrão e do meu amigo que me rouba direto. Veve pegando pix comigo.

GW: O meu foi do meu tio.

A: Há quanto tempo que vocês usam os aplicativos?

GW: Pra dizer a verdade, um ano.

CH: Eu rodo desde os dezesseis, visse. Mas não pode não, logava na conta dos outros, já faz quatro anos, já.

A: Beleza. Qual desses aplicativos que vocês usam?

GW: Rappi, Uber Eats.

CH: Uso mais iFood.

GW: James, já usei.

CH: Trezentos anos esperando aprovar nesse daí.

A: Qual dos aplicativos que vocês recebem mais pedidos.

GW: Bee.

CH: O dele é na Bee, o meu é no iFood.

A: Quanto tempo vocês levaram pra aprender a mexer nos aplicativos?

GW: Oxe, no mesmo dia.

CH: No mermo dia o caba tem que aprender, meu vei, senão se lasca.

GW: É!

A: Tem que fazer dinheiro no mesmo dia.

CH: É. No mermo dia.

A: Sobre os aplicativos, teve alguma dificuldade?

CH: Em questão do aplicativo, não. Só nas ruas. Muito assalto, muita chuva...

A: Bote fé. Qual fator mais importante pra vocês usarem os aplicativos como entregador? Aí tem aqui: complementar renda, facilidade no uso, flexibilidade de horário, ser seu próprio chefe?

GW: Ser seu próprio chefe.

CH: Na verdade, o cara não vai ser seu próprio chefe rodando de aplicativo. Então no caso, desemprego. Pra mim é uma questão de desemprego porquê se eu arrumasse carteira assinada com certeza que eu não ia tá na rua. Vou tá na rua me arriscando nada, boy. Nem se eu tivesse três folga na semana eu ia rodar de aplicativo, vei.

A: Algum de vocês é MEI? Microempreendedor Individual?

GW: Não.

CH: Não.

A: Se pudesse escolher qual o regime de trabalho nos aplicativos? Você já falou carteira de trabalho, né?

CH: É.

GW: Ser meu próprio chefe.

A: Mas ser seu próprio chefe tem duas formas: MEI ou como tá agora, na informalidade. Qual que você acha?

GW: Como tá agora.

A: Qual valor aproximado que vocês recebem por entrega?

CH: A taxa da Bee é seis e...

GW: A mínima é cinco.

CH: Mas troca seis, seis e oitenta.

GW: No máximo você ganha pertinho por aqui R$ 9,80

A: Quantas horas por dia vocês trabalham?

GW: Independente.

CH: Oxe, até onde a bacteria do celular aguentar.

GW: Exatamente.

CH: Bota doze, aí, se brincar. Tem nem mais força, o cara pegar três turno o cara fica o dia todinho na rua. Porquê pega almoço, janta e café. Aí o cara pega de onze da manhã e larga de meia noite. Treze horas de trabalho.

A: Quantos pedidos vocês recebem por dia?

GW: Rapaz, uns...

CH: Pelo iFood eu fiz 26, ontem.

GW: Eu fiz 14.

A: Beleza. Quanto tempo vocês levam pra fazer uma entrega?

GW: Depende da distância.

A: Mais ou menos...

CH: Quinze minutos.

A: Quantos pedidos você recebe por semana?

GW: Por semana, vou dizer a você... uns cinquenta, por aí...

CH: Eu acho que eu tiro mais. Só ontem eu fiz 25. Fiz 98... Tô pedindo que deus mande bem muito pra mim.

GW: Exato.

CH: Tô na rua pra isso, pra fazer entrega. Até onde a bateria aguentar.

A: Então, qual sua receita semanal pelos aplicativos?

CH: Eu recebo por quinzena, aí da pra tirar mil conto.

GW: Por semana, cinquenta, sessenta.

CH: É porquê a Bee ela paga na segunda e na quinta. Mas o meu é por quinzena, aí acho que é quinhentos conto.

A: Durante a pandemia como é que você considera que a quantidade de pedidos foi afetada?

GW: Oxe, tava nem querendo rodar.

CH: Tava sério, mesmo.

A: diminuiu muito?

GW: Muito!

A: Qual o ponto que vocês ficam com mais frequência?

CH: Casa Forte.

A: BK Casa Forte?

GW: É.

CH: Aqui sempre foi o melhor ponto pra rodar de aplicativo. Num tem melhor ponto aqui em Recife, não.

A: Bote fé. Qual o meio de transporte que vocês usam pra...

CH: Bike.

GW: Bike.

A: Quanto tempo vocês levam pra se deslocar da sua residência até...

GW: Quinze minutos. As vezes menos, quando tô com pressa.

CH: Também venho bem rápido, às vezes.

GW: Oxe, é só descida!

CH: É. Eu mermo, tem muita subida pra mim. Mas eu tiro quinze minuto, né? Tem marcha.

GW: Só tem a subida da rua doze.

A: Como você considera as condições de trabalho e remuneração? Execelentes, muito boas, boas, regulares, ruins, muito ruins, péssimas?

GW: Regulares.

CH: Depende do dia, visse. É regular, mas tem dia que a gente se estressa com os aplicativo.

A: Já viveu alguma situação de risco, stress, problema?

GW: Já.

CH: Oxe, já dei um cacete num bicho ali que veio me roubar.

GW: Já fui roubado. Só roubaram só a compra.

CH: O bicho veio me roubar sem faca, pô? O cara luta. Eu treino quase todo dia pra não apanhar no meio da rua. Aí o cara vem me roubar

GW: Os cara fizeram a compra e eu fui levar, quando eu cheguei lá, os caras anunciaram o assalto. Aí só levaram as compras.

CH: Armado num tem o que fazer, não.

GW: Eu não vi se tava armado. Só abri a bag e levaram. Dois cara? Eu ia...

A: Bote fé.

CH: Já tentaram duas vezes me assaltar, uma na ponte da Torre e outra ali na ponte do Sport, ali.

GW: Num roubou nada, só as coisas, whisky...

CH: Isso aí as vezes é até mandado, vi, boy. Os cara pede, não tem dinheiro pra pagar, aí os cara roba no meio do caminho, tá ligado? Já aconteceu isso com um pirraia, ali, conhecido meu. Mai os cara pediram mil conto de bebida. A dívida cai na hora. Pela Rappi? Cai na hora.

GW: O meu ainda foi R$ 140,00.

A: E o cara tem que pagar? Se o cara for roubado, o cara ainda tem que paga? Mesmo cara botando o BO?

CH: Aplicativo o cara tem que entrar em contato com o suporte. Aí espera dois, três dias. E as vezes o cara fica bloqueado, porquê a Rappi, passou de cento e vinte cinco, tem que pagar a dívida.

GW: Eu fiquei bloqueado.

A: Aí se o cara fica bloqueado, passa quanto tempo?

GW: Independente.

CH: Até tu pagar a dívida. Mas nesse caso, ele conseguiu falar com o suporte

GW: É. Independente se você tem um trabalho ou não tem, você tem que pagar pra poder rodar.

CH: Porquê se tu tá pegando a corrida em dinheiro, tu tá ganhando tua taxa, mais o valor pra tu pagar no banco.

GW: E se a gente ganhar corrida em dinheiro, a gente tem que ir na lotérica mais perto pra depositar.

CH: Depende do valor. Se for abaixo de R$ 100, o cara tira em corrida. Mas se for acima de cem, o cara tem que pagar logo. Porque fica bloqueado.

A: E se o cara tiver dinheiro na conta do aplicativo, já come direto? Mesmo se o cara for roubado?

CH: Aí o cara tem que fazer o quê? Entrar em contato com o suporte, falar que foi roubado pra poder...

GW: E as vezes nem resolve. O meu num resolveu, não.

A: Teve que pagar?

GW: Tive que pagar, mas só que num paguei, não.

A: E o cara ainda tem que pagar a bag, né?

GW: É.

CH: Nenhum aplicativo dá, só a Rappi, e tu tem que pagar em corrida também. O cara tem que bater a meta das quinhentas corridas no mês pra escolher um prêmio.

GW: Quem disser que vida de entregador de aplicativo é boa, tá mentindo.

CH: Só é boa quando chove! O cara fica se f* no meio da rua... Uma vez, meu irmão, eu liguei o aplicativo só pra ver os ganhos. Porquê antigamente tinha que ligar. Tocou uma entrega pra Torre. Pra Torre, não, pra... Depois que passa o Santana, do outro lado, como é o nome daquela favela, ali?

GW: Iputinga?

A: Detran.

CH: Eu tinha uma aro 26, mano. Chegava aqui [nas panturrilhas]. No outro dia quando desmontei os cubos, tudo cheio d'água. O da frente estourado. Fiz uma entrega de R$ 5,00 pro cara perder R$ 180,00.

A: E o aplicativo não paga, né.